



IMPRESA

Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA.

RELATÓRIOS E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2004

Sociedade Aberta
Sede: R. Ribeiro Sanches, 65 - LISBOA
Capital Social: 84.000.000 €uros
Cons. Reg. Com. de Lisboa - Matrícula Nº 1 519
Pessoa Colectiva Nº 502 437 464

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2004

Senhores Accionistas

1 – Após o início da recuperação em 2003, o investimento publicitário, importante fonte de receita do Grupo Impresa, atingiu, em 2004, valores próximos dos registados em 2000, beneficiando de alguns eventos como o Euro 2004, o Rock-in-Rio Lisboa e os Jogos Olímpicos de Atenas.

De acordo com as mais recentes estimativas, o mercado publicitário subiu 13,4% em 2004, contra 3,6% em 2003.

Em valores absolutos, o mercado total de publicidade ter-se-á situado nos 664 M€, verificando-se uma recuperação em todos os segmentos. A subida na televisão “aberta” rondou 11,9%, enquanto os canais por cabo, com uma subida de 34,8%, continuaram a apresentar um ritmo de crescimento rápido. A imprensa acusou menores taxas de crescimento, nomeadamente no segmento não diário, que apenas cresceu 8,2%.

Este facto, com impacto na subida das receitas de publicidade do grupo, conjugado com a subida nas vendas de publicações, impulsionada pelo aumento de preços de capa, o controlo de custos, o aumento das vendas de produtos alternativos e o crescimento das novas áreas de negócio, permitiu uma melhoria substancial das margens e resultados da Impresa.

Para além do exposto, e tal como nos anos anteriores, passamos a indicar os factos de maior destaque ocorridos nas empresas do Grupo IMPRESA.

Assim:

Na área da Televisão

- negociações para a aquisição dos restantes 49% do capital da SIC;
- aumento de 13,9% nas receitas totais;
- aumento de 15,2% das receitas de publicidade;
- controlo rigoroso dos custos operacionais, que registaram uma subida de apenas 3%;



IMPRESA

Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA.

- manutenção, pela SIC generalista, da liderança no mercado de televisão com uma média de 29,3%, continuando, assim, como o canal mais visto em cada ano, desde 1995;
- reforço da linha de programas populares e de humor, com destaque para "Os Super Malucos do Riso" e a grande surpresa na televisão portuguesa que foi a criação do programa de "stand-up comedy" "Levanta-te e Ri", reveladora de uma fornada de jovens talentos;
- demonstração de maior capacidade competitiva no horário nobre, devido, sobretudo, aos bons resultados das novelas da Globo que atingiram os valores mais altos desde o final de 2000;
- regresso das séries de sucesso, como "CSI – Crime Sob Investigação" que, depois de "Rex", constituiu o maior êxito internacional em Portugal desde 1992;
- programação de cinema com dois fortes parceiros internacionais, Disney e Dreamworks, que incluiu 11 filmes no top 15 de cinema de todas as televisões nacionais;
- a média das audiências da informação diária (Primeiro Jornal e Jornal da Noite) atingiu 29,5%, valor ligeiramente acima da média da estação (29,3%). No total, a informação da SIC voltou a liderar no "share" comercial com 29,7%;
- os canais temáticos da SIC continuaram a ter uma presença constante no top 10 da TV Cabo e atingiram, em média, 26,2% das audiências totais dos canais temáticos do cabo durante 2004. As receitas geradas pelos canais temáticos e internacionais da SIC cresceram 5,6% em 2004, representando 17,7% da facturação da SIC;
- o canal SIC Notícias, no seu quarto ano de actividade, continuou a liderar os canais temáticos do cabo, com uma audiência média de 14,4%, aumentando a diferença face à concorrência directa;
- a SIC Notícias acabou o ano de 2004 como o quarto canal nacional no universo total do cabo, aumentando a diferença que a separava de A 2. Em 78 dias do ano, a SIC Notícias foi vista por mais de dois milhões de telespectadores;
- a SIC Notícias, que atingiu 52.000 subscritores internacionais, nomeadamente em Angola, África do Sul e Moçambique, continuou em forte fase de expansão internacional;
- a maior revelação televisiva do ano consubstanciou-se no projecto "Gato Fedorento", nascido em 2003, tendo o lançamento do DVD da primeira temporada sido o projecto de merchandising que mais receitas gerou na história da SIC;
- de destacar a expansão da SIC Internacional que, em Agosto, entrou no mercado brasileiro, com acesso através de redes cabo e satélite locais, e que, a partir de Dezembro 2004, passou a ser distribuída nos Estados Unidos pela DISH Network estendendo a sua cobertura à rede de cabo da Comcast. No Canadá, alargou a sua presença ao Quebec, onde se concentra a segunda maior comunidade portuguesa residente;
- bom desempenho das restantes empresas do "grupo" SIC.

Na área da Imprensa - JORNAIS

- aumento de 2,9 % nas vendas de publicações;
- aumento de 1215% nas receitas totais;
- aumento de 12,5% nas receitas de publicidade;
- aumento de 127,7 % nos resultados líquidos;
- aumento de 50,6% nas outras receitas, devido, fundamentalmente, ao sucesso dos produtos alternativos;
- na SOJORNAL, a excelente performance, em termos de receitas de publicidade, do 1º Caderno, a par das também boas performances dos remodelados cadernos de Economia e Internacional, e do Emprego e o novo caderno “Espaço & Casas”;
- ainda na SOJORNAL, o bom comportamento das outras receitas, que representaram 15% das vendas em banca, referentes às várias iniciativas editoriais, designadamente o relançamento de “Os Lusíadas”, na sequência do êxito alcançado em 2003, o lançamento da “Peregrinação” de Fernão Mendes Pinto (em 10 volumes) e a venda do DVD “Fahrenheit 9/11”;
- na PUBLIREGIÕES, a obtenção, pela primeira vez desde o seu lançamento, de uma margem EBITDA positiva (5,3%);
- na MEDIPRESS, editora do Jornal Blitz, o aumento das suas receitas totais em 19,6%, devido, essencialmente, à evolução das vendas dos produtos alternativos, em especial CD's de música, e às receitas de publicidade;
- na MEDIGER, editora do semanário Autosport, a aquisição, na segunda metade do exercício, dos restantes 50% do capital;
- na PUBLISURF, que apresentou um crescimento de 9% nas receitas, o crescimento de 6% na circulação da sua revista SurfPortugal;
- na IMPREJORNAL, o aumento do número de páginas impressas de que resultou um acréscimo de 3,6% na facturação de serviços;

Na área da Imprensa – REVISTAS

- crescimento de 6,8 % nas receitas totais e de 7,4 % nas vendas de publicações;
- o lançamento, em Agosto, da revista Visão Júnior, com o intuito de angariar leitores dessa faixa etária e que, devido ao êxito da iniciativa, que estava prevista para durar apenas durante aquele mês, passou a ser editada, a partir de Outubro, com periodicidade mensal.
- o lançamento em Dezembro, de outra iniciativa do mesmo tipo – “Exame Informática for Kids”;
- o bom desempenho do segmento juvenil, com as revistas “Barbie” e “Witch” a realizarem vendas na ordem de 28.000 exemplares/mês.



- início, com sucesso, da internacionalização de algumas marcas, nomeadamente da Caras, com o lançamento, em Novembro, da Caras-Angola e a venda de livros de cozinha da “Activa” para Espanha.

Noutras áreas de intervenção da IMPRESA

- na VASP, sociedade em que a Impresa detém 33,33% do seu capital, no seu segundo ano completo de exploração após a fusão com a Deltapress, crescimento de 20,9% na facturação total;
- na LUSA, onde a Impresa detém uma participação de 22,35%, um resultado positivo de 2,1 M€ após a reestruturação efectuada em 2003, em que obteve 5,2 M€ negativos;
- na OFFICE SHARE, unidade de serviços partilhados para os segmentos de jornais e revistas, que visa potenciar sinergias e obter eficiência dos processos de suporte relativamente aos segmentos de negócio referidos, o primeiro ano completo de operações da “Office-Share”, depois da sua constituição já no final de 2003.

2 - Para 2005 prevê-se:

Na área da Televisão

- conclusão do processo de aquisição da totalidade do capital da SIC;
- continuação do esforço de diversificação das receitas, principalmente pela aposta nos “new media”, através da SIC Multimédia e SIC Portátil, nos produtos editoriais e no marketing alternativo e, ainda, na internacionalização.

Na área da Imprensa

- o lançamento, já iniciado, de uma edição especial da revista, “Snowmotion”, dedicada aos desportos de neve e publicada exclusivamente nos meses de Inverno;
- o lançamento de um novo semanário, o “Courrier Internacional”;
- o lançamento, já do conhecimento público, de duas novas publicações em segmentos onde ainda não está presente: a “FHM”, no segmento masculino, e “Rotas do Mundo”, na área das viagens;

Noutras áreas de intervenção da IMPRESA

- continuação de uma contribuição positiva destas participadas, através da melhoria dos seus resultados.



3 - Os nossos agradecimentos aos trabalhadores e ao Fiscal Único, pela sua colaboração durante o exercício findo.

4 - O Conselho de Administração agradece, também aos bancos, Caixa Geral de Depósitos, Caixa Banco de Investimento, Banco BPI e Banco Comercial Português, a colaboração prestada.

5 - Para o resultado líquido de 6.210.758,63 euros, propõe-se seguinte aplicação:

- | | |
|--------------------------|--------------------|
| • Reserva Legal | 310.538,00 euros |
| • Resultados Transitados | 5.900.220,63 euros |

Lisboa, 7 de Março 2005

O Conselho de Administração

Francisco José Pereira Pinto Balsemão

Luiz Fernando Teuscher de Almeida e Vasconcellos

Alexandre de Azeredo Vaz Pinto

Francisco Maria Supico Pinto Balsemão

Miguel Luís Kolback da Veiga

IMPRESA - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

BALANCOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em Euros)

		2004		2003					
Activo	Notas	Activo bruto	Amortizações	Activo líquido	Activo líquido	Capital próprio e passivo	Notas	2004	2003
IMOBILIZADO:						CAPITAL PRÓPRIO:			
Imobilizações incorpóreas:						Capital	35, 36 e 40	84.000.000	84.000.000
Despesas de instalação	10	2.225.636	(2.211.477)	14.159	383.092	Prémios de emissão de acções	35 e 40	97.902.257	97.902.257
Trespases	10	76.766.958	(24.008.255)	52.758.703	56.597.051	Ajustamentos de partes de capital			
		78.992.594	(26.219.732)	52.772.862	56.980.143	em filiais e associadas	40	(2.154.467)	4.924.132
Imobilizações corpóreas:						Reserva legal	40	281.051	281.051
Equipamento administrativo	10	292	(292)	-	74	Resultados transitados	40	(84.375.899)	(81.252.896)
Investimentos financeiros:						Resultado líquido do exercício	40	6.210.579	(10.201.602)
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	71.031.935	-	71.031.935	59.385.492	Total do capital próprio		101.863.521	95.652.942
Partes de capital em empresas associadas	10 e 16	1.935.200	-	1.935.200	-	PASSIVO:			
Empréstimos de financiamento	10 e 16	210.000	-	210.000	-	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	34	155.181	3.968.541
		73.177.135	-	73.177.135	59.385.492	DÍVIDAS A TERCEIROS - Médio e longo prazo:			
CIRCULANTE:						Dívidas a instituições de crédito	50	38.185.503	54.732.389
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:						Empresas do grupo	16	30.400.000	14.350.000
Empresas do grupo	16	51.631.713	-	51.631.713	55.777.276			68.585.503	69.082.389
Dívidas de terceiros - Curto prazo:						DÍVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo:			
Estado e outros entes públicos	48	10.243	-	10.243	4.424	Dívidas a instituições de crédito	50	3.689.922	1.291.585
Outros devedores		2.848	-	2.848	2.538	Fornecedores, conta corrente		47.908	123.691
		13.091	-	13.091	6.962	Empresas do Grupo	16	1.750.000	-
Depósitos bancários e caixa:						Estado e outros entes públicos	48	52.711	55.914
Depósitos bancários		1.338.129		1.338.129	319.164			5.540.541	1.471.190
Caixa		871		871	861	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
		1.339.000		1.339.000	320.025	Acréscimos de custos	49	935.010	2.295.467
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:						Proveitos diferidos	49	1.854.045	-
Custos diferidos		-		-	557			2.789.055	2.295.467
Total de amortizações			(26.220.024)			Total do passivo		77.070.280	76.817.587
Total do activo		205.153.825	(26.220.024)	178.933.801	172.470.529	Total do capital próprio e do passivo		178.933.801	172.470.529

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2004.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS	Notas	2004	2003	PROVEITOS E GANHOS	Notas	2004	2003
Fornecimentos e serviços externos		641.510	804.555	Outros proveitos operacionais (B)	49	197.884	-
Custos com o pessoal:							
Remunerações		1.381.667	2.408.237	Proveitos e ganhos financeiros	45	15.061.795	4.594.144
Encargos sociais:				(D)		15.259.679	4.594.144
Outros		290.799	195.635				
		1.672.466	2.603.872	Proveitos e ganhos extraordinários	46	-	340.320
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	4.207.356	4.207.355				
		6.521.332	7.615.782				
Impostos		2.589	266				
Outros custos e perdas operacionais		18.932	33.210				
		21.521	33.476				
(A)		6.542.853	7.649.258				
Custos e perdas financeiros	45	2.278.711	7.480.938				
(C)		8.821.564	15.130.196				
Custos e perdas extraordinários	46	223.043	1.510				
(E)		9.044.607	15.131.706				
Imposto sobre o rendimento do exercício	48	4.493	4.360				
(G)		9.049.100	15.136.066				
Resultado líquido do exercício		6.210.579	(10.201.602)				
		15.259.679	4.934.464	(F)		15.259.679	4.934.464

Resultados operacionais:	(B)-(A)	(6.542.853)	(7.649.258)
Resultados financeiros:	(D-B) - (C-A)	12.783.084	(2.886.794)
Resultados correntes:	(D) - (C)	6.438.115	(10.536.052)
Resultados antes de impostos:	(F) - (E)	6.215.072	(10.197.242)
Resultado líquido do exercício:	(F) - (G)	6.210.579	(10.201.602)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

IMPRESA - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Nota 51</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Outros proveitos e ganhos operacionais		197.884	340.320
Custos administrativos	(a)	(2.682.910)	(3.777.694)
Outros custos e perdas operacionais	(b)	<u>(26.522)</u>	<u>(33.210)</u>
Resultados operacionais		(2.511.548)	(3.470.584)
 Custo líquido de financiamento		(2.278.640)	(3.685.974)
Ganhos/perdas em filiais e associadas		15.061.724	799.249
Amortização de trespasses		(3.838.422)	(3.838.422)
Perdas em outros investimentos		<u>(218.042)</u>	<u>-</u>
Resultados correntes		6.215.072	(10.195.731)
 Resultados não usuais ou não frequentes		-	(1.511)
 Impostos sobre os resultados correntes		<u>(4.493)</u>	<u>(4.360)</u>
Resultado líquido do exercício		<u>6.210.579</u>	<u>(10.201.602)</u>
 Resultados por acção		<u>0,07</u>	<u>(0,12)</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

IMPRESA - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Pagamentos a fornecedores		(745.924)	(680.544)
Pagamentos ao pessoal		(2.614.940)	(855.974)
Fluxos gerados pelas operações		<u>(3.360.864)</u>	<u>(1.536.518)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(10.312)	5.661
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		(17.531)	(25.256)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		<u>(3.388.707)</u>	<u>(1.556.113)</u>
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		-	262.754
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(5.001)	(974)
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>(3.393.708)</u>	<u>(1.294.333)</u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Dividendos	1	2.783.355	1.700.310
Reservas distribuídas		-	2.800.000
Empréstimos concedidos		178.605	210.000
Juros e proveitos similares		70	1.550
Alienação de acções do Equity Swaps		-	499.549
		<u>2.962.030</u>	<u>5.211.409</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(260.000)	(2.500)
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>2.702.030</u>	<u>5.208.909</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos:			
De instituições de crédito	2	5.000.000	18.624.412
De empresas do grupo	2	18.940.000	14.350.000
Aumentos de capital e prémio de emissão de acções		-	19.920.000
		<u>23.940.000</u>	<u>52.894.412</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Equity swaps		-	(19.088.770)
Empréstimos obtidos:			
De instituições de crédito	2	(19.148.550)	(33.547.833)
De empresas do grupo	2	(415.000)	-
Juros e custos similares		(2.665.797)	(4.466.504)
		<u>(22.229.347)</u>	<u>(57.103.107)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>1.710.653</u>	<u>(4.208.695)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		1.018.975	(294.119)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3	320.025	614.144
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3	1.339.000	320.025

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

IMPRESA – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

(Montantes expressos em Euros)

1. Dividendos e Reservas distribuídas

A rubrica “Recebimentos provenientes de dividendos”, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 referem-se a dividendos recebidos das empresas participadas Controljornal – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e Hoge - Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda..

2. Empréstimos obtidos

Os recebimentos e pagamentos relativos a empréstimos obtidos durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 têm a seguinte composição:

Recebimentos relativos a empréstimos obtidos de instituições financeiras:	
Caixa Banco de Investimento, S.A.	5.000.000

	5.000.000

Recebimentos relativos a empréstimos obtidos de empresas do grupo:	
Empréstimo concedido pela Controljornal – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	18.900.000
Empréstimo concedido pela Hoge – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.	40.000

	18.940.000

	23.940.000
	=====

Pagamentos relativos a empréstimos obtidos de instituições financeiras:	
Empréstimo do Banco Totta & Açores, S.A. e Caixa Banco de Investimento, S.A.	19.148.550

	19.148.550

Pagamentos relativos a empréstimos obtidos de empresas do grupo:	
Empréstimo concedido pela Hoge – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.	415.000

	415.000

	19.563.550
	=====

3. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 é como segue:

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Numerário	871	861
Depósitos bancários	1.338.129	319.164
	-----	-----
Caixa e seus equivalentes	1.339.000	320.025
	=====	=====

NOTA INTRODUTÓRIA

A Impresa - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Empresa" ou "Impresa") tem sede em Lisboa, foi constituída em 18 de Outubro de 1990 e tem como actividade principal a gestão de participações sociais noutras sociedades.

O Grupo Impresa ("Grupo") é constituído pela Impresa e empresas subsidiárias. O Grupo actua na área de media, nomeadamente através da difusão de programas de televisão e da edição de publicações (jornais e revistas) e de outros meios audiovisuais.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração é omitida neste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Estas demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, estas demonstrações financeiras não incluem o efeito da consolidação integral ao nível dos activos, passivos, proveitos e custos, as quais reflectem, relativamente às contas individuais, as seguintes diferenças:

	<u>Aumentos/ (Diminuições)</u>
Total do activo líquido	140.466.349
Total do passivo (excluindo interesses minoritários)	115.913.144
Proveitos totais	250.569.284

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, que compreendem despesas de instalação, estudos de reorganização e trespasses decorrentes de aquisição de partes de capital, encontram-se registadas ao custo e são amortizadas pelo método das quotas constantes. As despesas de instalação são amortizadas num período de três anos, os estudos de reorganização são amortizados num período de seis anos e os trespasses são amortizados no período estimado de recuperação dos investimentos financeiros, actualmente fixado em 20 anos (Nota 10). As perdas por imparidade, quando existem, são imediatamente reconhecidas no momento da sua ocorrência.

b) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido da diferença entre aquele valor e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data da primeira aplicação do referido método, ou à data de aquisição, para os investimentos financeiros adquiridos posteriormente. Em consequência:

- a diferença entre o custo de aquisição dos investimentos financeiros e a proporção dos capitais próprios das empresas participadas reportados a 1 de Janeiro de 1992 (data da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial) foi registada em capitais próprios na rubrica "Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas";
- a diferença entre o custo de aquisição dos investimentos financeiros e a proporção dos capitais próprios das empresas participadas à data de aquisição, em datas posteriores a 1 de Janeiro de 1992, é registada na rubrica "Trespases" (Nota 3.a)).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos, ou outras variações nos capitais próprios das empresas do grupo, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, ou de ajustamentos de partes de capital, respectivamente.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

c) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 49).

d) Pensões

Conforme mencionado na Nota 31, determinadas empresas do Grupo (Impresa, Sojornal, Cinforma, Medipress e Imprejornal) assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados e administradores remunerados admitidos até 5 de Julho de 1993 prestações pecuniárias a título de complementos de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações são calculadas com base numa percentagem crescente com o número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial ou numa percentagem fixa aplicada ao salário base, à data de aniversário definida como sendo os valores em 2002. Em 31 de Dezembro de 2004, estas responsabilidades encontram-se totalmente cobertas por um fundo de pensões autónomo criado pelo Grupo em 1987.

Nos termos da Directriz Contabilística nº 19, os custos com a atribuição destes benefícios são reconhecidos à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários. Deste modo, no final de cada período contabilístico a Empresa obtém um estudo actuarial elaborado por uma entidade independente, no sentido de conhecer o valor das suas responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registar nesse exercício. As responsabilidades assim estimadas são comparadas com os valores de mercado do fundo de pensões, de forma a determinar o montante das diferenças a registar no passivo. Os custos com pensões são registados na rubrica "Custos com o pessoal – Encargos sociais", conforme previsto pela referida Directriz, com base nos valores determinados pelo estudo actuarial (Nota 31).

e) Imposto sobre o rendimento

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante de impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

6. IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC, à taxa de 25%, acrescida de Derrama à taxa de 10%, resultando numa taxa de imposto agregada de 27,5%. Adicionalmente e face à sua forma jurídica, a Empresa está abrangida pela legislação fiscal que rege as sociedades gestoras de participações sociais. De acordo com esta legislação, os ganhos e perdas em empresas do grupo resultantes da aplicação do método de equivalência patrimonial, os dividendos recebidos das empresas participadas, a amortização dos trespasses decorrentes da aquisição de partes de capital e os encargos financeiros relacionados com a aquisição de partes sociais, não são considerados para efeitos fiscais.

A Empresa é tributada em sede de IRC pelo resultado fiscal consolidado, com as subsidiárias, Soincom – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Soincom”), Cinforma – Centro de Informática (“Cinforma”), Lda. e Controljornal – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Controljornal”) e as empresas por esta participadas, Sojornal – Sociedade Jornalística e Editorial, S.A. e sua participada Sojornal.com – Consultoria Internet, Lda., Medipress – Sociedade Jornalística e Editorial, Lda., Imprejornal – Sociedade de Impressão, S.A. e Publisurf – Edições e Publicidade, Lda.. As restantes empresas subsidiárias da Impresa são tributadas individualmente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2001 a 2004 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2004 os prejuízos fiscais reportáveis da Impresa e suas empresas subsidiárias tributadas pelo resultado fiscal consolidado ascendiam a, aproximadamente, 47.821.530 Euros.

Os impostos diferidos a registar em conformidade com a Directriz Contabilística nº 28 respeitam essencialmente aos prejuízos fiscais reportáveis existentes nesta data. Uma vez que no entendimento do Conselho de Administração da Empresa não são esperados resultados fiscais futuros suficientes que compensem esses prejuízos fiscais, a Empresa não registou os correspondentes impostos diferidos activos.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a Empresa teve ao seu serviço 5 empregados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas e corpóreas e dos investimentos financeiros foi o seguinte:

	Activo bruto					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Abates e alienações	Equivalência patrimonial	
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	2.225.636	-	-	-	-	2.225.636
Trespases	76.766.958	-	-	-	-	76.766.958
	<u>78.992.594</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>78.992.594</u>
Imobilizações corpóreas:						
Equipamento administrativo	292	-	-	-	-	292
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	59.385.492	-	(2.783.355)	(63.066)	14.492.864	71.031.935
Partes de capital em empresas associadas	-	1.382.313	-	-	552.887	1.935.200
Empréstimos de financiamento	-	210.000	-	-	-	210.000
	<u>59.385.492</u>	<u>1.592.313</u>	<u>(2.783.355)</u>	<u>(63.066)</u>	<u>15.045.751</u>	<u>73.177.135</u>

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica "Trespases" tem a seguinte composição:

	Custo de aquisição	Proporção dos capitais próprios à data de aquisição	Trespasse original	Abate extraordinário	Trespasse corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido
Soincom	137.506.080	23.897.912	113.608.168	(67.924.008)	45.684.160	(13.245.524)	32.438.636
Controljornal	34.011.372	5.253.736	28.757.636	-	28.757.636	(10.065.186)	18.692.450
Gesco	2.566.390	241.228	2.325.162	-	2.325.162	(697.545)	1.627.617
	<u>174.083.842</u>	<u>29.392.876</u>	<u>144.690.966</u>	<u>(67.924.008)</u>	<u>76.766.958</u>	<u>(24.008.255)</u>	<u>52.758.703</u>

Em 31 de Dezembro de 2000, a Empresa solicitou a uma entidade independente um estudo de avaliação para proceder à análise da imparidade dos trespases decorrentes de aquisições de acções da Soincom (empresa cujo principal activo é a sua participação financeira de 51% no capital da SIC - Sociedade Independente de Comunicação, S.A. ("SIC")), reportada a 31 de Dezembro de 2000. Em resultado desta análise, foi identificada uma diferença, face ao justo valor dessa participação financeira, no montante de 67.924.008 Euros, a qual originou uma amortização extraordinária do trespasse de igual montante registada em custos extraordinários, no final daquele exercício.

Em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa voltou a solicitar a uma entidade independente um estudo de avaliação da SIC e concluiu que, naquela data, o seu valor contabilístico (incluindo o valor de trespases, líquido de amortizações acumuladas) é inferior ao seu valor estimado de realização. No entendimento do Conselho de Administração da Impresa, com base em análises efectuadas internamente e nas perspectivas dos resultados futuros da SIC, esta situação continua a verificar-se em 31 de Dezembro de 2004.

A diminuição verificada na rubrica "Partes de capital em empresas do grupo" de 2.783.355 Euros, refere-se a dividendos recebidos das empresas participadas Controljornal e Hoge, de 2.366.355 Euros e 417.000 Euros, respectivamente.

A diminuição verificada na rubrica "Partes de capital em empresas do grupo", de 63.066 Euros diz respeito à liquidação da participada Hoge, tendo a Empresa, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, se apropriado de todos os activos e passivos desta participada, nomeadamente a participação que esta detinha na Vasp – Sociedade Transportes e Distribuições, Lda, no valor de 1.382.313 Euros e os proveitos diferidos detidos por esta, de 2.051.929 Euros (Nota 49).

O aumento verificado na rubrica "Empréstimos de Financiamento" diz respeito a prestações suplementares concedidas à sua participada Cinforma.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)

Da aplicação do método de equivalência patrimonial aos investimentos financeiros nas empresas do grupo e outras empresas em 31 de Dezembro de 2004 resultaram os seguintes movimentos:

	Ganhos em empresas do grupo (Nota 45)	Provisões para riscos e encargos (Nota 34)	Investimentos financeiros
Controljornal	8.446.990	-	8.446.990
Edimpresa	1.442.727	-	1.442.727
Office Share	6.763	3.109	3.654
Soincom	4.599.493	-	4.599.493
Vasp	552.887	-	552.887
Cinforma	12.865	12.865	-
	<u>15.061.725</u>	<u>15.974</u>	<u>15.045.751</u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, o movimento ocorrido nas amortizações acumuladas foi o seguinte:

	Amortizações acumuladas			
	Saldo inicial	Reforços	Abates e alienações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	1.842.543	368.934	-	2.211.477
Trespases (Nota 45)	20.169.907	3.838.348	-	24.008.255
	<u>23.256.367</u>	<u>4.207.282</u>	<u>-</u>	<u>26.219.732</u>
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento administrativo	218	74	-	292

16. EMPRESAS DO GRUPO

Partes de capital em empresas do grupo:

Em 31 de Dezembro de 2004, a informação financeira relativa às partes de capital em empresas do grupo era como segue:

Entidade	Sede	Activo	Capital próprio	Proveitos totais	Resultado líquido	Percentagem de participação directa	Investimentos financeiros (Nota 10)	Provisão para perdas em investimentos financeiros (Nota 34)
Controljornal	Lisboa	35.645.413	18.838.058	9.357.363	8.446.990	100%	18.838.058	-
Edimpresa	Oeiras	49.797.585	6.536.771	83.160.797	2.885.453	50%	3.268.385	-
Office Share	Lisboa	10.263.985	7.308	1.758.911	13.525	50%	3.654	-
Soincom	Lisboa	100.562.050	48.921.838	10.370.732	4.599.493	100%	48.921.838	-
Vasp	Massamá	42.890.369	5.806.178 (a)	231.754.562	1.658.826	33,33%	1.935.200	-
Cinforma	Lisboa	91.895	54.819 (b)	40.676	12.865	100%	-	(155.181)
							<u>72.967.135</u>	<u>(155.181)</u>

As informações supra referidas relativas às empresas do grupo foram extraídas das respectivas demonstrações financeiras auditadas em 31 de Dezembro de 2004.

(a) A informação financeira apresentada (não auditada) reporta-se a 31 de Dezembro de 2004.

(b) Inclui prestações suplementares de 210.000 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)Empréstimos e prestações suplementares concedidos a empresas do grupo:

Em 31 de Dezembro de 2004, os empréstimos e as prestações suplementares concedidas a empresas do grupo, são os seguintes:

Médio e longo prazo:

Soincom (a)	51.631.713
Cinforma (b)	210.000

	51.841.713
	=====

(a) Em 31 de Dezembro de 2004, este montante tem a seguinte composição:

Suprimentos concedidos	5.991.705
Empréstimo concedido à Soincom (Nota 50)	45.640.008

	51.631.713
	=====

Em 31 de Dezembro de 2004, os suprimentos concedidos à Soincom não vencem juros, não estando previsto o seu reembolso no curto prazo.

(b) Este empréstimo corresponde a prestações suplementares concedidas, não estando previsto o seu reembolso no curto prazo.

Empréstimos obtidos de empresas do grupo:

	<u>Curto prazo</u>	<u>Médio e longo prazo (a)</u>	<u>Total</u>
Sojornal	-	7.500.000	7.500.000
Imprejornal	1.750.000	4.000.000	5.750.000
Controljornal	-	18.900.000	18.900.000
	-----	-----	-----
	1.750.000	30.400.000	32.150.000
	=====	=====	=====

(a) Estes empréstimos não vencem juros e não têm prazos de reembolso definidos.

19. VALORES DE MERCADO DO ACTIVO CIRCULANTE

Em 31 de Dezembro de 2004, não haviam diferenças, que não estivessem cobertas por provisões, entre os valores das rubricas do activo circulante, calculadas de acordo com os critérios valorimétricos adoptados pela Empresa, e o respectivo valor de mercado ou de realização.

31. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO31.1 Pensões

Determinadas empresas do Grupo (Impresa, Sojornal, Cinforma, Medipress e Imprejornal) assumiram o compromisso de conceder aos empregados e administradores remunerados admitidos até 5 de Julho de 1993 prestações pecuniárias a título de complemento de pensões de reforma por velhice e invalidez. Estas prestações são calculadas com base numa percentagem crescente com o número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial ou numa percentagem fixa aplicada ao salário base, à data de aniversário definida como sendo os valores em 2002.

Em 1987 as empresas supra referidas criaram um fundo de pensões autónomo para cobrir as suas responsabilidades e as de outras empresas do grupo pelo pagamento das prestações pecuniárias acima referidas, sendo da responsabilidade da Empresa, a gestão conjunta das responsabilidades decorrentes desta situação, bem como do respectivo fundo de pensões.

De acordo com um estudo actuarial realizado pela sociedade gestora do fundo, o valor actual das responsabilidades do conjunto das empresas supra referidas por serviços passados dos seus empregados

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)

activos e reformados em 31 de Dezembro de 2004 foi estimado em 5.945.024 Euros, sendo que o valor do fundo a essa data ascendia a 6.097.435 Euros.

O estudo foi efectuado utilizando o método denominado por "Unit Credit Projected" para o cálculo das pensões por velhice e o método denominado por "Prémios Únicos Sucessivos" para o cálculo das pensões por invalidez e considerou, naquela data, os seguintes principais pressupostos e bases técnicas e actuariais:

Taxa anual de rendimento do Fundo	6%
Taxa de crescimento salarial	0%
Taxa de crescimento das pensões	0%
Taxa de crescimento do salário mínimo nacional	4,5%
Taxa técnica actuarial	4%
Taxa de crescimento salarial para efeitos da determinação da pensão da Segurança Social	2%
Tábuas actuariais:	
Mortalidade	TV 73/77
Invalidez	EVK 80
Rotação de empregados	Nula

31.2 Compromissos para a aquisição de participações financeiras

Em 22 de Dezembro de 2004, a Impresa, através da sua participação Cinforma, celebrou contratos promessa para a aquisição de 49% da SIC, pertencentes ao Banco BPI e aos restantes minoritários, pelo montante de 152.500.000 Euros. Após a conclusão desta operação, a Impresa passará a deter, através das participadas Soincom e Cinforma, 100% do capital da SIC. Esta operação de concentração foi autorizada, em 11 de Fevereiro de 2005, pela Autoridade da Concorrência.

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2004, a Impresa mantém o penhor de acções representativas de 100% do capital da Soincom para garantir o empréstimo contraído inicialmente por esta empresa participada junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., o qual foi transferido para a Impresa em 2001 e para garantir o empréstimo contraído junto da Caixa Banco de Investimento; adicionalmente, como garantia dos referidos empréstimos a Soincom tem empenhadas acções representativas de 51% do capital da sua participada SIC (Nota 50).

Em 31 de Dezembro de 2004, a Empresa deu em penhor as quotas representativas de 50% do capital da Edimpresa para garantir um empréstimo contraído pela Edimpresa junto do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2004, a Impreger (accionista principal da Impresa) mantém o penhor de acções representativas de 6,78% do capital da Impresa para garantir um empréstimo contraído por aquela junto Banco Português de Investimento, S.A. e da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Nota 50).

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, o movimento ocorrido nas provisões foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aumentos	Utilização	Equivalência patrimonial (Nota 10)	Saldo final
Provisões para perdas em investimentos financeiros (Nota 16)	3.968.541	168.042	(3.965.428)	(15.974)	155.181

O aumento verificado nesta rubrica diz respeito à aquisição da totalidade do capital na Cinforma por 50.000 Euros, a qual tinha capitais próprios negativos (Nota 46).

A diminuição verificada no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 no montante de 3.965.428 Euros, resulta da anulação de contas a receber de uma empresa participada que foi dissolvida em 2004, as quais se encontravam provisionadas naquele montante.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2004 o capital da Empresa encontrava-se totalmente subscrito e realizado e ascendia a 84.000.000 Euros, estando representado por 84.000.000 de acções com o valor nominal de um Euro cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL

A seguinte pessoa colectiva detém mais de 20% do capital subscrito em 31 de Dezembro de 2004:

Impreger – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. 50,31%

40. MOVIMENTO OCORRIDO NAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nos saldos das rubricas do capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Aplicação do resultado	Saldo final
Capital	84.000.000	-	-	-	84.000.000
Prémios de emissão de acções	97.902.257	-	-	-	97.902.257
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	4.924.132	-	(7.078.599)	-	(2.154.467)
Reserva legal	281.051	-	-	-	281.051
Resultados transitados	(81.252.896)	-	7.078.599	(10.201.602)	(84.375.899)
Resultado líquido do exercício	(10.201.602)	6.210.579	-	10.201.602	6.210.579
	<u>95.652.942</u>	<u>6.210.579</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>101.863.521</u>

Prémios de emissão de acções: O valor registado nesta rubrica, resulta dos ágios obtidos nos aumentos de capital ocorridos no exercício e em exercícios anteriores. Segundo a legislação em vigor, a utilização do valor incluído nesta rubrica segue o regime aplicável à reserva legal, ou seja, não pode ser distribuído aos accionistas, podendo contudo, ser utilizado para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporado no capital.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Aplicação de resultados: Conforme deliberado na Assembleia Geral realizada em 16 de Abril de 2004, o prejuízo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 foi integralmente transferido para a rubrica "Resultados transitados".

43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

Com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, foram atribuídas remunerações aos membros do Conselho de Administração da Impresa de 2.214.084 Euros a pagar pela Impresa e pelas restantes empresas do Grupo.

Com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, foram atribuídas remunerações ao Fiscal Único da Impresa de 133.500 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, têm a seguinte composição:

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Juros suportados	2.241.527	3.191.314
Perdas em empresas do grupo	-	3.293.866
Outros custos e perdas financeiros	37.184	995.758
	-----	-----
	2.278.711	7.480.938
Resultados financeiros	12.783.084	(2.886.794)
	-----	-----
	15.061.795	4.594.144
	=====	=====
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Juros obtidos	70	1.550
Ganhos em empresas do grupo (Nota 10)	15.061.725	4.093.045
Outros proveitos e ganhos financeiros	-	499.549
	-----	-----
	15.061.795	4.594.144
	=====	=====

46. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 têm a seguinte composição:

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Aumento de amortizações e provisões	-	536
Outros	223.043	974
	-----	-----
	223.043	1.510
Resultados extraordinários	(223.043)	338.810
	-----	-----
	-	340.320
	===	=====
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Redução de provisões (Nota 34)	-	77.566
Outros	-	262.754
	-----	-----
	-	340.320
	===	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)48. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2004, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Saldos devedores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (a)	10.243
	=====

Saldos credores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	23.923
Imposto sobre o valor acrescentado – IVA	19
Contribuições para a Segurança Social	28.769

	52.711
	=====

- (a) Este saldo inclui os pagamentos por conta realizados em 2004 e as retenções na fonte deduzidos da estimativa de imposto, como segue:

Retenções na fonte	14
Pagamentos por conta	14.723
Estimativa de imposto	(4.493)

	10.243
	=====

49. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2004, estas rubricas têm a seguinte composição:

Acréscimos de custos:

Remunerações e bónus a liquidar	905.796
Juros a pagar	29.214

	935.010
	=====

Proveitos diferidos:

Acordo Lusomundo (a)	934.290
Ganho gerado no aumento de capital da Vasp (a)	919.755

	1.854.045
	=====

- (a) Estas rubricas respeitam à mais-valia gerada pelo aumento de capital ocorrido na Vasp no exercício de 2002 e não acompanhado pelo Grupo, de 1.161.804 Euros e a uma indemnização de 1.111.142 Euros recebida no âmbito de um acordo celebrado com a Lusomundo, os quais estão a ser reconhecidos como proveitos num período de 12 anos. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 a Empresa reconheceu na demonstração dos resultados o valor de 197.884 Euros na rubrica "Outros proveitos operacionais". Este valor foi apropriado pela Empresa durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, aquando do processo de dissolução da sua participada Hoge (Nota 10).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)50. DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2004, o saldo de dívidas a instituições de crédito, dizia respeito a:

	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total
Caixa Geral de Depósitos, S.A. (a)	1.500.000	28.500.000	30.000.000
Banco Português de Investimento, S.A. e Caixa Geral de Depósitos, S.A. (b)	1.689.922	5.185.503	6.875.425
Caixa Banco de Investimento, S.A. (c)	500.000	4.500.000	5.000.000
	<u>3.689.922</u>	<u>38.185.503</u>	<u>41.875.425</u>

- (a) Em Novembro de 1999 foi celebrado pela Soincom um contrato de financiamento com a Caixa Geral de Depósitos, S.A. no montante inicial de 54.867.769 Euros, a ser reembolsado em prestações anuais com vencimento em 30 de Junho de cada ano. No exercício de 2001, a Soincom transferiu para a Impresa a sua posição contratual no referido empréstimo, tendo a Impresa registado um valor a receber dessa empresa participada de igual montante (Nota 16). Consequentemente, a Impresa assumiu perante a Caixa Geral de Depósitos, S.A. todas as obrigações da Soincom decorrentes do referido contrato.

O contrato de financiamento referente a este empréstimo tinha originalmente considerados determinados *covenants*, os quais foram suspensos em 2001 por acordo com a Caixa Geral de Depósitos, S.A..

No segundo semestre de 2004 o Grupo procedeu à reestruturação da dívida através de aditamento ao contrato inicial com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., do qual resultou o seguinte plano de reembolso:

2005	<u>1.500.000</u>
2006	2.500.000
2007	3.000.000
2008	4.000.000
2009	4.000.000
2010	5.000.000
2011	5.000.000
2012	5.000.000
	<u>28.500.000</u>
	<u>30.000.000</u>

Este empréstimo vence juros a uma taxa correspondente à Euribor a seis meses adicionada de 1,75% e o seu pagamento é efectuado semestral e postecipadamente.

Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo a Empresa efectuou o penhor das acções representativas de 100% do capital da Soincom e esta empresa participada efectuou o penhor das acções representativas de 51% do capital da SIC (Nota 32).

- (b) O saldo desta rubrica refere-se a um empréstimo bancário contraído em 5 de Junho de 2003 junto do Banco Português de Investimento, S.A. e da Caixa Geral de Depósitos, S.A., até ao montante máximo de 7.500.000 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)

Este empréstimo vence juros a uma taxa correspondente à Euribor a três meses adicionada de 2,25% e o seu pagamento é efectuado trimestral e postecipadamente. O empréstimo é amortizado trimestralmente conforme segue:

2005	<u>1.689.922</u>
2006	2.253.229
2007	2.253.229
2008	<u>679.045</u>
	<u>5.185.503</u>
	<u>6.875.425</u>

Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo a Impreger mantém o penhor de 4.883.725 acções representativas de 6,78% do capital da Impresa (Nota 32).

- (c) O saldo desta rubrica refere-se a um empréstimo bancário contraído pela Impresa em 22 de Dezembro de 2004 junto da Caixa Banco de Investimento, S.A., no montante de 5.000.000 Euros.

Este empréstimo vence juros a uma taxa correspondente à Euribor a seis meses adicionada de 1,75% e o seu pagamento é efectuado semestral e postecipadamente, vencendo-se a primeira prestação em 22 de Junho de 2005. O empréstimo será amortizado conforme segue:

2005	<u>500.000</u>
2006	1.500.000
2007	1.000.000
2008	1.000.000
2009	<u>1.000.000</u>
	<u>4.500.000</u>
	<u>5.000.000</u>

Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, em 31 de Dezembro de 2004, a Soincom mantém empenhadas acções representativas de 51% do capital da SIC e a Impresa acções representativas de 100% do capital da Soincom (Nota 32).

51. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

A demonstração dos resultados por funções foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística n.º 20, havendo os seguintes aspectos a salientar:

- (b) A rubrica de “Custos administrativos” da demonstração dos resultados por funções (“DRF”) inclui diversas rubricas da demonstração dos resultados por naturezas (“DRN”), nomeadamente: “Fornecimentos e serviços externos”, “Custos com o pessoal” e “Amortizações do exercício”.
- (b) A rubrica “Outros custos e perdas operacionais” da DRF inclui os valores registados nas rubricas “Impostos” e “Outros custos e perdas operacionais” da DRN.

52. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2004, encontram-se a decorrer contra algumas empresas do Grupo diversas acções interpostas por terceiros, cujos montantes e desfechos não são conhecidos à data de preparação destas demonstrações financeiras. Na opinião do Conselho de Administração/Gerência e dos advogados dessas empresas do Grupo, não se prevê que dessas acções venham a resultar responsabilidades de valores significativos, que não se encontrem cobertas por provisões registadas nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004 da Empresa ou dessas empresas do Grupo.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS INDIVIDUAIS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 da Impresa – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2004 que evidencia um total de 178.933.801 Euros e capitais próprios de 101.863.521 Euros, incluindo um resultado líquido de 6.210.579 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como as suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca “Deloitte”, “Deloitte & Touche”, “Deloitte Touche Tohmatsu” ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - NIPC: 501 776 311 - Matriculada na CRC de Lisboa sob o nº 11.743
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt
- Porto: Edifício Aviz, Av. da Boavista, 3523 - 1º, 4100-139 Porto - Tel: +(351) 226 191 300 - Fax: +(351) 226 101 204

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Empresa – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. em 31 de Dezembro de 2004, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, através do qual são considerados no resultado líquido e no capital próprio os efeitos da consolidação das empresas participadas, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos e proveitos totais, o que será efectuado em demonstrações financeiras consolidadas a aprovar e publicar em separado.

7. O balanço em 31 de Dezembro de 2004 inclui trespases líquidos de, aproximadamente 114.600.000 Euros, que estão a ser amortizados em vinte anos, relacionados com a aquisição da principal empresa participada, cujas demonstrações financeiras, naquela data, evidenciam resultados transitados negativos e resultados líquidos positivos nos dois últimos exercícios. A recuperação destes trespases depende do sucesso futuro das operações daquela empresa participada.

Lisboa, 7 de Março de 2005

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

CONTAS INDIVIDUAIS

**Aos Accionistas da
Impresa - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Impresa - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Empresa") relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade e os negócios da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2004, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e os respectivos anexos. Adicionalmente, revimos o Relatório de Gestão, preparado pelo Conselho de Administração da Empresa e a proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas e inclui uma ênfase, relacionada com a recuperação dos trespasses relativos à principal empresa participada e o Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada, nos termos do art. 451º do Código das Sociedades Comerciais.

Face ao exposto, e tendo em consideração o descrito no parágrafo 7 da Certificação Legal das Contas, somos da opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 7 de Março de 2005

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - NIPC: 501 776 311 - Matriculada na CRC de Lisboa sob o nº 11.743
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt
- Porto: Edifício Aviz, Av. da Boavista, 3523 - 1º, 4100-139 Porto - Tel: +(351) 226 191 300 - Fax: +(351) 226 101 204

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO DE 2004

Dando cumprimento às exigências impostas por lei às sociedades abertas, o Conselho de Administração da IMPRESA – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A. vem apresentar o seu RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO relativo ao exercício do ano 2004.

Ao fazê-lo, teve a natural preocupação de que o mesmo contenha elementos e informação suficientes para que os senhores accionistas e o público investidor em geral, possam avaliar, com clareza e objectividade, a actividade do GRUPO IMPRESA no respectivo horizonte de intervenção.

1. Principais Objectivos atingidos em 2004

Tabela 1. Principais indicadores

(Valores em 000 €)	Dez-04	Dez-03 (pf)	var (%)	4º Tr 04	4º Tr 03 (pf)	var (%)
Receitas Consolidadas	258.769	230.357	12,3%	73.888	69.889	5,7%
Publicidade	178.947	158.352	13,0%	52.539	51.006	3,0%
Vendas de Publicações	35.371	33.555	5,4%	8.426	7.618	10,6%
Outras	47.262	40.828	15,8%	13.451	12.437	8,2%
Receitas Televisão	164.893	144.720	13,9%	46.018	44.084	4,4%
Receitas Jornais	56.894	50.748	12,1%	16.928	15.775	7,3%
Receitas Revistas	39.793	37.267	6,8%	11.470	11.201	2,4%
EBITDA Consolidado	57.763	35.673	61,9%	19.916	16.238	22,6%
Margem EBITDA	22,3%	15,5%		27,0%	23,2%	
EBITDA Televisão	42.417	25.804	64,4%	14.583	13.332	9,4%
EBITDA Jornais	13.436	8.417	59,6%	4.337	3.397	27,7%
EBITDA Revistas	5.566	5.184	7,4%	2.038	2.109	-3,4%
EBIT Consolidado	41.267	15.264	170,4%	16.256	12.117	34,2%
Margem Ebit	15,9%	6,6%		22,0%	17,3%	
Resultados Líquidos	6.211	-10.202	n.a.	3.948	144	2639,7%
Dívida Líquida	92,2	140,3	-34,3%	92,2	140,3	-34,3%

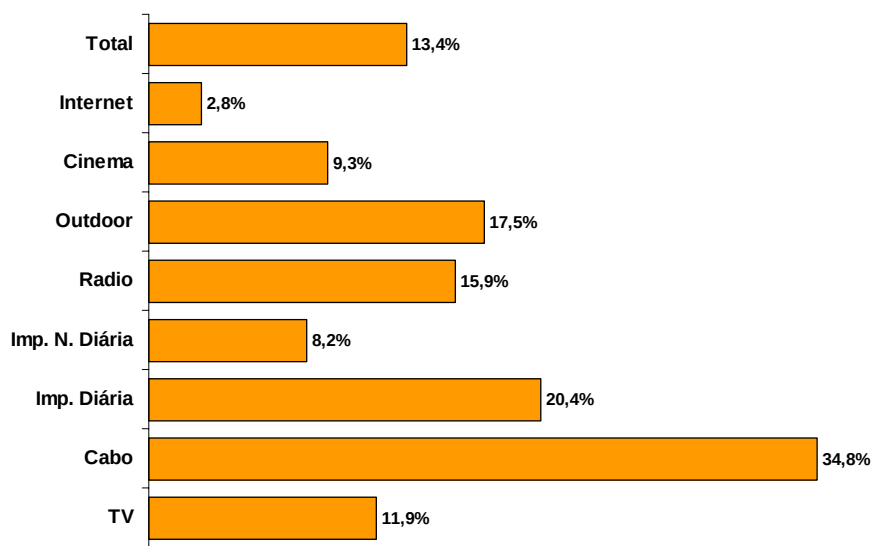
- **CRESCIMENTO** – As receitas consolidadas subiram 12,3% para 258,7 M€, em consequência de:
- Aumento de 13,0% das receitas publicitárias.
 - Aumento de 5,4% das receitas com a venda de publicações.
 - Aumento de 15,8% de outras receitas.

- EBITDA – 57,7 M€, o que corresponde a uma margem recorde de 22,3% e significa um crescimento de 61,9% em relação a 2003.
- RESULTADOS OPERACIONAIS – 41,2 M€, o que representa uma margem EBIT de 15,9% e cerca de 1,7 vezes mais do que o EBIT registado em 2003.
- REGRESSO A RESULTADOS POSITIVOS – Os lucros líquidos foram de 6,2 M€, contra 10,2 M€ negativos registados em 2003.
- REDUÇÃO DA DÍVIDA – A dívida líquida remunerada desceu para 92,2 M€, o que corresponde a uma redução de 34,3%.
- AQUISIÇÃO dos restantes 50% do semanário AutoSport.
- ACORDO PARA AQUISIÇÃO de 49% do capital da SIC, com vista ao controlo da totalidade do capital.

2. Mercado Publicitário

Após o início da recuperação do investimento publicitário em 2003, o ano de 2004 beneficiou de vários eventos, como o Euro 2004, o Rock-in-Rio Lisboa e os Jogos Olímpicos de Atenas, para atingir valores próximos dos registados em 2000. De acordo com as mais recentes estimativas, o mercado publicitário subiu 13,4% em 2004, contra 3,6% em 2003.

Mercado Publicitário em 2004



Fonte: APAP/Deloitte/TempoOMD

Em valores absolutos, o mercado total de publicidade ter-se-á situado nos 664 M€, verificando-se uma recuperação em todos os segmentos. A subida na televisão “aberta” rondou 11,9%, enquanto os canais por cabo continuaram a apresentar um ritmo de crescimento rápido (+34,8%) o que, no seu conjunto, representa 55,4% do investimento publicitário em Portugal, sensivelmente o mesmo valor do registado em 2003. A imprensa acusou menores taxas de crescimento, nomeadamente no segmento não diário, que apenas cresceu 8,2%.

3. Televisão

Tabela 2. Indicadores da SIC

	Dez-04	Dez-03	var (%)	4º Tr 04	4º Tr 03	var (%)
Receitas Totais	164.892.781	144.720.116	13,9%	46.017.577	44.083.922	4,4%
Publicidade	126.235.037	109.534.726	15,2%	36.775.392	35.436.441	3,8%
Canais SIC	29.204.282	27.668.290	5,6%	7.391.048	7.175.108	3,0%
Outras	9.453.463	7.517.100	25,8%	1.851.137	1.472.374	7,9%
EBITDA	42.417.288	25.804.336	64,4%	14.583.098	13.331.808	9,4%
EBITDA (%)	25,7%	17,8%		31,7%	30,2%	
Resultado Líquido	20.334.667	5.299.475	283,7%	7.953.368	7.059.968	12,7%

Nota: Os Canais SIC englobam SIC Notícias, SIC Radical, SIC Mulher, SIC Gold/Comédia, SIC Internacional e subscritores internacionais da SIC Notícias.

No ano de 2004, a SIC atingiu um volume de negócios consolidado de 164,9 M€, o que representou um crescimento de 13,9% em relação a 2003. No 4º trimestre, e relativamente a igual período do ano anterior, a SIC registou um aumento de 4,4% nas receitas totais.

As receitas de publicidade, com um crescimento de 15,2%, foram um dos impulsionadores do aumento da facturação total, superando o crescimento do mercado publicitário em televisão, próximo dos 11,9%, e reforçando a sua quota do investimento publicitário.

Este crescimento deveu-se, em parte, aos eventos já referidos (Rock-in-Rio, Euro 2004 e Jogos Olímpicos de Atenas) mas também à redução da comissão de agência que passou de 11% para 6,5%.

Pelo décimo ano consecutivo, a SIC foi líder de audiências no mercado de televisão, com uma média de 29,3%.

A programação da SIC concentrou-se no reforço da sua posição junto dos principais públicos alvo, tendo registado significativos progressos no acesso ao “prime-time” e no próprio “prime-time”.

Merece especial destaque, pelo impacto nas receitas comerciais, a liderança no target comercial ABC1C2 15-54, com o “share” de 28,8%.

Programação da SIC

Ao longo do ano, a SIC construiu um perfil de programação em que o humor foi complementado pelas melhores novelas, merecendo realce os seguintes pontos:

- Reforço da linha de programas populares e de humor, com destaque para "Os Super Malucos do Riso" e a grande surpresa na televisão portuguesa que foi a criação do programa de "stand-up comedy" "Levanta-te e Ri", reveladora de uma fornada de jovens talentos. Na mesma linha do humor surgiram ainda novos programas como "K7 Pirata", "Maré Alta" e "Flagrante Delírio".
- Produção da 2ª edição do programa "Ídolos".
- Demonstração de maior capacidade competitiva no horário nobre, devido, sobretudo, aos bons resultados das novelas da Globo, que atingiram os valores mais altos desde o final de 2000. De referir as novelas "Chocolate com Pimenta", que liderou o respectivo "time-slot", e "Senhora do Destino" e "Cabocla", que continuam a liderar nos seus horários.
- Diversificação da oferta para o público infantil com produção própria, estreando as novas séries "Uma Aventura" e "Dá-lhe Gás".
- Regresso das séries de sucesso, como "CSI – Crime Sob Investigação" que, depois de "Rex", constituiu o maior êxito internacional em Portugal desde 1992.
- Programação de cinema com dois fortes parceiros internacionais, Disney e Dreamworks, que incluiu 11 filmes no top 15 de cinema de todas as televisões nacionais.

Informação na SIC

A informação manteve a sua linha editorial própria, assente em princípios de independência e de rigor. Num ano marcado pela polémica sobre as relações "suspeitas" entre o poder político e os órgãos de comunicação social, nomeadamente as televisões, em momento algum esteve em causa a reputação da SIC.

Com o seu habitual rigor e credibilidade, a SIC acompanhou os principais acontecimentos que influenciaram a vida dos portugueses e a marcha do mundo:

- O Euro 2004 constituiu o evento desportivo mais importante jamais realizado em Portugal. Foi, talvez, uma das maiores apostas da SIC, pelos investimentos e meios envolvidos.
- O Rock-in-Rio Lisboa foi também o maior festival de sempre realizado no país. Um exclusivo SIC, que mereceu da informação uma cobertura exaustiva e de qualidade.
- Os repórteres da SIC cobriram, entre muitos outros acontecimentos mundiais decisivos para o futuro, as eleições americanas, o terrorismo e as eleições em Espanha, a situação política

na Venezuela, o pós-guerra no Iraque, o dia-a-dia de palestinianos e israelitas, a morte de Arafat e a tragédia no Sudeste Asiático.

- Os processos Casa Pia e Apito Dourado, a rede de droga desmantelada na Venezuela, os grandes incêndios no Algarve, entre outros, marcaram os noticiários da estação.

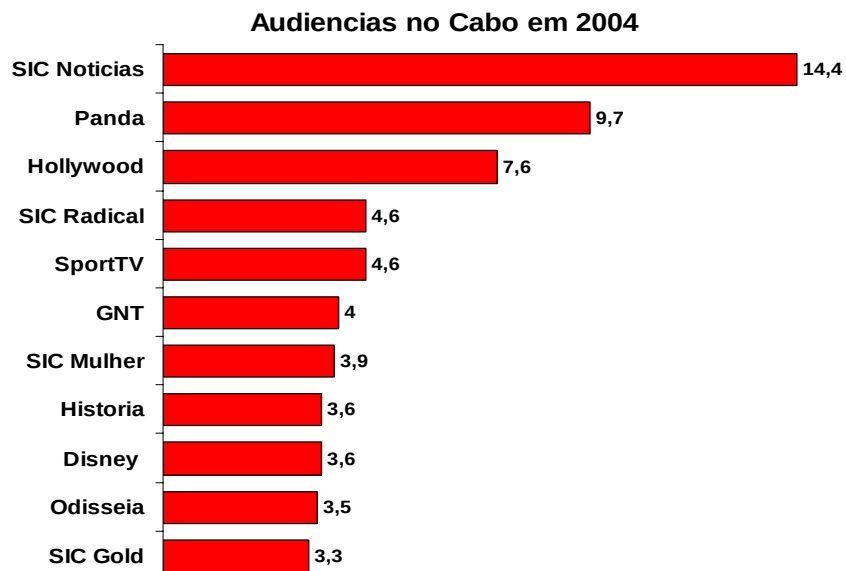
A nível interno, no seguimento da bem sucedida integração das redacções da SIC e da SIC Notícias, completou-se o ciclo com a passagem da SIC Online para a alçada da Direcção de Informação. Esta medida complementou o já inovador conceito de gestão de trabalho adoptado e iniciado em 2003, permitindo a racionalização de meios e o reforço do espírito de equipa.

A média das audiências da informação diária (Primeiro Jornal e Jornal da Noite) atingiu 29,5%, valor ligeiramente acima da média da estação (29,3%). No total, a informação da SIC voltou a liderar no “share” comercial com 29,7%.

O ano de 2004 ficou, também, marcado por um conjunto de iniciativas editoriais levadas a efeito em parceria com a Visão e com o Expresso. Além da reportagem semanal SIC-Visão, vários correspondentes e enviados especiais da SIC trabalharam simultaneamente para outros meios do Grupo, tendo em muitos casos havido partilha de despesas e exposição das marcas (títulos) nos noticiários televisivos.

Canais Temáticos

Os canais temáticos da SIC continuaram a ter uma presença constante no top 10 da TV Cabo e atingiram, em média, 26,2% das audiências totais dos canais temáticos do cabo durante 2004. As receitas geradas pelos canais temáticos e internacionais da SIC cresceram 5,6% em 2004, representando 17,7% da facturação da SIC.



O ano de 2004 foi marcado pelo aparecimento de canais concorrentes (AXN, RTP Memória, Lusomundo Action), por reposicionamentos importantes do pacote de canais da mesma plataforma (Hollywood, RTP N, Panda, GNT) e por uma reformulação interna, com a substituição, em Outubro, da SIC Gold pela SIC Comédia.

SIC Notícias

O canal SIC Notícias, no seu quarto ano de actividade, continuou a liderar os canais temáticos do cabo, com uma audiência média de 14,4%, aumentando a diferença face à concorrência directa.

A SIC Notícias acabou o ano de 2004 como o quarto canal nacional no universo total do cabo, aumentando a diferença que a separava de A 2:. Em 78 dias do ano, a SIC Notícias foi vista por mais de dois milhões de telespectadores.

A SIC Notícias, que atingiu 52.000 subscritores internacionais, nomeadamente em Angola, África do Sul e Moçambique, continuou em forte fase de expansão internacional.

SIC Radical

Nos canais de cabo, e no escalão etário dos 15 aos 24 anos, a SIC Radical foi o canal mais visto em 2004. Apesar da diferença percentual para a concorrência ter diminuído, a SIC Radical manteve a liderança, nesse segmento, pelo quarto ano consecutivo. No universo total, a SIC Radical ocupou, também pelo quarto ano consecutivo, a quarta posição entre os canais mais vistos do cabo.

Para a SIC Radical os melhores dias de 2004 corresponderam à transmissão integral do Rock-in-Rio Lisboa. Esta transmissão fez de Maio e Junho de 2004 os melhores meses do ano do canal. A SIC Radical transmitiu cerca de 14 horas diárias do Rock-in-Rio, incluindo a totalidade dos concertos ao vivo.

A produção portuguesa foi uma das prioridades do canal. Assim, para além da primeira incursão na área da animação com “Anjinho da Guarda”, estreou outros sete programas. A maior revelação televisiva do ano consubstanciou-se no projecto “Gato Fedorento”, nascido em 2003, dando origem a alguns factos notáveis:

- Ricardo Araújo Pereira, principal figura do programa, foi considerado pela generalidade dos críticos da comunicação social, como a personalidade televisiva revelação de 2004.
- O lançamento do DVD da primeira temporada do “Gato Fedorento” foi o projecto de merchandising que mais receitas gerou na história da SIC.

SIC Mulher

O canal SIC Mulher atingiu uma audiência média de 3,9%, sendo, no seu primeiro ano completo, o sétimo mais visto no âmbito dos canais de cabo. No target feminino dos 15 aos 44 anos, a SIC

Mulher foi o segundo canal mais visto de 2004. O perfil da estação centrou-se no escalão etário dos 15 aos 44 anos (78%) nas classes A/B/C1 (74,7%) assumidamente feminino (62%) e na zona da Grande Lisboa (54,5%). De 2003 para 2004, a SIC Mulher subiu de audiência em todos os targets, à excepção da classe etária dos 4/14 anos e das regiões Interior e Sul, onde manteve os mesmos valores.

A produção nacional do canal aumentou em 2004, com magazines como “Querido, mudei a casa”, “Corte i Costura” e “Sorri.come”. Da produção estrangeira com maior sucesso destacaram-se séries como “O Sexo e a Cidade”, “Doido por ti”, “As Manias de Stark” e “A Juíza”, e o talk-show em estreia na televisão portuguesa “Oprah Winfrey Show”.

SIC Comédia

A 18 de Outubro 2004, desapareceu o primeiro canal temático da SIC – SIC Gold – nascido a 29 de Junho de 2000, para dar lugar ao mais novo “membro da família” – SIC Comédia.

Desde o seu lançamento, a SIC Comédia superou os resultados da extinta SIC Gold, tendo fechado o mês de Dezembro como o oitavo canal mais visto dos canais de cabo.

Com uma grelha essencialmente composta por programas estrangeiros, a SIC Comédia fez algum aproveitamento dos contratos ainda em vigor para a SIC Gold, não desenvolvendo ainda todo o seu potencial em termos de conteúdos. De destacar, pelo seu sucesso, as séries de produção estrangeira “The Tonight Show with Jay Leno”, “Late Night Show with Conan O’Brien”, “Allo, Allo” e “Black Adder”.

SIC Internacional

De destacar a expansão da SIC Internacional que, em Agosto, entrou no mercado brasileiro, com acesso através de redes cabo e satélite locais, e que, a partir de Dezembro 2004, passou a ser distribuída nos Estados Unidos pela DISH Network estendendo a sua cobertura à rede de cabo da Comcast. No Canadá, alargou a sua presença ao Quebec, onde se concentra a segunda maior comunidade portuguesa residente.

Outras Áreas de Negócio

As novas áreas de negócio continuaram a ganhar peso nas receitas totais da SIC, tendo crescido 25,8% até ao final de 2004 e atingido 9,4 M€. Para este crescimento contribuíram:

- O crescimento da SIC Serviços, que esteve envolvida na cobertura do Rock-in-Rio, do Euro 2004 e dos Jogos Olímpicos de Atenas e na produção de jogos para a SportTV.
- A SIC Online, que consolidou a sua actividade, apostando claramente na melhoria da qualidade de serviço e dos conteúdos disponibilizados nas áreas da internet, teletexto e interactividade com os canais de televisão e com a SIC Indoor.

- Os sites da SIC, que assumiram uma posição de liderança inequívoca no universo dos sites de operadores de televisão e dos sites dos meios de comunicação social. Esta liderança foi confirmada pelas audiências da Marktest.
- As receitas dos serviços SMS, Teletexto e SIC Portátil, que continuaram a ultrapassar as expectativas, tendo apresentado um crescimento de 198%, representando 2% do total da facturação da SIC. De uma média mensal de 300.000 SMS's em 2003, passou-se para uma média mensal de 700.000 SMS's, em 2004. De realçar que estes serviços foram, já em 2005, integrados na SIC Multimédia para potenciar o seu futuro desenvolvimento.
- O lançamento do DVD do "Gato Fedorento", que se tornou no maior sucesso comercial de todos os produtos televisivos nacionais, com vendas que ascenderiam a 48.000 cópias no final de 2004, entretanto já superadas.
- A assinatura de novos contratos de gestão comercial fruto da experiência adquirida desde o lançamento da SIC Indoor em Maio de 2003. Durante o mês de Janeiro de 2005 foi concluído o processo de modernização dos meios de emissão, tendo-se efectuado uma reformulação completa dos anteriores sistemas de projecção e de gestão de conteúdos. Finalmente, abriram-se novas linhas de negócio que perspectivam o fornecimento de conteúdos e de serviços de gestão de canais indoor para outras entidades, como as redes ibéricas de televisão corporativa da Galp, Repsol e Cepsa. De referir ainda que a SIC Indoor foi escolhida como a entidade que irá gerir os canais indoor da Refer e Transtejo.

Indicadores Operacionais

Apesar do rápido crescimento das novas áreas de negócios e da realização dos grandes eventos referidos, os custos operacionais mantiveram-se sob um controlo rigoroso, crescendo apenas 3,0%, para 122,4 M€.

A principal fatia destes custos refere-se à programação dos 6 canais da SIC que, apesar da realização do Euro 2004, do Rock-in-Rio e do lançamento da SIC Comédia, apenas subiram 2,8%, atingindo 71 M€.

Os custos com pessoal mantiveram-se controlados, apresentando um aumento de 1,5%. De registar cerca de 339 mil Euros de custos de reestruturação.

A evolução das receitas e dos custos operacionais permitiu expandir as margens EBITDA. Em 2004, o EBITDA subiu 64,4% atingindo 42,4 M€, o que representou uma margem de 25,7%. No que respeita ao 4º trimestre, a margem registada foi de 31,7%. De realçar, para esta evolução, o contributo da SIC Online, que, pela primeira vez, obteve uma margem EBITDA positiva.

No processo de recuperação da SIC é de realçar a significativa melhoria do balanço. A dívida líquida remunerada desceu de 62,8 M€ para 19,4 M€ no final de Dezembro. A alienação do edifício da SIC a um fundo imobiliário, que representou um encaixe de 12,3 M€, contribuiu para esta redução.

Após a SIC ter regressado aos resultados positivos em 2003, o crescimento da facturação, o controlo dos custos e a consequente expansão das margens e redução dos encargos financeiros permitiram uma subida dos lucros líquidos na ordem dos 283,7% atingindo 20,3 M€ em 2004.

4. Jornais

Tabela 3. Indicadores dos Jornais

	Dez-04	Dez-03	var %	4º Tr 04	4º Tr 03	var %
Receitas Totais	56.893.567	50.747.750	12,1%	16.928.400	15.775.450	7,3%
Publicidade	36.538.129	32.474.392	12,5%	10.912.852	10.181.259	7,2%
Publicações	15.451.693	15.016.445	2,9%	3.636.722	3.427.501	6,1%
Outras	4.903.745	3.256.914	50,6%	2.378.826	2.166.691	9,8%
EBITDA	13.435.810	8.416.680	59,6%	4.336.605	3.396.645	27,7%
EBITDA (%)	23,6%	16,6%		25,6%	21,5%	
Resultado Líquido	9.477.457	4.162.229	127,7%	3.507.520	2.526.264	38,8%

As receitas totais deste segmento atingiram 56,9 M€, tendo crescido 12,1%. No 4º trimestre, aumentaram 7,3% face a igual período de 2003.

As receitas publicitárias cresceram 12,5%, representando 64% das receitas totais. Todas as publicações apresentaram crescimento das suas receitas de publicidade.

O Expresso continuou a ser o principal responsável pelo crescimento, com um aumento de 14,1% nas receitas publicitárias, seguido pela SurfPortugal (+9,4%), AutoSport (+8,3%), Blitz (2,3%) e Jornal da Região (1,1%).

As receitas com as vendas de exemplares subiram 2,9%, impulsionadas pelo aumento de preços de capa, o que ajudou a compensar a quebra generalizada das circulações dos jornais. As vendas de publicações representaram 27% das receitas totais.

Por outro lado, a aposta em produtos alternativos continuou a ter grande sucesso e constituíram a maioria das outras receitas. O seu crescimento foi de 50,6% representando já 8,6% do montante total das receitas

Expresso

O jornal Expresso, editado pela Sojornal, onde a Impresa detém 100% do capital, registou um total de receitas de 49 M€, o que representou um crescimento de 11,1% em relação a 2003.

As receitas publicitárias continuaram a ser o principal suporte do crescimento, com uma subida de 14,1%. O 1º caderno teve um comportamento de realçar, com uma subida de receitas publicitárias de 23% face ao ano anterior, enquanto que os cadernos de Economia e Internacional, do Emprego, que foram sujeitos a remodelações gráficas e editoriais, e o novo caderno “Espaço & Casas” proporcionaram um aumento das receitas publicitárias em mais de 20%.

A nível da circulação, há a registar uma quebra de cerca de 4%, tendência que se verifica pelo 2º ano consecutivo, pese, embora, seja este o comportamento do mercado. Apesar disso, o Expresso vendeu, em Junho, 163.155 exemplares da edição em que ofereceu a bandeira portuguesa, atingindo assim um máximo que não era alcançado desde 1998. Em valor, as vendas do jornal atingiram 14,3 M€, o que corresponde a um crescimento de 1%, explicado na totalidade pelo aumento de preço de capa do jornal.

Em termos de audiências, de registar que, de acordo com relatório Bareme Imprensa, este indicador subiu de 8,0 %, na primeira vaga de 2004, para 8,4% na terceira vaga.

Finalmente aprez registar o comportamento das outras receitas, que representaram 15% das vendas em banca, referentes às várias iniciativas editoriais, nomeadamente:

- Relançamento de “Os Lusíadas” no início do ano, na sequência do êxito alcançado em 2003.
- Venda do Anuário Expresso 2004.
- Lançamento inédito do jogo do 25 de Abril.
- Guias de Espanha durante o Verão.
- Lançamento da “Peregrinação” de Fernão Mendes Pinto em 10 volumes.
- Venda do DVD “Fahrenheit 9/11”.
- Lançamento do livro “Volta ao Mundo” de Gonçalo Cadilhe.

Como corolário da sua actividade no ano em análise, a Sojornal, editora do Expresso, obteve um resultado líquido de 8,5 M€, superior em 63,4% ao obtido em 2003.

Jornal da Região

O Jornal da Região, editado pela Publiregiões, onde a Impresa detém 60% do capital, atingiu um volume de receitas de 2,2 M€, apresentando um ganho de 1,1% e invertendo, deste modo, a queda de receitas registada nos últimos 3 anos. Este crescimento foi atingido apesar do encerramento de uma das edições de Lisboa no início de 2004. No 4º trimestre, o Jornal da Região viu crescer as suas receitas de publicidade em 5,3%.

O Jornal da Região é actualmente publicado em 6 edições – Lisboa, Oeiras, Cascais, Sintra, Amadora e Almada – que, no conjunto, representam uma tiragem semanal aproximada de 200 000 exemplares.

Simultaneamente, como resultado da reestruturação efectuada nos últimos anos, atingiu-se, pela primeira vez desde do lançamento do Jornal da Região, uma margem EBITDA positiva (5,3%).

Os resultados líquidos ainda negativos, de 264 mil Euros, foram, no entanto, três vezes inferiores ao ano de 2003.

AutoSport

Na segunda metade de 2004, a Impresa passou a deter 100% do semanário “AutoSport”, a que correspondeu um investimento de 653 mil euros.

As receitas totais atingiram 1,42 M€, um ligeiro acréscimo de 1% face a 2003. O crescimento das receitas de publicidade (+8,3%) compensou a quebra das receitas de circulação (-12%). A manutenção da tendência de descida dos valores de circulação levou a uma profunda remodelação do jornal no início de Janeiro 2005.

A rentabilidade foi penalizada por custos de reestruturação, no montante de 164 mil Euros, efectuados após a compra da totalidade do capital, pelo que os lucros caíram para 12 mil Euros no final de 2004.

Blitz

O jornal Blitz, detido em 100% pela Impresa, aumentou as suas receitas totais em 19,6%, atingindo 1,1 M€. Este aumento deveu-se essencialmente à evolução das vendas dos produtos alternativos, em especial CD's de música, e às receitas de publicidade, que compensaram a quebra de venda de jornais.

O controlo de custos permitiu que as margens EBITDA tenham melhorado significativamente, com os resultados do título a subirem para 32 mil euros.

SurfPortugal

A SurfPortugal, detida a 99% pela Impresa, apresentou um crescimento de 9% nas receitas, atingindo 279,3 mil Euros. O aumento registou-se quer através do crescimento das vendas de revistas (+8%), quer das receitas de publicidade (+9%). A circulação média subiu cerca de 6%. Os resultados da SurfPortugal atingiram os 28,3 mil Euros.

Em 2005, iniciou-se o lançamento de uma edição especial da revista, “Snowmotion” dedicada aos desportos de neve e publicada exclusivamente nos meses de Inverno.

Imprejornal

A facturação de serviços da Imprejornal, detida a 100% pela Impresa, atingiu o montante de 4,3 M€, um acréscimo de 3,6% versus o ano anterior.

Praticou-se uma política comercial agressiva visando a captação de novas oportunidades de negócio e disponibilizando maiores capacidades na área da quadricromia. Em conjugação com um grande esforço de controlo e redução de custos fixos, foi possível não só captar novos clientes e fidelizar alguns dos existentes, como manter um nível de resultados acima das previsões, mesmo com um mercado não totalmente recuperado da recessão.

Durante o exercício foi efectuado um investimento total de 97 mil Euros.

No que se refere a financiamentos, a empresa procedeu, durante o exercício em apreço, à amortização das últimas prestações dos empréstimos IAPMEI-1999 e BTA, relacionados com investimentos ao abrigo do PEDIP.

Quanto aos resultados líquidos, o valor apurado foi de 62,9 mil Euros.

Evolução dos custos operacionais

Apesar do acréscimo de actividade, com o aumento do número de páginas e maiores encargos com impressão, os custos operacionais mantiveram-se controlados, tendo crescido apenas 2,7% em 2004. Para esta situação, contribuiu o esforço da reestruturação efectuado nos últimos dois anos e a descida dos preços de papel que ainda se verificou durante o ano. Neste segmento, registaram-se custos de reestruturação no montante de 598 mil Euros, relativos a indemnizações, principalmente no AutoSport e no Expresso.

A evolução favorável dos custos permitiu alcançar uma margem EBITDA de 23,6% em 2004, o que representou uma melhoria de 59,6% em relação a 2003.

O aumento das margens operacionais gerou uma subida substancial dos resultados. Deste modo, os resultados líquidos na área dos jornais situaram-se 127,7% acima dos valores de 2003, atingindo 9,5 M€ no final de 2004.

Para 2005, está previsto o lançamento de um novo semanário, o “Courrier Internacional”.

5. Revistas

Tabela 4. Indicadores das Revistas

	Dez-04	Dez-03 (pro-forma)	var %	4º Tr 04	4º Tr 03 (pro-forma)	var %
Receitas Totais	39.793.246	37.266.753	6,8%	11.469.933	11.200.815	2,4%
Publicidade	16.174.138	16.342.763	-1,0%	4.850.651	5.388.047	-10,0%
Publicações	19.918.851	18.538.576	7,4%	4.788.928	4.190.409	14,3%
Outras	3.700.257	2.385.415	55,1%	1.830.354	1.622.359	12,8%
EBITDA	5.565.742	5.183.753	7,4%	2.037.553	2.108.796	-3,4%
EBITDA (%)	14,0%	13,9%		17,8%	18,8%	
Resultado Líquido	1.442.728	830.880	73,6%	690.923	640.486	7,9%

Nota: Os valores do quadro correspondem a 50% da Edimpresa, reflectindo a participação da Impresa.

A Edimpresa, participada em 50% pela Impresa, é a empresa responsável pela área de revistas e publica cerca de 40 títulos, entre publicações próprias e para terceiros.

O mercado onde a Edimpresa se insere continuou a ser bastante concorrencial, com lançamentos de novas publicações e intensificação das acções comerciais que envolveram a oferta de brindes e venda de produtos de marketing alternativo em quase todos os segmentos de revistas.

As receitas totais da Edimpresa aumentaram 6,8%, atingindo 39,8 M€, num ano muito volátil, com rápidas mudanças de trimestre para trimestre. O 4º trimestre apresentou um ganho de 2,4% da facturação total, impulsionado pelas vendas de publicações (+14,3%) e de produtos alternativos (+12,8%), compensando o prejuízo das receitas de publicidade (-10%).

As vendas de publicações representaram a maior percentagem das receitas totais, com 50% da facturação. Ao longo do ano, as vendas de publicações cresceram 7,4%. Para esta performance contribuiu o aumento das circulações médias verificadas em várias revistas, nomeadamente Caras (+2,0%), TV Mais (+2,6%) e Exame (+11,2%).

De realçar o bom desempenho do segmento juvenil, com as revistas “Barbie” e “Witch” a realizarem vendas na ordem de 28.000 exemplares/mês. Por outro lado, apesar do aumento da concorrência, assistiu-se ao bom comportamento da Visão (-3,1%), da Exame Informática (-1,6%), da Cosmopolitan (-3,3%) e da Activa (-5%). O pior segmento foi o das revistas de decoração que, com o acréscimo da concorrência estrangeira, sofreu quedas de circulação na ordem dos 14%.

Durante o ano continuou a política de relançamento de revistas, destacando-se a TV Mais, a Telenovelas e a Visão.

O ano foi, ainda, marcado por duas novas iniciativas – o lançamento de uma revista no mercado jovem e o início da internacionalização:

- Em Agosto foi lançada a Visão Júnior, com o intuito de angariar leitores dessa faixa etária. Dado o sucesso da iniciativa, que estava prevista para durar apenas durante este mês, a revista passou a ser editada, a partir de Outubro, com periodicidade mensal. Em Dezembro, foi lançada outra iniciativa deste tipo – a “Exame Informática for Kids”.
- Deu-se início, com sucesso, à internacionalização de algumas marcas, nomeadamente da Caras, com o lançamento, em Novembro, da Caras-Angola e a venda de livros de cozinha da “Activa” para Espanha.

Continuando o esforço de melhorar a rentabilidade do segmento, foram encerradas as revistas “Nintendo” e “Doze”, a que se juntou a “Executive Digest” já em Fevereiro de 2005.

As receitas de publicidade representaram 40% da facturação da Edimpresa, com uma descida de apenas 1% durante o ano.

Os produtos alternativos, com um crescimento de 55% face a 2003, foram uma área de negócio com ganhos importantes. Principais lançamentos efectuados durante 2004:

- Colecção História do Século XX em DVD e livro
- Jogo de estratégia PC – Portugal 1111
- Livro poemas de Sofia de Mello Breyner,
- Colecção DVD da BBC “Os dias que mudaram o mundo”
- Serviço Siza Vieira da SPAL com a Caras
- Produtos Caras de Verão

Os custos operacionais apresentaram uma subida de 7,5%, principalmente impulsionada pelos custos com os produtos alternativos e campanhas associadas. Os custos fixos tiveram um comportamento controlado, nomeadamente os custos com pessoal, que desceram 4,7%.

Apesar do aumento da concorrência, o EBITDA registou um crescimento de 7,4%, atingindo 5,5 M€, o que representou uma margem de 14%, semelhante aos 13,9% obtidos em 2003. No 4º trimestre, as margens EBITDA situaram-se nos 17,8%.

Os resultados líquidos registaram um excelente comportamento, tendo crescido 73,6%, para 1,44 M€ no final de 2004.

Conforme já é do conhecimento público, a Edimpresa vai lançar, em 2005, duas novas publicações em segmentos onde ainda não está presente: a “FHM”, no segmento masculino, e “Rotas do Mundo”, na área das viagens.

6. Outras Participações

Para além dos segmentos atrás identificados, existem, no Grupo, empresas que são consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, Vasp e Lusa, e empresas instrumentais como a Office-Share, consolidada proporcionalmente.

Vasp

Em 2004, a Vasp, sociedade em que a Impresa detém 33,33% do capital, teve o segundo ano completo de exploração após a fusão com a Deltapress. A facturação total atingiu 280,2 M€, o que representou um crescimento de 20,9% em relação a 2003. O EBITDA atingiu 4,6 M€, em 2004, o que significou um aumento de 18%.

Esta evolução permitiu à VASP obter resultados líquidos positivos de 1,6 M€, comparativamente a 1 M€ registado no final de 2003.

Lusa

A Lusa, onde a Impresa detém uma participação de 22,35%, teve, em 2004, um ano positivo após a reestruturação efectuada em 2003. Assim, terminou o ano com resultados líquidos positivos de 2,1 M€, contra resultados negativos de 5,2 M€ em 2003.

Office-Share

2004 foi o primeiro ano completo de operações da “Office-Share”, depois da sua constituição já no final de 2003. Esta empresa, detida em 50% pela Impresa, representa a unidade de serviços partilhados para os segmentos de jornais e revistas e visa potenciar sinergias e obter eficiência dos processos de suporte relativamente aos segmentos de negócio referidos. Actualmente, a “Office-Share” concentra os departamentos Administrativo e Financeiro, Informático, de Recursos Humanos e Compras e Património.

7. Análise das Contas consolidadas

Com a alteração do perímetro de consolidação, as comparações foram feitas com contas pró-forma de 2003, que consideram a consolidação proporcional da Edimpresa, reflectindo assim a participação de 50% nela detida pela Impresa.

A Impresa atingiu, em 2004, receitas consolidadas de 258,7 M€, o que representou uma subida de 12,3% em relação ao ano de 2003. As receitas no 4º trimestre de 2004 registaram um aumento homólogo de 5,7%.

Tabela 5. Conta de Exploração Impresa Consolidada

	Dez-04	Dez-03 (Pro-forma)	var vs pf	4º Trimestre 2004	4º Trimestre 2003 pf	var vs pf
Receitas Consolidadas	258.769.002	230.357.063	12,3%	73.887.837	69.888.877	5,7%
Televisão	164.892.781	144.720.116	13,9%	46.017.577	44.083.922	4,4%
Jornais	56.893.567	50.747.750	12,1%	16.928.400	15.775.451	7,3%
Revistas	39.793.246	37.266.753	6,8%	11.469.933	11.200.815	2,4%
Inter-segmentos	-2.810.593	-2.377.557	-18,2%	-528.073	-1.171.311	54,9%
Custos Operacionais	201.006.090	194.683.651	3,2%	53.972.008	53.650.579	0,6%
EBITDA Consolidado	57.762.912	35.673.412	61,9%	19.915.829	16.238.298	22,6%
Margem EBITDA	22,3%	15,5%		27,0%	23,2%	
Televisão	42.417.288	25.804.338	64,4%	14.583.098	13.331.810	9,4%
Jornais	13.435.810	8.416.680	59,6%	4.336.605	3.396.646	27,7%
Revistas	5.565.742	5.183.753	7,4%	2.037.553	2.108.797	-3,4%
Holding Ajustamentos	-3.655.928	-3.731.360	-2,0%	-1.041.426	-2.598.954	-59,9%
Amortizações (-)	12.168.307	14.869.768	-18,2%	2.251.392	1.363.706	65,1%
Provisões (-)	4.327.143	5.539.501	-21,9%	1.408.452	2.757.641	-48,9%
EBIT	41.267.462	15.264.143	170,4%	16.255.985	12.116.951	34,2%
Margem EBIT	15,9%	6,6%		22,0%	17,3%	
Res. Financeiros(-)	9.128.043	9.201.204	-0,8%	2.674.306	2.728.655	-2,0%
Goodwill(-)	10.424.414	10.424.160	0,0%	2.752.657	2.570.114	7,1%
Resultados Correntes	21.715.005	-4.409.171	n.a.	10.829.023	6.818.182	58,8%
Resultados Extraordinários	2.341.464	499.469	368,8%	557.829	-396.072	n.a.
Res. Antes Imp. e Minoritários	24.056.469	-3.909.702	n.a.	11.386.852	6.422.110	77,3%
Imposto (IRC)(-)	7.251.760	4.627.636	56,7%	3.280.740	3.141.791	4,4%
Interesses Minoritários(-)	10.594.130	1.664.264	536,6%	4.157.822	3.136.207	32,6%
Res. Líquido Consolidado	6.210.579	-10.201.602	n.a.	3.948.290	144.113	2639,7%

Em termos consolidados, todas as áreas tiveram um comportamento positivo em 2004. As receitas com publicidade subiram 13,0%, representando 69% do total das receitas consolidadas. As outras receitas, resultado da estratégia de diversificação seguida nos últimos anos, apresentaram a maior taxa de crescimento – 15,4% – e representaram 18,2% da facturação consolidada. As vendas de publicações tiveram um crescimento mais moderado que se cifrou em 5,4%.

Apesar do crescimento das receitas, os custos operacionais da Impresa mantiveram-se controlados, tendo subido apenas 3,2%, devido principalmente ao aumento das vendas de produtos alternativos e ao crescimento das novas áreas de negócio. Subiram essencialmente os custos variáveis, enquanto os custos fixos, nomeadamente de pessoal, se mantiveram ao nível de 2003. No 4º trimestre de 2004, os custos operacionais subiram apenas 0,6%.

A evolução controlada dos custos permitiu o aumento da margem EBITDA em 2004. O EBITDA consolidado cresceu 62% para 57,7 M€, atingindo uma margem de 22,3%. No 4º trimestre, a margem obtida foi de 27%.

Os resultados operacionais (EBIT) tiveram, também, uma melhoria significativa, registando 41,2 M€ no final de 2004, um aumento de 170,4% em relação a 2003. A margem operacional atingiu 15,9% em 2004, contra apenas 6,7% no final do ano anterior. Esta margem foi, contudo, penalizada por custos de reestruturação, que, em 2004, atingiram 1 M€ no total do Grupo.

O nível de amortizações continuou a descer, menos 18,2% que em 2003, como resultado da contenção dos programas de investimento. Em 2004, os investimentos efectuados foram, aproximadamente, de 4,9 M€.

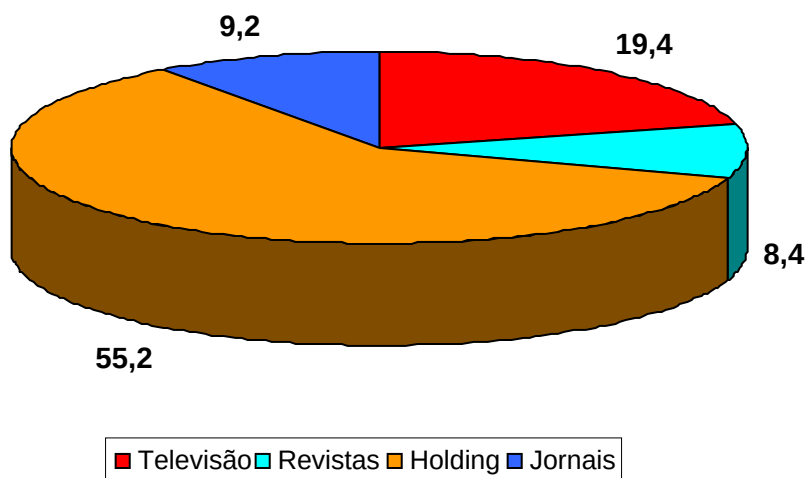
Em 2004, foi alienado o edifício da SIC, que proporcionou um encaixe de 12,3 M€. Este encaixe foi usado na redução do passivo remunerado.

Por outro lado, em 2004, a Impresa procedeu à aquisição dos restantes 50% do capital do semanário “AutoSport”, passando a controlar 100%, a que correspondeu um investimento de 653 mil euros. Entretanto, já no final de 2004, foram concluídas as negociações para aquisição de 49% do capital da SIC, pertencentes ao Banco BPI e a outros accionistas minoritários. A concretização desta operação ocorrerá até final do 1º trimestre de 2005 e representará um investimento de 152,5 M€, totalmente financiado por capitais alheios. Esta operação de concentração foi autorizada, em 11 de Fevereiro de 2005, pela Autoridade da Concorrência.

Os resultados financeiros foram de -9,1 M€, ao nível dos registados em 2003. Apesar da redução do passivo remunerado ocorrida, que proporcionou uma redução dos encargos financeiros, os ganhos cambiais foram menos favoráveis que no ano anterior, o que prejudicou uma evolução mais favorável nesta rubrica.

De registar o contributo positivo de 1 M€ das empresas associadas, VASP e LUSA, contra perdas superiores a 0,8 M€ registadas em 2003.

Dívida Líquida Remunerada Dez 2004 (M€)



Do ponto de vista financeiro, a Impresa continuou a reduzir a sua dívida líquida remunerada, principalmente através da aplicação dos meios libertos livres, situando-se, no final de 2004, em 92,2 M€, o que corresponde a uma descida de cerca de 48,1 M€ em relação ao final (ajustado) de 2003. O actual grau de endividamento é de 73%.

A evolução favorável da situação económico-financeira da Impresa permitiu uma melhoria do rácio de autonomia financeira, que passou de 27,7% em 2003 para 39,5% no final de 2004.

As melhorias registadas operacionalmente geraram resultados líquidos positivos no montante de 6,2 M€, o que sucede pela primeira vez desde 1999, que comparam com prejuízos de 10,2 M€ registados em 2003.

8. Recursos Humanos

No que respeita aos recursos humanos do Grupo Impresa, o número de efectivos em 2004 era de 1.451 trabalhadores, ligeiramente inferior ao verificado no final de 2003, tendo as saídas sido compensadas por contratações realizadas durante o ano. Os trabalhadores do sexo feminino representavam 46% do total. A idade média do total de trabalhadores situava-se nos 37 anos.

Em 2004, procedeu-se à conjugação de informação entre as Direcções de Recursos Humanos do Grupo, nomeadamente ao nível da formação, para alinhamento de estratégias e de procedimentos, procurando convergir numa política comum.

Entrou em vigor um Plano de Formação para o Grupo Impresa, com vista ao cumprimento antecipado da obrigatoriedade imposta, a partir de 2005, pelo novo Código do Trabalho. O Plano de Formação foi elaborado com base no levantamento de necessidades, realizado junto de todas as empresas, e estabelece objectivos quanto a áreas a formar, horas de formação e número de acções.

Os vários programas de formação resultaram em mais de 15.000 horas de formação, tendo abrangido cerca de 300 trabalhadores.

Durante 2004, para além da continuação de programas já existentes, surgiram novos programas específicos de formação e desenvolvimento, sendo de destacar:

- Continuidade do projecto de formação Newsplex em jornalismo multimédia e convergência de meios e conteúdos, iniciativa conjunta da Edimpresa, da SIC e da Sojornal. Este projecto teve uma importante acção de formação durante 2004, com cursos na Universidade da Carolina do Sul, nos Estados Unidos, acompanhados de acções de formação interna de multimédia.
- Arranque, também na área editorial, e de forma transversal a todo o Grupo, do projecto Editoriais do Futuro. Esta acção procura melhorar as competências de gestão de responsáveis editoriais, tendo em conta os novos desafios que enfrentam as empresas modernas de media.
- Início do projecto de formação em gestão dos Jovens de Elevado Potencial, destinado a elementos com menos de 35 anos, de diversas áreas, considerados profissionais de alta capacidade para quem foram dirigidas acções específicas de desenvolvimento de talento e de novas competências.

Estendeu-se a implementação do novo sistema de avaliação de desempenho a um maior número de trabalhadores, adaptado a cada categoria profissional e seguindo critérios estabelecidos pela Direcção de cada empresa.

No decurso do ano foi elaborado um Plano de Sucessão, com a identificação de profissionais posicionados para, de imediato ou num prazo de 3-5 anos, assumirem diferentes papéis de maior responsabilidade na estrutura organizativa de empresas do Grupo Impresa.

Em 2004 arrancou a I-Net, a intranet do Grupo Impresa, onde converge toda a informação relativa a eventos de interesse, acordos e benefícios estabelecidos para o Grupo, normas e procedimentos internos, organograma, formulários relativos a férias e faltas, calendários e relatórios de formação e lista telefónica geral.

O quadro seguinte caracteriza o perfil dos trabalhadores do Grupo Impresa, em 31 de Dezembro de 2004.

Tabela 6. Recursos Humanos em 2004

	Televisão	Revistas	Jornais	Outros	Total
Nº Trabalhadores	627	449	306	69	1451
Masculino	374	198	180	26	778
Feminino	253	251	126	43	673
Nível etário (anos)	34	36	43	43	37
Habilitações					
Superior	285	110	119	19	533
Secundário	255	287	109	38	689
3º Ciclo	56	31	32	7	126
2º Ciclo	25	12	23	3	63
Outros	7	4	22	2	35
Pessoas Envolvidas em acções específicas de desenvolvimento de talento	7	2	3	0	30
Editoriais de Futuro	2	2	3	0	7
Jovens de elevado Potencial	5	6	4	1	16

9. Responsabilidade social

No contexto sócio económico europeu é hoje tema emergente a responsabilidade social das empresas. Trata-se, não já do cumprimento estrito, ou generoso, das recomendações ou obrigações legais, mas de uma preocupação mais alargada que abarca vários itens, tais como:

1. Maior investimento em capital humano nas suas múltiplas vertentes;
2. Preservação e defesa do ambiente;
3. Desenvolvimento das relações com as partes interessadas (Stakeholders), com as comunidades locais, com a Sociedade em geral

Responsabilidade Social das Empresas é, assim, “um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo e aponta caminhos para a gestão dos recursos humanos, impacto ambiental e recursos naturais, entre outros”

Para responder a estes objectivos foi criado, pela Comissão Europeia, em Julho de 2001, um Livro Verde em que se convida os poderes políticos, empresas, parceiros sociais, Organizações não Governamentais ou pessoas interessadas “a exprimirem a sua opinião sobre a maneira de construir um novo quadro favorecendo a Responsabilidade Social das Empresas.”

Muito antes desta iniciativa europeia, já o Grupo Impresa desenvolvia (e continua a desenvolver) acções, a nível interno e externo, que configuram estas preocupações e se enquadram no conceito em questão:

Dado que este tema é desenvolvidamente incluído pela primeira vez no Relatório Anual, destacam-se, em seguida, para além das acções realizadas em 2004, um resumo das anteriormente efectuadas:

A) A NÍVEL INTERNO

Recursos Humanos: formação e oportunidades de progressão de carreira; qualidade dos edifícios; higiene e segurança; gestão do risco; saúde e regalias sociais.

Para além da matéria atrás dedicada aos Recursos Humanos, em especial no que respeita a Formação, há a referir:

No que toca a segurança das pessoas e dos edifícios: o desenvolvimento de Planos de Segurança, em todos os edifícios do Grupo, prevendo várias acções, por etapas que têm sido cumpridas.

Quanto a Gestão de Risco: no que diz respeito a medidas que garantam a continuidade da produção, existem planos que garantem a impressão dos jornais e revistas do Grupo, em caso de interrupção imprevista da impressão nas gráficas aonde são habitualmente impressos. Estão também garantidos stocks de papel e tintas de forma a permitir, face a qualquer interrupção imprevista do fornecimento destes materiais, que são de origem estrangeira, a continuidade da impressão. Relativamente às emissões da SIC estão previstas diversas medidas alternativas de emissão que garantem a continuidade da mesma, em caso de interrupção.

Defesa do ambiente: diminuição do consumo de papel através de uma maior informatização; utilização crescente de papel, embalagens e «toners» de impressão reciclados

De referir, de entre as várias medidas tomadas, no ano em análise, para o combate ao consumo de papel:

- Existência de uma significativa parte da informação empresarial em formato electrónico, quer na Inet, quer noutros suportes.
- Disponibilidade de e-mail a todos os trabalhadores do Grupo.
- Acção em curso de utilização obrigatória do e-mail e não de papel para comunicações internas departamentais ou outras e para requisição de serviços, desde economato a serviços de informática.
- Estudo e análise de mercado para aquisição de software que permita a circulação, autorização e validação electrónica de documentos, o que permitirá eliminar grande parte do papel burocrático actualmente consumido.

Ética Profissional: para além do cumprimento das normas legislativas (Lei de Imprensa, Lei da Televisão, Direitos de Autor, Estatuto do Jornalista, Código Deontológico, etc.) os grandes meios do Grupo – SIC, Expresso e Visão – têm os seus Códigos de Conduta Jornalística próprios, que as restantes publicações adoptam e adaptam à sua especificidade.

B) A NÍVEL EXTERNO

Na área da Imprensa Escrita

São vários os contributos dos principais títulos em diferentes áreas da sociedade, alguns de longa data, outros mais recentes:

Expresso: criação e atribuição de Prémios (Pessoa, Milénio Sagres, Branquinho da Fonseca, Primus Inter Pares, Jogos de Gestão, “Repórter Expresso” e Campeonato Nacional da Língua Portuguesa); e edições (Lusíadas e Peregrinação).

Visão: Prémio Visão Fotojornalismo; edições de vários autores clássicos e modernos; edição especial sobre Timor, em Setembro de 1999, que desencadeou uma cadeia de solidariedade e cujo proveito se destinou à Diocese de Baucau que construiu um bairro a que deu o nome de Visão; edição especial “Rock-in-Rio” e o carácter social do evento, com oferta do produto de venda; edição do Livro 100 Poemas mais significativos de Sophia de Mello Breyner; oferta de 6.000 Livros a Escolas.

Activa: Prémio Mulher Activa.

Exame: Prémios 500 Maiores e Melhores Empresas; Melhores PME's; e Melhores Empresas para trabalhar em Portugal.

Para além da oferta regular de todas as revistas (excepto juvenis) da Edimpresa à Prisão de Caxias, Hospital de Almada e Liga Portuguesa contra o Cancro, as revistas Caras, Activa, Cosmopolitan e TV Mais promovem e apoiam iniciativas cujos proveitos revertam a favor de organizações, obras ou acções de solidariedade: Cruz Vermelha, Obra do Ardina, Ajuda de Berço, Lares do Projecto mão amiga, ajudas a doentes com lúpus, sida, cancro, etc.

Blitz: Prémio de Música

Todos os títulos da área de imprensa da Impresa concedem regularmente espaços, a título gratuito, para iniciativas de solidariedade promovidas por entidades credíveis.

No que diz respeito a Cultura e Espectáculos pratica-se um desconto de 50% na tabela de publicidade.

No último Natal, os “habitantes” do edifício São Francisco de Sales mobilizaram-se para oferecer brinquedos a organizações indicadas pela Câmara Municipal de Oeiras.

Na área da Televisão

SIC: ao longo dos anos, a SIC tem contribuído para o êxito de campanhas de divulgação e de angariação de fundos de várias instituições de solidariedade, através da cedência de espaço comercial. Estas associações contemplam as mais diversas áreas: desde a saúde, à cultura, passando por questões do meio ambiente e cívicas. Para além da exibição de «spots» televisivos, esta colaboração tem sido prestada de diversas formas, incluindo a abordagem de temas sociais desenvolvidos nas novelas e a divulgação de casos em reportagens e/ou programas, com resultados concretos obtidos através da colaboração de telespectadores.

SIC Esperança: a 6 de Outubro 2003 nasceu o projecto SIC Esperança com o objectivo de consolidar o trabalho de solidariedade desenvolvido pelas diversas áreas do universo SIC, passando a existir uma concentração de esforços ao abordar um tema central (por exemplo, no primeiro ano o alvo foram as crianças).

Através do desenvolvimento de projectos específicos, enquadrados neste tema anual, a SIC Esperança pretende: contribuir de uma forma sólida e consistente para a divulgação e solução dos problemas sociais que afectam Portugal; estimular as empresas para contribuírem para um Portugal melhor; e transmitir os valores associados à SIC.

O factor de diferenciação da SIC Esperança face a outras Associações e projectos de solidariedade assenta em 3 pilares distintos: o acompanhamento dos projectos (que permite responsabilizar a SIC Esperança e as instituições, oferecer uma garantia aos patrocinadores/mecenas da boa aplicação dos fundos e por conseguinte um impacto positivo na sua imagem, e aumentar a confiança dos Portugueses na solidariedade, através da garantia de que o dinheiro é devidamente encaminhado e aplicado em projectos credíveis); o cruzamento entre a consciencialização social e o marketing social de forma a criar valor as empresas privadas e à sociedade; e a abordagem pela positiva das causas sociais, evitando a exploração da condição humana.

Entre Outubro 2003 e Outubro 2004, foram desenvolvidos os seguintes projectos:

- “Vamos Pintar um Sorriso” – Angariação de 225.000 euros que permitiram pintar as paredes brancas de 17 serviços do Hospital D. Estefânia, em Lisboa, transformando-as em murais plenos de cor e humor, projecto desenvolvido em parceria com a ONG suíça “Paint a Smile”. O próximo objectivo será uma acção do mesmo tipo junto do Hospital Maria Pia no Porto, estando-se em fase de angariação de fundos. A SIC Esperança foi, entretanto, contactada por mais dois hospitais, Faro e São Francisco Xavier em Lisboa para colaborar na humanização dos seus serviços de pediatria.
- “Vamos Aprender um Sorriso” – Campanha de sensibilização para a importância dos valores familiares, desenvolvida em parceria com o Gabinete para os Assuntos da Família do Ministério da Segurança Social.

- “Vamos Criar um Sorriso” – Projecto com o Rock-in-Rio, que cedeu parte da receita de bilheteira, 32.758,24 euros, entregues ao IAC-Instituto de Apoio à Criança. No total, com a ajuda do Millennium BCP, da BP e da revista Visão angariaram-se 369.979,28 euros que beneficiaram aproximadamente 6.000 crianças.

Em Novembro de 2004 foi iniciado o segundo tema da SIC Esperança, este dedicado à terceira idade e à prevenção do isolamento e da solidão desta faixa etária. O primeiro projecto nesta temática visa a criação de uma rede de universidades de terceira idade, sendo constituída pelas seguintes etapas:

1. Criar uma rede nacional que una as 54 universidades da terceira idade existentes, as RUTIS – Rede de Universidades de Terceira Idade.
2. Estimular a criação de mais universidades de terceira idade em todo o país, fornecendo o know-how necessário e aconselhamento.
3. Divulgar a existência desta resposta social e promover a sua utilização junto da população alvo.

Ainda em 2004, foram transmitidas graciosamente 75 campanhas de cariz humanitário e/ou cultural num total de mais de dez horas de emissão, com especial atenção para o Banco Alimentar contra a Fome, Caritas Portuguesa, AMI, Espaço T, Cedema, Fenacerci, Unicef, APPT21, A.P. Leucemia, Liga Portuguesa Contra o Cancro e Fundação Portuguesa de Cardiologia.

A Segurança Infantil e o Combate à Violência contra as Mulheres foram amplamente divulgados, com especial destaque para as campanhas da Fundação ACSantos, da APAV e da Amnistia Internacional.

No âmbito da Segurança Rodoviária foram também veiculadas campanhas de prevenção dirigidas aos automobilistas.

Relacionamento com os Stakeholders

Em 2004 foi criada a Direcção de Desenvolvimento e Relações Institucionais, através da qual o Grupo reforçou e sistematizou a sua intervenção junto de várias organizações e entidades, sendo de referir:

- Organizações Empresariais, Sindicais e Profissionais.
 - * Confederação de Meios, que estava moribunda e foi ressuscitada, tomando, por exemplo, a iniciativa do desenvolvimento das Bases Programáticas da Plataforma Comum dos Conteúdos Informativos nos meios de Comunicação Social, que vão constituir o suporte da auto-regulação.
 - * CAEM (em sede da Confederação) – foram discutidos Estatutos, Organização e Regulamento interno, estando a aprovação pendente de negociações com APAN e APAP.

- * APCT –em curso revisão do Regulamento e Estatutos. Outras intervenções sobre casos pontuais, nomeadamente a separação entre venda em banca e em bloco.
- * OBERCOM – promoção de reuniões de trabalho com a SIC em ordem a tirar proveito das possibilidades do Observatório: Barómetro da Comunicação; Comparativo Empresa/Sector; criação do Conselho Consultivo e Científico.
- * Contactos vários com os maiores Grupos editoriais da Imprensa Diária em ordem a consolidar-se a Associação Portuguesa de Imprensa (ex-AIND).
- * Discussão com a Associação Portuguesa de Imprensa (ex-AIND) dos preparativos para a renegociação do Contrato Colectivo dos Jornalistas, em ordem a retirar daí os Direitos de Autor e introduzir novas especialidades.

- Organismos Oficiais.

Realizaram-se algumas reuniões com membros do Governo acerca de assuntos como as alterações à lei da Rádio e à Lei dos Apoios do Estado à Comunicação Social ou a repartição de transmissões televisivas dos jogos do Euro. Não se avançou na passagem à segunda fase do Protocolo entre as Televisões e o Governo, que implicaria um acréscimo de prestação de serviço público por parte das televisões e a redução da publicidade no Canal 1 da RTP a 4,5 minutos por hora.

Prosseguiram os contactos da Impresa e suas Associadas com alguns organismo oficiais:

- * Inspecção Geral do Trabalho – negociação com o Sindicato dos Jornalistas do Protocolo – Quadro para regulamentação dos estágios curriculares nas Redacções.
 - * Comissão da Carteira Profissional de Jornalistas – participação de representantes da Impresa na preparação e entrega ao Governo de vários documentos: proposta de revisão dos Estágios Profissionais; Estatuto do Jornalista e Regulamento da Carteira.
 - * Instituto da Comunicação Social – participação no Conselho Consultivo para vários temas, especialmente a uniformização de reacções à Convenção Roma II, e em reuniões sectoriais sobre publicidade e prestação de serviços.
 - * ANACOM – participação de representantes da SIC no Conselho Consultivo e em reuniões sectoriais, nomeadamente sobre a Televisão Digital Terrestre.
- Plano Internacional. A nível internacional a Impresa teve um papel activo:
 - * Através do European Publishers Council, presidido pelo Dr. Francisco Balsemão, organização que debate com as instâncias da UE todos os temas – publicidade, conteúdos, direitos de autor, IVA, etc. – que interessam aos media, procurando encontrar soluções legislativas favoráveis.
 - * Através do European Television and Film Forum, espaço de discussão sobre regulação, programas, novas tecnologias e outros sectores ligados ao audiovisual, também presidido pelo Dr. Francisco Balsemão.

- * Através da participação no Foro IberoAmérica e em especial no Grupo de Meios de Comunicação.
- * Através da presença de vários representantes seus em reuniões realizadas na Europa, nomeadamente nos “focus groups” nomeados pela Comissão Europeia para a revisão da directiva Televisão sem Fronteiras, e nos Estados Unidos nomeadamente no Congresso Anual do Magazine Publishers of América, da qual a E/I é sócia.

- Relações com os Accionistas.

No que respeita à informação dos accionistas, o responsável pelas relações com os investidores, para além dos seus contactos diários, efectuou dois road shows:

- * Road-Show da Primavera: 31 reuniões com Investidores Institucionais (praças visitadas: Lisboa, Madrid, Barcelona, Paris, Milão, Frankfurt, Amesterdão, Londres, Nova Iorque, Boston, Denver e Austin).
- * Road-Show do Outono: 30 reuniões com Investidores Institucionais (praças visitadas: Lisboa, Madrid, Londres, Paris e Nova Iorque).

A Impresa esteve também presente em várias Conferências:

- * Conferência BPI Euro 2004 em Sintra, em Junho. Participaram cerca de 50 investidores. Efectuadas 6 reuniões one-on-one.
- * Conferência Euronext Next Segments em Paris, em Setembro. Presentes cerca de 150 investidores especializados em “small cap’s”. Efectuadas 9 reuniões one-on-one.
- * Conferência Santander Iberian Media Day em Londres, em Outubro. Presentes 20 investidores. Efectuadas 4 reuniões one-on-one.
- * Conferência UBS Southern European Small Cap’s em Madrid, em Novembro. Presentes 45 investidores. Efectuadas 8 reuniões one-on-one.

No final de Novembro, realizou-se o 4º Investor Day da Impresa, no anfiteatro do edifício de S.Francisco Sales. Estiveram presentes 16 investidores, entre corretores e fundos, todos portugueses com excepção da UBS.

Durante o ano foram recebidos nos nossos escritórios, na Lapa e em Carnaxide, 18 investidores.

- Relações com o Mercado.

A Impresa continuou a contactar e esclarecer os seus leitores, telespectadores, utilizadores e restantes agentes do mercado.

Inserem-se nesta preocupação a criação de programas com intervenção dos espectadores na SIC Notícias, a entrada em vigor de Códigos de Conduta Jornalística no Expresso, na SIC, na Visão e na Exame, a adopção de uma Norma Ortográfica para o Grupo, as reuniões semestrais do

Conselho Supra Editorial, que, entre outras funções, procura a melhoria e harmonização dos conteúdos produzidos pelo Grupo, bem como a disponibilidade de todos os responsáveis da Impresa para intervirem publicamente em conferências, seminários, colóquios, etc., em Portugal e no estrangeiro, para falarem sobre temas de comunicação social. Em 2004, o Presidente da Impresa, por exemplo, foi orador em 11 ocasiões em Portugal (Lisboa, Cascais, Figueira da Foz, Leiria, Castelo de Vide, Estoril, Tomar) e 4 no estrangeiro (Madrid, Viena, Cartagena, Bruges).

Registe-se também a persistência em colocar no mercado, através do marketing alternativo, obras de elevado nível cultural, como a Peregrinação de Fernão Mendes Pinto, o documentário Fahrenheit 9/11, ou a História do Século XX.

No que respeita aos anunciantes incentivou-se a relação com a APAN na procura de uma melhor eficácia da publicidade e, no âmbito do “key account management”, foram efectuados contactos periódicos com as empresas dos principais sectores de actividade, com o objectivo conjunto de encontrar soluções para as suas necessidades de comunicação.

No que toca às centrais de meios e agências de publicidade, procurou-se tornar mais transparente a intermediação, através da redução da Comissão de Agência, processo iniciado pela SIC, que se projectou nas áreas da imprensa para 2005.

Registe-se, finalmente, que apesar deste esforço de aproximação ao público, anunciantes e agências e centrais e de prestação de contas ao mercado, continuam a existir processos judiciais e contra-ordenações intentados contra empresas do Grupo.

De assinalar que alguns destes casos foram resolvidos através de acordo, como sucedeu na Exame com as empresas Edifer e Jerónimo Martins.

- Fornecedores.

Procurou-se seguir com os fornecedores uma política de exigência quanto às normas de certificação ambientais, nomeadamente no papel e outras matérias primas, e de parceria, nomeadamente quanto à melhoria de processos de benefício mútuo.

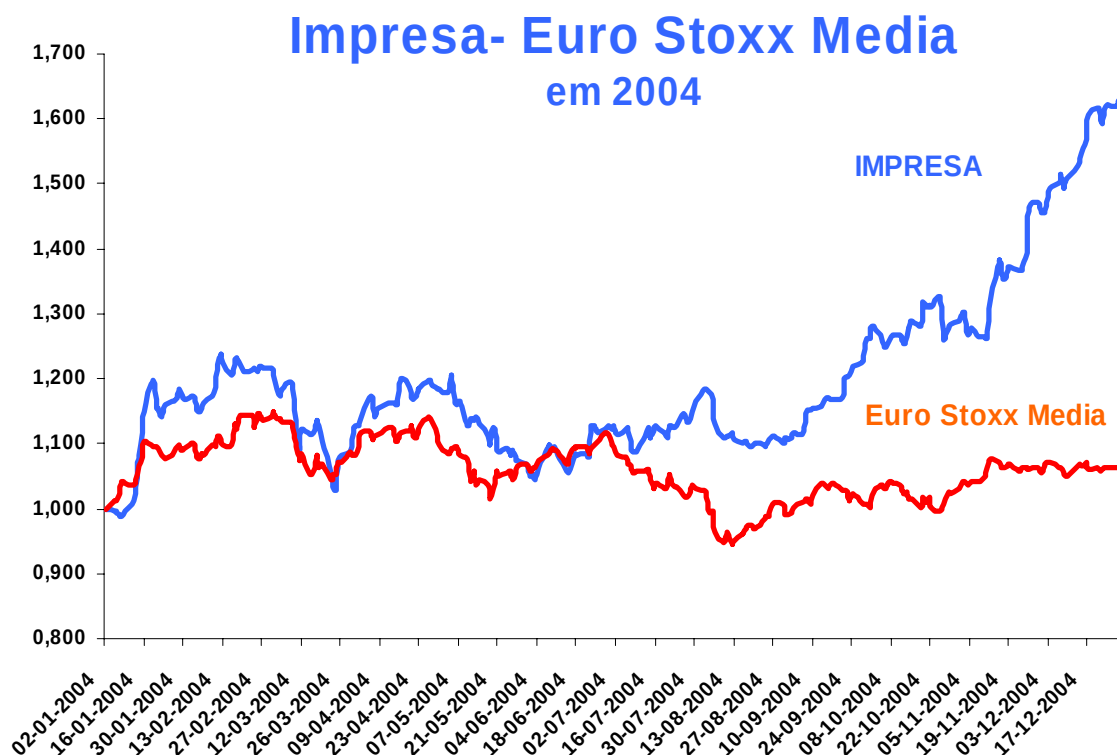
10. Impresa na Bolsa

Em 2004, a Impresa manteve a trajectória ascendente iniciada no final de 2002. Os mercados de capitais tiveram, em 2004, e pelo 2º ano consecutivo, uma valorização positiva. O principal índice da bolsa portuguesa, o PSI 20, apresentou uma valorização de 12,6% em 2004, depois de ter subido 15,8% em 2003.

Pelo seu lado, o sector dos media na Europa continuou a recuperar em 2004, com o índice DJ EuroStoxx Media a apresentar uma subida de 7,3%.

As acções da Impresa tiveram, pelo terceiro ano consecutivo, uma performance superior à do sector onde a empresa se insere. Esta performance resultou do crescimento das receitas publicitárias, do êxito no aumento de vendas de várias publicações, da subida das outras receitas e da redução de custos, que permitiram melhorar significativamente as margens operacionais durante 2004. Esta evolução positiva permitiu que as acções da Impresa obtivessem uma valorização de 65,7%, comportamento superior ao das suas congéneres europeias e do mercado português. De referir que a Impresa, pelo 2º ano consecutivo, foi o título com maior valorização do PSI 20.

A melhoria da conjuntura bolsista também se reflectiu na liquidez, verificando-se um volume de transacções similar ao registado em 2003. Em 2004 a média de transacções atingiu 154 mil acções/dia, contra 159 mil acções/dia verificada em 2003. No entanto, com a valorização das acções, os volumes duplicaram para 0,65 M€ diários.



11. Perspectivas para o ano de 2005

Com o despacho da Autoridade da Concorrência, em 11 de Fevereiro de 2005, autorizando a operação de concentração do capital da SIC, iniciou-se já o respectivo processo de aquisição dos 49% que representa um investimento de 152,5 M€ e que se espera venha a ser concretizado até ao final do 1º trimestre de 2005.

A estratégia da Impresa para o ano de 2005 passa pela manutenção de elevadas taxas de crescimento das receitas e dos resultados.

Os objectivos para 2005 assentam em:

- Crescimento das receitas consolidadas, através de:
 - o Aumento das receitas de publicidade.
 - o Crescimento das receitas com publicações, principalmente através do lançamento de novos títulos.
 - o Continuação do esforço de diversificação das receitas, principalmente:
 - Aposta nos “new media”, através da SIC Multimédia e SIC Portátil.
 - Aposta nos produtos editoriais e no marketing alternativo.
 - Aposta na Internacionalização.
- Continuação do crescimento do EBITDA
- Continuação da redução da dívida.
- Crescimento dos resultados líquidos

Lisboa, 7 de Março 2005

O Conselho de Administração

Francisco José Pereira Pinto Balsemão
Luiz Fernando Teuscher de Almeida e Vasconcellos
Alexandre de Azeredo Vaz Pinto
Francisco Maria Supico Pinto Balsemão
Miguel Luís Kolback da Veiga

IMPRESA - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em Euros)

		2004		2003					
Activo	Notas	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido	Capital próprio, interesses minoritários e passivo	Notas	2004	2003
IMOBILIZADO:						CAPITAL PRÓPRIO:			
Imobilizações incorpóreas:						Capital			
Despesas de instalação	27	8.859.325	(7.165.719)	1.693.606	2.963.102	Prémios de emissão de acções	52 e 53	84.000.000	84.000.000
Despesas de investigação e de desenvolvimento	27	48.938	(47.238)	1.700	40.421	Reserva legal	53	97.902.257	97.902.257
Propriedade industrial e outros direitos	27	1.082.308	(947.236)	135.072	204.075	Resultados transitados	53	281.051	281.051
Trespases	27	203.642.424	(60.166.944)	143.475.480	163.400.917	Resultado consolidado líquido do exercício	53	(86.530.366)	(76.328.764)
		<u>213.632.995</u>	<u>(68.327.137)</u>	<u>145.305.858</u>	<u>166.608.515</u>	Total do capital próprio		<u>6.210.579</u>	<u>(10.201.602)</u>
Imobilizações corpóreas:								<u>101.863.521</u>	<u>95.652.942</u>
Terrenos e recursos naturais	27	5.169.093	-	5.169.093	6.692.920	INTERESSES MINORITÁRIOS	54	<u>24.553.205</u>	<u>15.699.543</u>
Edifícios e outras construções	27	9.954.020	(332.377)	9.621.643	27.914.988	PASSIVO:			
Equipamento básico	27	87.055.365	(66.247.489)	20.807.876	26.584.750	Provisões para riscos e encargos	46	<u>3.618.035</u>	<u>5.645.115</u>
Equipamento de transporte	27	810.821	(677.038)	133.783	191.544	Dívidas a terceiros - médio e longo prazo:			
Ferramentas e utensílios	27	97.571	(82.749)	14.822	25.238	Dívidas a instituições de crédito	48	95.585.503	120.307.377
Equipamento administrativo	27	18.028.921	(14.892.916)	3.136.005	4.776.567	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	47	8.178.552	15.846.602
Outras imobilizações corpóreas	27	645.613	(582.359)	63.254	249.629	Outros credores	50	-	32.500
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	27	5.511.767	-	5.511.767	5.511.767			<u>103.764.055</u>	<u>136.186.479</u>
Imobilizações em curso	27	2.370.548	-	2.370.548	1.537.824	Dívidas a terceiros - curto prazo:			
		<u>129.643.719</u>	<u>(82.814.928)</u>	<u>46.828.791</u>	<u>73.485.227</u>	Dívidas a instituições de crédito	48	17.496.830	49.787.936
Investimentos financeiros:						Fornecedores, conta corrente		25.969.690	46.495.121
Partes de capital em empresas associadas	27	3.405.169	(993.674)	2.411.495	1.382.310	Adiantamentos de clientes		291.877	2.184.874
Partes de capital em empresas participadas	27	830.638	(504.712)	325.926	246.929	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	47	2.025.900	3.985.999
Empréstimos de financiamento	27	1.091.825	(1.091.825)	-	1.524.858	Estado e outros entes públicos	49	11.379.504	10.261.514
		<u>5.327.632</u>	<u>(2.590.211)</u>	<u>2.737.421</u>	<u>3.154.097</u>	Outros credores	50	<u>3.741.793</u>	<u>4.403.662</u>
CIRCULANTE:								<u>60.905.594</u>	<u>117.119.106</u>
Existências:						ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
Matérias - primas, subsidiárias e de consumo	46	34.621.296	(314.727)	34.306.569	37.370.530	Acréscimos de custos	51	20.517.902	20.137.038
Produtos acabados e intermédios	46	2.141.947	(1.209.741)	932.206	843.407	Proveitos diferidos	51	<u>4.177.838</u>	<u>10.937.754</u>
Mercadorias		<u>1.109</u>	<u>-</u>	<u>1.109</u>	<u>13.008</u>			<u>24.695.740</u>	<u>31.074.792</u>
		<u>36.764.352</u>	<u>(1.524.468)</u>	<u>35.239.884</u>	<u>38.226.945</u>				
Dívidas de terceiros - curto prazo:									
Clientes, conta corrente		40.314.622	-	40.314.622	52.105.960				
Clientes - títulos a receber		65.168	-	65.168	119.602				
Clientes de cobrança duvidosa	46	6.368.605	(6.368.605)	-	-				
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		9.391	-	9.391	294.571				
Adiantamentos a fornecedores		348.758	-	348.758	50.941				
Estado e outros entes públicos	49	1.076.456	-	1.076.456	1.166.480				
Outros devedores	50	7.897.106	(557.128)	7.339.978	15.965.167				
		<u>56.080.106</u>	<u>(6.925.733)</u>	<u>49.154.373</u>	<u>69.702.721</u>				
Títulos negociáveis:									
Outros títulos negociáveis		<u>42.080</u>	<u>-</u>	<u>42.080</u>	<u>70.838</u>				
Depósitos bancários e caixa:									
Depósitos bancários		20.728.809		20.728.809	20.828.709				
Caixa		<u>124.864</u>		<u>124.864</u>	<u>133.102</u>				
		<u>20.853.673</u>		<u>20.853.673</u>	<u>20.961.811</u>				
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:	51	4.285.609		4.285.609	4.226.057				
Acréscimos de proveitos	51	3.536.552		3.536.552	7.275.368				
Custos diferidos	38	<u>11.415.909</u>		<u>11.415.909</u>	<u>17.666.398</u>				
Impostos diferidos activos		<u>19.238.070</u>		<u>19.238.070</u>	<u>29.167.823</u>				
Total de amortizações			<u>(151.142.065)</u>						
Total de provisões			<u>(11.040.412)</u>			Total do passivo		<u>192.983.424</u>	<u>290.025.492</u>
Total do activo		<u>481.582.627</u>	<u>(162.182.477)</u>	<u>319.400.150</u>	<u>401.377.977</u>	Total do capital próprio, interesses minoritários e passivo		<u>319.400.150</u>	<u>401.377.977</u>

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS	Notas	2004	2003	PROVEITOS E GANHOS	Notas	2004	2003
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				Vendas:			
Mercadorias		1.496.016	1.980.499	Mercadorias		5.514.226	2.272.473
Matérias		<u>69.651.901</u>	<u>75.786.237</u>	Produtos		35.103.425	54.273.883
		<u>71.147.917</u>	<u>77.766.736</u>	Prestações de serviços	43	<u>216.099.389</u>	<u>205.831.914</u>
					36	<u>256.717.040</u>	<u>262.378.270</u>
Fornecimentos e serviços externos		<u>68.762.063</u>	<u>75.679.200</u>				
Custos com o pessoal:				Proveitos suplementares		1.839.198	2.094.614
Remunerações		45.285.233	54.577.012	Variação da produção		-	1.063.637
Encargos sociais:				Outros proveitos operacionais	51	<u>212.764</u>	<u>187.461</u>
Pensões	21.1	210.500	155.000	(B)		<u>258.769.002</u>	<u>265.723.982</u>
Outros		13.013.268	14.155.136				
Outros		<u>1.650.745</u>	<u>1.244.283</u>	Proveitos e ganhos financeiros	44	<u>3.596.571</u>	<u>9.752.087</u>
		<u>60.159.746</u>	<u>70.131.431</u>	(D)		<u>262.365.573</u>	<u>275.476.069</u>
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27	22.592.721	26.519.924	Proveitos e ganhos extraordinários	45	3.463.390	6.006.537
Provisões	46	<u>4.327.143</u>	<u>6.659.762</u>				
		<u>26.919.864</u>	<u>33.179.686</u>				
Impostos		579.193	850.285				
Outros custos e perdas operacionais		<u>357.171</u>	<u>439.165</u>				
		<u>936.364</u>	<u>1.289.450</u>				
(A)		<u>227.925.954</u>	<u>258.046.503</u>				
Custos e perdas financeiros	44	<u>12.724.614</u>	<u>19.777.013</u>				
(C)		<u>240.650.568</u>	<u>277.823.516</u>				
Custos e perdas extraordinários	45	<u>1.121.926</u>	<u>5.272.560</u>				
(E)		<u>241.772.494</u>	<u>283.096.076</u>				
Imposto sobre o rendimento do exercício	38	7.251.760	5.472.432				
Interesses minoritários	54	<u>10.594.130</u>	<u>3.115.700</u>				
(G)		<u>259.618.384</u>	<u>291.684.208</u>				
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>6.210.579</u>	<u>(10.201.602)</u>				
		<u>265.828.963</u>	<u>281.482.606</u>	(F)		<u>265.828.963</u>	<u>281.482.606</u>
				Resultados operacionais:	(B) - (A)	<u>30.843.048</u>	<u>7.677.479</u>
				Resultados financeiros:	(D-B) - (C-A)	<u>(9.128.043)</u>	<u>(10.024.926)</u>
				Resultados correntes:	(D) - (C)	<u>21.715.005</u>	<u>(2.347.447)</u>
				Resultados antes de impostos e interesses minoritários:	(F) - (E)	<u>24.056.469</u>	<u>(1.613.470)</u>
				Resultado consolidado líquido do exercício:	(F) - (G)	<u>6.210.579</u>	<u>(10.201.602)</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR FUNÇÕESPARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Nota 58</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Vendas e prestações de serviços	(a)	257.100.540	262.684.106
Custo das vendas e das prestações de serviços	(b)	<u>(160.873.093)</u>	<u>(180.576.307)</u>
Resultados brutos		96.227.447	82.107.799
Outros proveitos e ganhos operacionais	(c)	2.103.728	2.253.583
Custos de distribuição	(d)	(16.340.882)	(22.662.697)
Custos administrativos	(e)	(25.199.972)	(31.256.073)
Outros custos e perdas operacionais	(f)	<u>(13.679.202)</u>	<u>(12.015.666)</u>
Resultados operacionais		43.111.119	18.426.946
Custo líquido de financiamento		(9.718.628)	(7.581.967)
Perdas em filiais e associadas		1.050.010	(1.377.899)
Amortização de trespasses		(10.349.642)	(10.955.654)
Perdas em outros investimentos		<u>(17.345)</u>	<u>(114.163)</u>
Resultados correntes		24.075.514	(1.602.738)
Resultados não usuais ou não frequentes		<u>(19.044)</u>	<u>(10.732)</u>
		24.056.470	(1.613.470)
Imposto sobre os resultados correntes		(7.251.761)	(5.472.432)
Interesses minoritários		<u>(10.594.130)</u>	<u>(3.115.700)</u>
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>6.210.579</u>	<u>(10.201.602)</u>
Resultado por acção		<u>0,07</u>	<u>(0,12)</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2004	2003
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		251.009.266	245.337.655
Pagamentos a fornecedores		(139.526.017)	(156.369.572)
Pagamentos ao pessoal		(59.821.616)	(70.884.277)
Fluxos gerados pelas operações		51.661.633	18.083.806
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(1.364.694)	(2.930.700)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		1.449.330	899.588
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		51.746.269	16.052.694
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		256.856	1.154.180
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(622.170)	(2.401.651)
Fluxos das actividades operacionais (1)		51.380.955	14.805.223
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	966.828
Imobilizações corpóreas		11.306.392	393.589
Imobilizações incorpóreas		35.120	-
Empréstimos concedidos		-	379.010
Juros e proveitos similares		284.121	802.944
		11.625.633	2.542.371
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	1	(731.813)	-
Imobilizações corpóreas		(4.097.836)	(4.728.933)
Imobilizações incorpóreas		(32.728)	(232.915)
Empréstimos concedidos		-	(1.041.825)
		(4.862.377)	(6.003.673)
Fluxos das actividades de investimento (2)		6.763.256	(3.461.302)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	2	20.225.000	70.008.147
Aumentos de capital, prémios de emissões de acções e prestações suplementares	3	168.000	20.353.500
		20.393.000	90.361.647
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	2	(55.594.252)	(49.257.385)
Amortizações de contratos de locação financeira		(2.867.027)	(3.401.590)
Equity swaps		-	(19.088.770)
Juros e custos similares		(7.486.277)	(9.113.048)
Gratificações de balanço		-	(1.381.929)
		(65.947.556)	(82.242.722)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(45.554.556)	8.118.925
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		12.589.655	19.462.846
Alteração do perímetro de consolidação		(1.582.824)	55.356
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	9.886.550	(9.631.652)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	20.893.381	9.886.550

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003
 (Montantes expressos em Euros)

1. Investimentos financeiros

Este montante corresponde a pagamentos efectuados no montante de 652.816 Euros relativos à aquisição de 50% do capital da Mediger – Sociedade Jornalística e Editorial, Lda., ao aumento de capital ocorrido na Sociedade Gestora de Televisión, Net TV, S.A. no valor de 76.503 Euros e ao investimento financeiro realizado por uma empresa participada no capital da NP – Notícias de Portugal, C.R.L, no montante de 2.494 Euros.

2. Empréstimos obtidos

O valor dos recebimentos e pagamentos relativos a empréstimos obtidos durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 têm a seguinte composição:

Recebimentos relativos a empréstimos obtidos:

Empréstimos da Controljornal	15.000.000
Empréstimos da Impresa	5.000.000
Contas correntes caucionadas	225.000

	20.225.000
	=====

Pagamentos relativos a empréstimos obtidos:

Empréstimo da SIC	33.427.704
Empréstimos da Impresa	19.148.550
Empréstimo da Edimpresa	1.850.000
Empréstimos da Imprejornal	1.167.998

	55.594.252
	=====

3. Aumento de capital, prémios de emissão de acções e prestações suplementares

A rubrica “Aumento de capital, prémios de emissão de acções e prestações suplementares”, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, refere-se a prestações suplementares concedidas à Publiregiões – Sociedade Jornalística e Editorial, Lda., pelo outro sócio.

4. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquelas datas são como segue:

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
Depósitos bancários	20.728.809	20.828.709
Numerário	124.864	133.102
Equivalente a caixa	42.050	70.838
	-----	-----
Caixa e seus equivalentes	20.895.753	21.032.649
Descobertos bancários (Nota 48)	(2.372)	(11.146.099)
	-----	-----
	20.893.381	9.886.550
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)NOTA INTRODUTÓRIA

A Impresa – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Impresa") tem sede em Lisboa, foi constituída em 18 de Outubro de 1990 e tem como actividade principal a gestão de participações sociais noutras sociedades.

O Grupo Impresa ("Grupo") é constituído pela Impresa e empresas subsidiárias (Nota 1). O Grupo actua na área de media, nomeadamente através da difusão de programas de televisão e da edição de publicações (jornais e revistas) e de outros meios audiovisuais.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade para a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. As notas cuja numeração é omitida neste anexo não são aplicáveis ao Grupo, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

BASES DA CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal e, portanto, de acordo com os princípios contabilísticos e normas de consolidação consignados no Plano Oficial de Contabilidade, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei 238/91, de 2 de Julho, e com as directrizes contabilísticas da Comissão de Normalização Contabilística.

1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2004, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Total
Impresa - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (empresa - mãe)	Lisboa	-	-	-
Controljornal - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Controljornal") e subsidiárias:	Lisboa	100,00	-	100,00
Sojornal - Sociedade Jornalística e Editorial, S.A. ("Sojornal")	Lisboa	-	100,00	100,00
Sojornal.com - Consultoria Internet, Lda. ("Sojornal.com")	Lisboa	-	100,00	100,00
Gesco - Gestão de Conteúdos e Meios de Comunicação Social, S.A. ("Gesco")	Lisboa	-	50,00	50,00
Medipress - Sociedade Jornalística e Editorial, Lda. ("Medipress")	Lisboa	-	100,00	100,00
Interjornal - Sociedade Jornalística e Editorial, Lda. ("Interjornal")	Lisboa	-	99,80	99,80
Mediger - Sociedade Jornalística e Editorial, Lda. ("Mediger")	Lisboa	-	100,00	100,00
Imprejornal - Sociedade de Impressão, S.A. ("Imprejornal")	Lisboa	-	100,00	100,00
Publiregiões - Sociedade Jornalística e Editorial, Lda. ("Publiregiões")	Lisboa	-	60,00	60,00
Publisurf - Edições e Publicidade, Lda. ("Publisurf")	Lisboa	-	99,00	99,00
Interjornal - Sociedade Jornalística e Editorial, Lda. ("Interjornal")	Lisboa	-	0,20	0,20
Soincom - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Soincom") e subsidiárias:	Lisboa	100,00	-	100,00
SIC - Sociedade Independente de Comunicação, S.A. ("SIC") e subsidiárias:	Camaxide	-	51,00	51,00
SIC Filmes, Lda. ("SIC Filmes")	Carnaxide	-	26,01	26,01
Lisboa TV - Informação e Multimédia, S.A. ("SIC Notícias")	Lisboa	-	30,60	30,60
SIC Online - Comunicação e Internet, Sociedade Unipessoal, Lda. ("SIC Online")	Carnaxide	-	51,00	51,00
SIC - Novos Projectos e Serviços Técnicos em Telecomunicações e Multimédia, Sociedade Unipessoal, Lda. ("SIC Serviços")	Carnaxide	-	51,00	51,00
SIC INDOOR – Gestão de Suportes Publicitários, S.A. ("SIC INDOOR") (Nota 14)	Carnaxide	-	31,62	31,62
Cinforma - Centro de Informática, Lda. ("Cinforma")	Lisboa	100,00	-	100,00

Estas empresas subsidiárias foram incluídas na consolidação pelo método de integração global, com base no estabelecido no Artigo 1º do Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)3. EMPRESAS ASSOCIADAS

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial ou ao seu custo de aquisição. A proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2004 pelo Grupo, é como segue:

<u>Empresas</u>	<u>Percentagem efectiva de participação</u>
Vasp – Sociedade Transportes e Distribuições, Lda. ("Vasp") (a)	33,33
Global S 24 – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (b)	25,50
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. ("Lusa") (c)	22,35

(a) Participação detida pela Impresa, encontrando-se registada pelo método da equivalência patrimonial (Nota 23.d)).

(b) Participação detida pela SIC Online, encontrando-se registada pelo método de equivalência patrimonial (Nota 23.d)).

(c) Participação detida pela Controljornal, encontrando-se registada pelo método de equivalência patrimonial (Nota 23.d)).

5. EMPRESAS CONSOLIDADAS PROPORCIONALMENTE

As empresas incluídas na consolidação pelo método proporcional, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2004, são as seguintes:

<u>Denominação social</u>	<u>Sede</u>	<u>Percentagem do capital detido</u>		
		<u>Directa</u>	<u>Indirecta</u>	<u>Total</u>
Edimpresa - Editora, Lda. ("Edimpresa") e subsidiárias (a):	Oeiras	50,00		50,00
Edimpresa.com - Internet e Multimédia, Unipessoal, Lda. ("Edimpresa.com")	Oeiras	-	50,00	50,00
Hearst Edimpresa - Editora de Publicações, S.A. ("Hearst Edimpresa")	Oeiras	-	25,00	25,00
Gesco - Gestão de Conteúdos e Meios de Comunicação Social, S.A.	Lisboa	-	25,00	25,00
Comfutebol - Edições Desportivas, Lda. ("Comfutebol")	Lisboa		25,00	25,00
Office Share - Gestão de Imóveis e Serviços, Lda. ("Office Share")	Oeiras	50,00	-	50,00

Estas empresas participadas foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método proporcional uma vez que são detidas em 50% do seu capital, sendo o seu controlo e gestão equitativamente partilhados com outro sócio.

6. EMPRESAS PARTICIPADAS

Os investimentos financeiros em empresas participadas, e a proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2004 pelo Grupo, são como segue:

<u>Empresas</u>	<u>Percentagem efectiva de participação</u>
Sociedade Gestora de Televisión, Net TV, S.A. ("Net TV") (a)	2,61
NP - Notícias de Portugal, C.R.L. ("NP") (b)	6,70
Morena Films, Lda. ("Morena Films") (a)	2,41
PTDP – Plataforma de Televisão Digital Portuguesa, S.A. ("PTDP") (a)	5,10

Estas participações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição ou ao valor estimado de realização, quando mais baixo.

(a) Participações detidas pela SIC.

(b) Participação detida pela Sojornal, SIC e Edimpresa.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o número médio de pessoal ao serviço das empresas incluídas na consolidação foi de 1.458 empregados e 1.477 empregados, respectivamente.

10. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

A diferença entre o custo de aquisição das empresas subsidiárias incluídas na consolidação (Nota 1) e a proporção nos capitais próprios dessas empresas reportado à data da primeira consolidação (1 de Janeiro de 1992) foi registada pelo Grupo em capitais próprios, tendo este montante sido transferido para resultados transitados em 2001.

Após a data da primeira consolidação, as diferenças apuradas na aquisição de participações financeiras passaram a ser registadas em "Trespases" sendo amortizadas no seu período estimado de recuperação, o qual não excede 20 anos (Notas 23.a) e 27).

14. COMPOSIÇÃO DO CONJUNTO DAS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 verificaram-se as seguintes alterações no perímetro de consolidação do Grupo:

- Aquisição da restante participação financeira no capital da Mediger, passando esta participada a ser registada pelo método de integração global (Nota 1).
- A Office Share e a Edimpresa que haviam sido incluídas na consolidação pelo método de integração global até 31 de Dezembro de 2003, passaram a ser incluídas pelo método proporcional em virtude de a partir de 2004 o seu controlo e gestão serem equitativamente partilhados com outro sócio.
- Dissolução da Litechoice, Houseindex, Portusat, Hoge - Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda. e da Impresa.com – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., conforme deliberado em respectivas Assembleias Gerais. Até 31 de Dezembro de 2003 estas empresas haviam sido incluídas no consolidado pelo método integral e no caso da Portusat pelo método de equivalência patrimonial.

Nas notas do anexo, que evidenciam movimentos nas rubricas de balanço ocorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, foi incluída uma coluna denominada "Alteração do perímetro de consolidação", a qual reflecte as alterações na composição do conjunto das empresas incluídas na consolidação supra referidas.

15. CONSISTÊNCIA NA APLICAÇÃO DE CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos utilizados são consistentes entre as empresas incluídas na consolidação e encontram-se descritos na Nota 23.

21. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO CONSOLIDADO

21.1 Pensões

Determinadas empresas do Grupo (Impresa, Sojornal, Cinforma, Medipress e Imprejornal) assumiram o compromisso de conceder aos empregados e a administradores remunerados admitidos até 5 de Julho de 1993 prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez. Estas prestações são calculadas com base numa percentagem crescente com o número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial, ou numa percentagem fixa aplicada ao salário base, à data de aniversário definida como sendo os valores em 2002.

Em 1987 o Grupo criou um fundo de pensões autónomo para onde foram transferidas as suas responsabilidades pelo pagamento das prestações pecuniárias acima referidas.

De acordo com um estudo actuarial realizado pela sociedade gestora do fundo, o valor actual das responsabilidades do conjunto das empresas supra referidas por serviços passados dos seus empregados activos e reformados em 31 de Dezembro de 2004 foi estimado em 5.945.024 Euros, sendo que o valor do fundo a essa data ascendia a 6.097.435 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)

O estudo foi efectuado utilizando o método denominado por "Projected Unit Credit" para o cálculo das pensões por velhice e o método denominado por "Prémios Únicos Sucessivos" para o cálculo das pensões por invalidez e considerou, naquela data, os seguintes principais pressupostos e bases técnicas e actuariais:

Taxa anual de rendimento do Fundo	6%
Taxa de crescimento salarial	0%
Taxa de crescimento das pensões	0%
Taxa de crescimento do salário mínimo nacional	4,5%
Taxa técnica actuarial	4%
Taxa de crescimento salarial para efeitos da determinação da pensão da Segurança Social	2%
Tábuas actuariais:	
Mortalidade	TV 73/77
Invalidez	EVK 80
Rotação de empregados	Nula

A Empresa reconheceu como custo na rubrica "Custos com o pessoal" o montante de 210.250 Euros, relativo a contribuições efectuadas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, o movimento ocorrido no valor das responsabilidades por serviços passados dos seus empregados activos e reformados foi como segue:

Valor presente da obrigação de benefícios definidos no início do exercício	5.471.716
Benefícios pagos	(23.223)
Custo dos serviços correntes	295.842
Custo dos juros	345.356
Ganhos actuariais	(144.667)
Valor presente da obrigação de benefícios definidos no final do exercício	<u>5.945.024</u>

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, o movimento ocorrido no valor dos activos do plano foi como segue:

Activos do plano no início do exercício	5.648.511
Contribuições efectuadas	210.250
Benefícios pagos	(23.223)
Retorno real dos activos do plano	261.897
	<u>6.097.435</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)21.2 Compromissos para a aquisição de programas

Em 31 de Dezembro de 2004, o Grupo tinha contratos ou acordos celebrados com terceiros para a compra de direitos de exibição de filmes, séries e outros programas de 12.539.337 Euros, não incluídos no balanço, de acordo com os critérios valorimétricos utilizados (Nota 23.e)), como segue:

Natureza	Ano de disponibilidade dos títulos				Total
	2005	2006	2007 e seguintes	Sem data definida	
Co-produção	1.631.394	-	-	-	1.631.394
Desporto	49.880	-	-	-	49.880
Reality Show	7.166	-	-	-	7.166
Entretenimento	3.338.321	-	-	-	3.338.321
Filmes	1.433.077	-	38.380	47.762	1.519.219
Formato	1.752.947	-	-	-	1.752.947
Mini-Series	34.575	-	-	-	34.575
Novelas	2.884.545	-	-	-	2.884.545
Infantis	195.280	-	-	-	195.280
Documentários	158.205	61.823	-	5.951	225.979
Séries 60	349.387	-	-	-	349.387
Exploração de direitos	38.280	-	-	25.684	63.964
Vida Selvagem	167.004	-	-	319.676	486.680
	<u>12.040.061</u>	<u>61.823</u>	<u>38.380</u>	<u>399.073</u>	<u>12.539.337</u>

Natureza	Ano limite para exibição dos títulos				Total
	2005	2006	2007 e seguintes	Sem data definida	
Co-produção	-	-	1.631.394	-	1.631.394
Desporto	49.880	-	-	-	49.880
Reality Show	-	7.166	-	-	7.166
Entretenimento	1.279.548	211.500	1.847.273	-	3.338.321
Filmes	16.375	393.691	1.030.521	78.632	1.519.219
Formato	728.565	1.024.382	-	-	1.752.947
Mini-Series	30.082	4.493	-	-	34.575
Novelas	2.884.545	-	-	-	2.884.545
Infantis	-	111.669	83.611	-	195.280
Documentários	24.111	61.823	134.094	5.951	225.979
Séries 60	29.692	193.563	126.132	-	349.387
Exploração de direitos	-	-	38.280	25.684	63.964
Vida Selvagem	54.452	112.552	-	319.676	486.680
	<u>5.097.250</u>	<u>2.120.839</u>	<u>4.891.305</u>	<u>429.943</u>	<u>12.539.337</u>

21.3 Compromissos para a aquisição de participações financeiras

Em 22 de Dezembro de 2004, a Impresa, através da sua participada Cinforma, celebrou contratos promessa para a aquisição de 49% da SIC, pertencentes ao Banco BPI e aos restantes minoritários, pelo montante de 152.500.000 Euros. Após a conclusão desta operação, a Impresa passará a deter, através das participadas Soincom e Cinforma, 100% do capital da SIC. Esta operação de concentração foi autorizada, em 11 de Fevereiro de 2005, pela Autoridade da Concorrência.

22. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2004, as garantias prestadas pela Impresa, SIC, Edimpresa e restantes empresas do Grupo são as seguintes:

Em 31 de Dezembro de 2004, a Impresa mantém o penhor de acções representativas de 100% do capital da Soincom para garantir o empréstimo contraído inicialmente por esta empresa participada junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., o qual foi transferido para a Impresa em 2001 e para garantir o empréstimo contraído junto da Caixa Banco de Investimento; adicionalmente, como garantia dos referidos empréstimos a Soincom tem empenhadas acções representativas de 51% do capital da sua participada SIC (Nota 48 (a) e (h)).

Em 31 de Dezembro de 2004, a Controljornal mantém empenhadas acções representativas de 51% do capital da Sojornal para garantir um empréstimo contraído junto do Banco Comercial Português, S.A. (Nota 48 (c)).

Em 31 de Dezembro de 2004, a Impresa mantém o penhor das quotas representativas de 50% do capital da Edimpresa para garantir um empréstimo contraído pela Edimpresa junto do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Nota 48 (e)).

Em 31 de Dezembro de 2004, a Sojornal mantém uma hipoteca sobre dois imóveis de sua propriedade para garantir um empréstimo junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Nota 48 (f)).

Em 31 de Dezembro de 2004, a Impreger (accionista maioritário da Impresa) mantém o penhor de acções representativas de 6,78% do capital da Impresa para garantir um empréstimo contraído por aquela junto do Banco Português de Investimento, S.A. e da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Nota 48 (g)).

Em 31 de Dezembro de 2004, a Controljornal mantém o penhor de acções representativas da totalidade do capital da Imprejornal para garantir um empréstimo contraído por aquela junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Nota 48 (i)).

Em 31 de Dezembro de 2004, as garantias bancárias prestadas pela SIC eram como segue:

Alta Autoridade para a Comunicação Social	2.495.192
Repartição de Finanças de Algés	1.715.219
Novimovest	1.224.750
Net TV	919.893
Câmara Municipal de Oeiras	548.678
IBM	283.329

	7.187.061
	=====

As garantias prestadas à Alta Autoridade para a Comunicação Social, e à Net TV, decorrem de imposições da legislação em vigor para o licenciamento de novos.

As garantias prestadas à Repartição de Finanças de Algés são relativas a processos de execução fiscal, a aguardar deferimento de reclamações oportunamente apresentadas pela SIC.

A garantia prestada à Novimovest destina-se a assegurar as obrigações decorrentes do contrato de arrendamento com esta entidade, relacionada com o edifício da sede da SIC, em particular o pagamento das rendas (Nota 27).

A garantia prestada à Câmara Municipal de Oeiras surge do processo de compra de um edifício contíguo às instalações da sede da SIC.

A garantia prestada à IBM é relativa à aquisição de equipamentos informáticos pela SIC em regime de leasing.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2004, a Edimpresa tinha prestado garantias bancárias a favor de terceiros, no montante de 1.706.146 Euros, como segue:

Repartição de Finanças de Oeiras	1.200.000
Câmara Municipal de Oeiras	225.078
Governo Civil de Lisboa	189.313
Governo Civil do Porto	67.705
Outras entidades	24.050

	1.706.146
	=====

A garantia prestada aos Serviços de Finanças de Oeiras tem em vista garantir a liquidação adicional referente ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas do ano de 1997 cuja dívida reclamada judicialmente pela Empresa ascende actualmente a 856.765 Euros (Nota 55).

As garantias prestadas à Câmara Municipal de Oeiras têm em vista cobrir eventuais danos na execução das obras relativas à sede da Edimpresa.

As garantias prestadas ao Governo Civil de Lisboa e do Porto decorrem de imposições da legislação em vigor para concursos nas publicações de revistas.

Em 31 de Dezembro de 2004, as restantes empresas do Grupo tinham prestado garantias bancárias, relativas à sua actividade, que ascendiam a aproximadamente 892.138 Euros.

23. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Princípios de consolidação

As empresas do Grupo referidas na Nota 1 foram consolidadas pelo método de integração global, pelo que as transacções e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nos capitais próprios e resultados dessas empresas é apresentado no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Interesses minoritários" (Nota 54). As empresas do Grupo referidas na Nota 5 foram consolidadas em 31 de Dezembro de 2004 pelo método proporcional, pelo que os seus activos e passivos, proveitos e custos foram integrados nas demonstrações financeiras pela proporção do capital detido nessas empresas pela Impresa, directa e indirectamente. Igual procedimento foi adoptado para o processo de eliminações das transacções e saldos intra-grupo.

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas associadas encontram-se valorizados no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial ou ao custo de aquisição (Nota 23.d)).

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas participadas em menos de 20% foram valorizados ao custo de aquisição, ou pelo seu valor estimado de realização, quando este é mais baixo.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, que compreendem despesas de instalação, despesas de investigação e desenvolvimento, propriedade industrial e outros direitos e trespasses, encontram-se registadas ao custo e são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de três a seis anos, com excepção dos trespasses decorrentes da aquisição de participações financeiras que são amortizados durante o período estimado de recuperação dos investimentos, actualmente fixado entre 5 a 20 anos (Nota 27). As perdas de imparidade, quando existem, são imediatamente reconhecidas em resultados.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1992 (31 de Dezembro de 1997 no caso da Impregonal) encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais aplicáveis (Nota 41). As imobilizações corpóreas adquiridas após aquelas datas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	4 - 24
Equipamento de transporte	3 - 6
Ferramentas e utensílios	3 - 8
Equipamento administrativo	3 - 10
Outras imobilizações corpóreas	4 - 8

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 23.b), são registados como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam (Nota 47).

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas (Nota 3) são registados pelo método de equivalência patrimonial sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido pela diferença entre aquele valor e o valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial, sendo o acréscimo ou redução contabilizado em capitais próprios (Nota 10).

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. Variações ocorridas directamente nos capitais próprios de empresas participadas originam aumentos ou diminuições dos investimentos financeiros que são registados, por contrapartida de capitais próprios ("Resultados transitados"). Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, ou no caso dos empréstimos concedidos a empresas do grupo ou associadas, ao seu valor nominal.

As perdas estimadas na realização das participações financeiras e empréstimos são registadas na rubrica de investimentos financeiros.

e) Existências

As existências encontram-se valorizadas ao custo de produção ou de aquisição, conforme aplicável, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

As existências da SIC correspondem essencialmente a contratos ou acordos celebrados com terceiros para exibição de filmes, séries e outros programas, sendo valorizados ao custo específico de aquisição. O custo dos programas é registado na demonstração dos resultados no momento em que os mesmos são exibidos, tendo em consideração o número de exibições estimados e os benefícios estimados de cada exibição.

A SIC tem como política registar em existências os direitos adquiridos a terceiros para transmissão de programas, por contrapartida da rubrica "Fornecedores de programas", a partir da data de entrada em vigor desses direitos e sempre que, simultaneamente, se verifiquem as seguintes condições:

- Os custos relativos aos direitos de transmissão de programas são conhecidos e podem ser razoavelmente determinados;
- O conteúdo dos programas foi aceite pela SIC de acordo com as condições estabelecidas contratualmente; e
- Os programas estão disponíveis para exibição sem restrição.

Na Nota 21.2 é apresentada informação sobre os compromissos financeiros futuros assumidos pela SIC para aquisição de programas.

Foram constituídas provisões para depreciação de existências (Nota 46) nos casos em que o custo é superior ao valor estimado de realização ou de mercado.

O valor líquido das existências não excede o seu respectivo valor de mercado.

f) Provisões para dívidas de cobrança duvidosa

As provisões para dívidas de cobrança duvidosa foram calculadas com base na avaliação das contas a receber de clientes e outros devedores.

g) Alugueres de longa duração

Os bens explorados em regime de aluguer não são registados no balanço, sendo o valor das rendas registado como custo na demonstração dos resultados do exercício a que respeita.

h) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis são registados ao mais baixo do custo de aquisição ou valor de mercado.

i) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual são reconhecidas à medida em que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Acréscimos e diferimentos" (Nota 51).

j) Reconhecimento de proveitos

Os proveitos relativos a publicidade são reconhecidos no período em que a publicidade é exibida em televisão ou inserida nas publicações. Os proveitos relativos à venda de publicações são reconhecidos no momento da venda, à excepção das assinaturas que são reconhecidas no período da duração das mesmas.

l) Pensões

Conforme mencionado na Nota 21.1, determinadas empresas do Grupo assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados e administradores remunerados admitidos até 5 de Julho de 1993 prestações pecuniárias a título de complementos de reforma por velhice e invalidez. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do empregado, aplicada à

tabela salarial, ou uma percentagem fixa aplicada ao salário base, à data de aniversário definida como sendo os valores em 2002.

Nos termos da Directriz Contabilística nº 19 os custos com a atribuição destes benefícios são reconhecidos à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários. Deste modo, no final de cada período contabilístico o Grupo obtém um estudo actuarial elaborado por uma entidade independente, no sentido de determinar o valor das suas responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registar nesse período. As responsabilidades assim estimadas são comparadas com o valor de mercado do fundo de pensões, de forma a determinar o montante das contribuições a efectuar ou registar no passivo. Os custos com pensões são registados na rubrica "Custos com o pessoal – Encargos sociais", conforme previsto pela referida Directriz, com base nos valores determinados pelo estudo actuarial (Nota 21.1).

m) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos às empresas do Grupo, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas são registados, como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas (Nota 51).

n) Processos judiciais

O Grupo regista uma provisão para processos judiciais intentados por terceiros contra determinadas empresas do Grupo, cujo valor, em cada ano, é determinado com base no montante dos pedidos de indemnização relativos a esses processos à data de balanço e na avaliação que deles fazem os órgãos de gestão e os advogados dessas empresas (Nota 46).

o) Saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira à data do balanço foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nessa data, publicadas pelo Banco de Portugal, excepto nas situações em que existem contratos de fixação de taxas de câmbio, em que é utilizada a taxa definida naqueles contratos. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

p) Operações de "factoring"

Os adiantamentos recebidos das sociedades de *factoring*, por conta dos créditos cedidos com direito de regresso, são evidenciados no passivo.

q) Imposto sobre o rendimento

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando as taxas de tributação aprovadas que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante de impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)

27. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, os movimentos ocorridos no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foram os seguintes:

Activo bruto						
	Saldo inicial	Alteração do perímetro de consolidação (Nota 14)	Aumentos	Alienações e abates	Transferências	Equivalência patrimonial
						Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	8.949.493	(93.411)	1.004	-	2.239	-
Despesas de investigação e de desenvolvimento	72.138	20.954	2.550	(44.465)	(2.239)	-
Propriedade industrial e outros direitos	2.010.653	(583.420)	29.174	(374.099)	-	-
Trespases	213.753.459	(10.704.801)	593.766	-	-	-
	<u>224.785.743</u>	<u>(11.360.678)</u>	<u>626.494</u>	<u>(418.564)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	6.692.920	(837.981)	-	(685.846)	-	-
Edifícios e outras construções	32.145.581	(8.346.377)	97.788	(13.908.372)	(34.600)	-
Equipamento básico	87.589.767	(2.636.561)	2.875.735	(917.367)	143.791	-
Equipamento de transporte	951.162	(24.374)	139.882	(255.849)	-	-
Ferramentas e utensílios	104.965	-	-	(7.394)	-	-
Equipamento administrativo	19.257.834	(1.931.140)	605.442	(157.597)	254.382	-
Outras imobilizações corpóreas	647.040	3.271	2.267	(6.965)	-	-
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	5.511.767	-	-	-	-	-
Imobilizações em curso	1.537.824	(5.860)	1.207.851	(5.694)	(363.573)	-
	<u>154.438.860</u>	<u>(13.779.022)</u>	<u>4.928.965</u>	<u>(15.945.084)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas associadas	2.375.984	-	-	-	-	1.029.185
Partes de capital em empresas participadas	751.641	-	78.997	-	-	-
Empréstimos de financiamento	1.524.858	-	-	(433.033)	-	-
	<u>4.652.483</u>	<u>-</u>	<u>78.997</u>	<u>(433.033)</u>	<u>-</u>	<u>1.029.185</u>
Amortizações acumuladas e provisões						
	Saldo inicial	Alteração do perímetro de consolidação (Nota 14)	Aumentos	Alienações e abates	Transferências	Regularizações
						Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	5.986.391	(93.101)	1.271.931	-	498	-
Despesas de investigação e de desenvolvimento	31.717	20.194	5.171	(9.346)	(498)	-
Propriedade industrial e outros direitos	1.806.578	(546.254)	61.010	(374.098)	-	-
Trespases	50.352.542	(535.240)	10.349.642	-	-	-
	<u>58.177.228</u>	<u>(1.154.401)</u>	<u>11.687.754</u>	<u>(383.444)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Imobilizações corpóreas:						
Edifícios e outras construções	4.230.593	(255.530)	422.984	(4.065.386)	-	(284)
Equipamento básico	61.005.017	(2.177.108)	8.096.609	(716.352)	-	39.323
Equipamento de transporte	759.718	(10.782)	140.335	(212.233)	-	-
Ferramentas e utensílios	79.727	-	10.415	(7.393)	-	-
Equipamento administrativo	14.481.267	(1.490.546)	2.044.605	(142.239)	-	(171)
Outras imobilizações corpóreas	397.411	1.894	190.019	(6.965)	-	-
	<u>80.953.733</u>	<u>(3.932.072)</u>	<u>10.904.967</u>	<u>(5.150.568)</u>	<u>-</u>	<u>38.868</u>
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas associadas	993.674	-	-	-	-	-
Partes de capital em empresas participadas	504.712	-	-	-	-	-
Empréstimos de financiamento	-	-	842.683	-	249.142	-
	<u>1.498.386</u>	<u>-</u>	<u>842.683</u>	<u>-</u>	<u>249.142</u>	<u>-</u>

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica "Propriedade industrial e outros direitos" inclui essencialmente o custo de aquisição de títulos de publicações editadas por empresas do Grupo (Nota 23.a)) e tem a seguinte composição:

	Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
Visão	284.315	(284.315)	-
Blitz	149.639	(149.639)	-
Outros	648.354	(513.282)	135.072
	<u>1.082.308</u>	<u>(947.236)</u>	<u>135.072</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2004, os “Trespases”, originados na aquisição de empresas do grupo, têm a seguinte composição:

	Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Amortização do exercício	Anos de amortização
SIC (a)	115.053.871	(34.516.162)	80.537.709	(5.752.692)	20
Controljornal (b)	28.757.636	(10.065.186)	18.692.450	(1.437.884)	20
Edimpresa (c)	10.704.801	(1.070.480)	9.634.321	(535.240)	20
Soincom (d)	45.684.160	(13.245.524)	32.438.636	(2.284.210)	20
Gesco (e)	2.325.162	(697.548)	1.627.614	(116.258)	20
SIC Notícias (f)	523.028	(453.290)	69.738	(104.604)	5
Mediger (g)	593.766	(118.754)	475.012	(118.754)	5
	<u>203.642.424</u>	<u>(60.166.944)</u>	<u>143.475.480</u>	<u>(10.349.642)</u>	

(a) Trespasse gerado com a aquisição em 1999 pela Soincom de uma participação adicional de 26% no capital da SIC por 123.203.066 Euros, passando a deter 51% do capital desta empresa participada.

(b) Trespasse gerado com a aquisição em 1998 pela Impresa da totalidade do capital da LCS – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“LCS”) por 34.011.373 Euros, empresa que apenas detinha uma participação financeira de 40% no capital da Controljornal. A LCS foi dissolvida em 1999.

(c) Trespasse gerado com a aquisição em Novembro de 2002 pela Edimpresa de uma participação de 50% no capital da Omniger (Nota 14) por 23.000.000 Euros.

(d) Trespases gerados com as aquisições efectuadas pela Impresa em 1999 e 2000, como segue:

	Percentagem de participação adquirida	Custo de aquisição	Proporção dos capitais próprios à data de aquisição	Trespasse original	Abate extraordinário	Trespasse corrigido
Aquisições efectuadas em 1999	14,80%	17.594.562	1.335.611	16.258.951	-	16.258.951
Aquisições efectuadas em Janeiro de 2000	1,8875%	2.168.000	205.121	1.962.879	-	1.962.879
Aquisições efectuadas em Junho de 2000	26,667%	117.743.522	22.357.184	95.386.338	(67.924.008)	27.462.330
		<u>137.506.084</u>	<u>23.897.916</u>	<u>113.608.168</u>	<u>(67.924.008)</u>	<u>45.684.160</u>

(e) Trespasse gerado com a aquisição em 1999 pela Impresa de uma participação adicional de 43,12% no capital da Gesco por 2.566.390 Euros, que detinha na altura uma participação indirecta no capital da SIC passando a deter a totalidade do capital desta empresa participada.

(f) Trespasse gerado com a aquisição em 2000 pela SIC de uma participação de 60% no capital da SIC Notícias por 1.632.595 Euros.

(g) Trespasse gerado com a aquisição em 2004 pela Controljornal de uma participação de 50% no capital da Mediger por 652.816 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2000, a Impresa solicitou a uma entidade independente um estudo de avaliação da SIC para proceder à análise da imparidade dos trespases decorrentes das aquisições de acções da Soincom (directamente pela Impresa) e da SIC (pela Soincom), reportada àquela data. Em resultado desta análise não foram identificadas situações de imparidade no que se refere ao trespasse apurado pela Soincom decorrente de aquisições de acções da SIC. No entanto, no que se refere ao trespasse apurado pela Impresa nas compras de acções da Soincom foi identificada uma diferença, face ao justo valor dessa participação financeira, no montante de 67.924.008 Euros, a qual originou uma amortização extraordinária do trespasse de igual montante registada em custos extraordinários, no final daquele exercício. No exercício de 2003, a Empresa voltou a solicitar a uma entidade independente um estudo de avaliação da SIC, para os mesmos efeitos, e concluiu que, naquela data, o seu valor contabilístico (incluindo o valor de trespases, líquido de amortizações acumuladas) é inferior ao seu valor estimado de realização. No entendimento do Conselho de Administração da Impresa, com base em análises efectuadas internamente e nas perspectivas dos resultados futuros da SIC, esta situação continua a verificar-se em 31 de Dezembro de 2004.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)

No exercício findo em 31 Dezembro de 2004, a SIC alienou o edifício da sua sede a um fundo de investimento, por 12.300.000 Euros (Nota 45), tendo adicionalmente celebrado um contrato de arrendamento daquele edifício pelo período de 15 anos, pagando uma renda anual de 816.500 Euros no primeiro ano de vigência do contrato e 873.000 Euros a partir do segundo ano, sujeita a actualizações anuais em função da taxa de inflação (Nota 22).

A rubrica “Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas” refere-se essencialmente a um adiantamento feito em exercícios anteriores, por conta da aquisição de um imóvel contíguo às instalações da SIC no valor de 5.511.767 Euros. A SIC aguarda a documentação necessária para escriturar a sua aquisição.

Em 31 de Dezembro de 2004, os investimentos financeiros correspondem a participações nas seguintes empresas:

Partes de capital em empresas associadas (Nota 3):

Denominação	Sede	Activo total	Proveitos totais	Capital próprio	Resultado do exercício	Percentagem efectiva do Grupo	Valor de participação	Provisão para investimentos financeiros	Valor líquido
Vasp	Massamá	42.890.369	231.754.562	5.806.178 (a)	1.658.826	33,33	1.935.199	-	1.935.199
Global S 24	Porto	n.d.	n.d.	n.d. (b)	n.d.	25,50	-	-	-
Lusa	Lisboa	24.663.744	19.720.724	5.090.701 (c)	2.103.379	22,35	1.469.970	(993.674)	476.296
							<u>3.405.169</u>	<u>(993.674)</u>	<u>2.411.495</u>

(a) A informação financeira apresentada (não auditada) reporta-se a 31 de Dezembro de 2004.

(b) Informação financeira não disponível.

(c) Na aplicação do método da equivalência patrimonial ao investimento financeiro detido na Lusa, o Grupo ajustou as demonstrações financeiras desta empresa participada.

Partes de capital em empresas participadas (Nota 6):

Denominação	Percentagem efectiva do Grupo	Valor de participação	Provisão para investimentos financeiros	Valor líquido
Net TV	2,61	467.376	(236.668)	230.708
Morena Films	2,41	344.547	(268.044)	76.503
NP	6,70	13.717	-	13.717
PTDP	5,10	4.998	-	4.998
		<u>830.638</u>	<u>(504.712)</u>	<u>325.926</u>

Como resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial, foram registados os seguintes movimentos nas rubricas “Partes de capital em empresas associadas e participadas”:

Denominação	Ganhos em empresas associadas, (Nota 44)	Perdas em empresas associadas, (Nota 44)	Provisão para perdas em investimentos financeiros (Nota 46)	Provisão para investimentos financeiros (Nota 46)	Investimentos financeiros
Lusa	(476.298)	-	-	-	476.298
Portusat (a)	-	1.437	(1.437)	-	-
Global S 24	-	842.683	-	(842.683)	-
Litechoice (b)	(22.292)	-	-	-	-
Vasp	(552.887)	-	-	-	552.887
	<u>(1.051.477)</u>	<u>844.120</u>	<u>(1.437)</u>	<u>(842.683)</u>	<u>1.029.185</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)

- (a) Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, a Portusat foi liquidada tendo o grupo aplicado o método de equivalência patrimonial até à data da sua liquidação.
- (b) Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 a Litechoice foi liquidada (Nota 14), tendo o grupo aplicado o método de equivalência patrimonial até à data da sua liquidação.

O aumento registado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 na rubrica de "Partes de capital em empresas participadas" no montante de 78.997 Euros refere-se ao (i) aumento de capital ocorrido na Net TV de 76.503 Euros e ao (ii) investimento financeiro realizado por uma empresa participada no capital da NP – Notícias de Portugal, C.R.L., de 2.494 Euros.

A redução ocorrida na rubrica "Empréstimos de financiamento" decorre da liquidação da Portusat verificada no exercício de 2004, no montante de 433.033 Euros, tendo sido anulada uma provisão constituída para o efeito de 426.519 Euros (Nota 46).

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica "Empréstimos de financiamento" refere-se a prestações suplementares concedidas pela SIC Online, como segue:

Global S 24 (pela SIC Online)	1.091.825
Provisão para empréstimos de financiamento da Global S 24	(1.091.825)

	-
	=====

Estas prestações suplementares só poderão ser reembolsadas ao Grupo nas circunstâncias previstas na legislação em vigor, isto é, desde que após o seu reembolso os capitais próprios dessas empresas não fiquem inferiores ao somatório do capital social e da reserva legal.

Em 31 de Dezembro de 2004 os valores constantes nas rubricas "Provisões para investimentos financeiros em partes de capital de empresas associadas", "Provisões para investimentos financeiros em partes de capital de empresas participadas" e "Provisões para empréstimos de financiamento" servem para fazer face a possíveis perdas de imparidade nestes investimentos e têm o seguinte detalhe:

<u>Partes de capital em empresas associadas:</u>	
Lusa (Nota 53)	993.674
	=====
<u>Partes de capital em empresas participadas:</u>	
Morena Films	268.045
Net TV	236.668

	504.712
	=====
<u>Empréstimos de financiamento:</u>	
Global S 24	1.091.825
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)30. VALORES DE MERCADO DO ACTIVO CIRCULANTE

Em 31 de Dezembro de 2004, não haviam diferenças significativas, que não estivessem cobertas pelas provisões constituídas, entre os valores das rubricas do activo circulante, calculadas de acordo com os critérios valorimétricos adoptados pelo Grupo (Nota 23), e o respectivo valor de mercado.

33. DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE CINCO ANOS

Em 31 de Dezembro de 2004, as dívidas a terceiros a mais de cinco anos são as seguintes (Notas 47 e 48):

Dívidas de locação financeira	5.217.825
Dívidas a instituições de crédito:	
- Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Nota 48 (a))	15.000.000

20.217.825	
=====	

36. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR SEGMENTOS

As vendas e prestações de serviços nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 têm a seguinte composição:

	2004	2003
Televisão (Nota 56.2):		
Vendas	-	-
Prestações de serviços	162.749.217	141.695.173
Revistas (Nota 56.3):		
Vendas	21.903.327	39.037.980
Prestações de serviços	16.033.692	31.953.197
Jornais (Nota 56.4):		
Vendas	18.704.204	17.508.376
Prestações de serviços	37.326.600	32.183.544
	<u>256.717.040</u>	<u>262.378.270</u>

38. DIFERENÇAS ENTRE RESULTADOS CONTABILÍSTICO E FISCAL

Tal como preconizado na Directriz Contabilística nº 28, o Grupo contabiliza os impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e fiscal. Neste sentido, foram reconhecidos, em 31 de Dezembro de 2004, activos por impostos diferidos de 11.415.909 Euros, justificados como segue:

a) Diferenças temporárias – Movimentos nos Impostos Diferidos Activos

	Saldo inicial	Alteração do perímetro de consolidação	Constituição/ Reversão	Saldo final
Acréscimos de custos	463.702	-	160.973	624.675
Provisões para dívidas de cobranças duvidosas	166.558	(48.678)	(3.990)	113.890
Provisões para outros riscos e encargos	107.699	(19.475)	37.813	126.037
Provisões para depreciação de existências	682.973	(258.784)	(5.204)	418.985
Prejuízos fiscais reportáveis (Nota 55)	16.245.466	-	(6.113.144)	10.132.322
	<u>17.666.398</u>	<u>(326.937)</u>	<u>(5.923.552)</u>	<u>11.415.909</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)

Para o apuramento dos activos por impostos diferidos, relativos a prejuízos fiscais reportáveis, foi considerada a totalidade das diferenças temporárias geradas até 31 de Dezembro de 2004 pela SIC e SIC Online, por ser entendimento do Conselho de Administração dessas empresas que são esperados resultados fiscais futuros suficientes que compensem estas situações.

Relativamente às restantes empresas incluídas na consolidação em 31 de Dezembro de 2004, os impostos diferidos a registar em conformidade com a Directriz Contabilística nº 28 respeitam essencialmente aos prejuízos fiscais reportáveis existentes nessa data e provisões tributadas. Uma vez que no entendimento da Administração dessas empresas não são esperados resultados fiscais futuros suficientes que compensem aqueles prejuízos, o Grupo não registou os correspondentes impostos diferidos activos dessas empresas (Nota 55).

b) Reconciliação da taxa de imposto

Resultado antes de impostos	24.056.469
Taxa nominal de imposto	27,5%
	<u>6.615.529</u>
Prejuízos fiscais utilizados	(1.819.775)
Prejuízos fiscais a reportar	130.836
Diferenças permanentes (i)	2.256.736
Ajustamentos à colecta (ii)	128.150
Correcções à matéria tributável de exercícios anteriores	(59.716)
Outros	-
Imposto sobre o rendimento	<u>7.251.760</u>
	<u>30,14%</u>
Taxe efectiva de imposto	
Imposto corrente (Nota 49)	1.328.208
Imposto diferido gerado no ano	5.923.552
	<u>7.251.760</u>

(i) Em 31 de Dezembro de 2004, este montante tinha a seguinte composição:

Redução de provisões tributadas	(356.611)
Amortização de trespasses (Nota 27)	10.349.642
Provisões não aceites fiscalmente	1.500.335
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 44)	(1.050.040)
Reintegrações e amortizações não aceites	630.236
Mais valias contabilísticas	(445.504)
Menos valias contabilísticas	(1.345.748)
Mais valias fiscais	989.157
Menos valias fiscais	(2.584.781)
Despesas confidenciais ou não documentadas	28.039
Outras rubricas, líquidas	491.589
	<u>8.206.314</u>
Taxa nominal de imposto	27,5%
	<u>2.256.736</u>

(ii) Este montante representa a parcela de imposto relativa à tributação autónoma de certas despesas.

39. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, foram atribuídas remunerações aos membros do Conselho de Administração da Impresa de 2.214.084 Euros a pagar pela Impresa e pelas restantes empresas do Grupo.

Com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, foram atribuídas remunerações ao Fiscal Único da Impresa de 133.500 Euros.

41. REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Determinadas empresas do Grupo procederam, em anos anteriores, à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro;
Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro;
Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro;
Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro.

Conforme disposto na legislação que presidiu às reavaliações efectuadas, as reservas delas decorrentes só podem ser utilizadas para aumentar capital ou para cobrir prejuízos até à data em que foram registadas, não podendo ser distribuídas aos accionistas.

43. CONTAS NÃO COMPARÁVEIS COM O EXERCÍCIO ANTERIOR

Em 31 de Dezembro de 2003 a empresa participada Edimpresa – Editora, Lda., detida em 50% do seu capital, foi incluída na consolidação pelo método integral. Em 31 de Dezembro de 2004 esta empresa participada foi incluída na consolidação pelo método proporcional por ser entendimento do Conselho de Administração da Empresa que em 2004 o seu controlo e gestão são efectuados de forma partilhada com outro sócio. Em resultado desta situação, em 31 de Dezembro de 2004, o activo total e os proveitos totais vieram diminuídos comparativamente a 31 de Dezembro de 2003 em, aproximadamente, 24.427.928 Euros e 41.580.400 Euros, respectivamente (Nota 56.3).

44. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 têm a seguinte composição:

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Juros suportados	6.019.779	8.589.026
Perdas em empresas associadas (Notas 27 e 46)	1.437	1.949.467
Provisão para aplicações financeiras (Notas 27 e 46)	842.683	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1.816.814	4.953.663
Descontos de pronto pagamento concedidos	3.016.224	1.977.583
Outros custos e perdas financeiros	1.027.677	2.307.274
	-----	-----
	12.724.614	19.777.013
Resultados financeiros	(9.128.043)	(10.024.926)
	-----	-----
	3.596.571	9.752.087
	=====	=====
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Juros obtidos	244.570	372.203
Ganhos em empresas associadas (Nota 27)	1.051.477	571.568
Diferenças de câmbio favoráveis	2.254.712	8.156.544
Descontos de pronto pagamento obtidos	6.261	50.684
Outros proveitos e ganhos financeiros	39.551	601.088
	-----	-----
	3.596.571	9.752.087
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 têm a seguinte composição:

	<u>2004</u>	<u>2003</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Donativos	268.709	393.613
Dívidas incobráveis	25.465	245.960
Perdas em existências	394.921	1.770.362
Perdas em imobilizações	65.971	343.420
Aumento de amortizações e provisões	38.864	-
Multas e penalidades	35.905	156.880
Correcções relativas a exercícios anteriores	54.801	90.623
Outros custos e perdas extraordinários	237.290	2.271.702
	-----	-----
	1.121.926	5.272.560
Resultados extraordinários	2.341.464	733.977
	-----	-----
	3.463.390	6.006.537
	=====	=====
 <u>Proveitos e ganhos:</u>		
Recuperação de dívidas	351	1.821
Ganhos em existências	159.560	2.874
Ganhos em imobilizações (a)	1.377.847	157.604
Redução de provisões (Nota 46)	1.645.917	4.647.855
Correcções relativas a exercícios anteriores	19.989	157.565
Outros proveitos e ganhos extraordinários	259.726	1.038.818
	-----	-----
	3.463.390	6.006.537
	=====	=====

(a) Encontra-se registada nesta rubrica a mais valia de 756.878 Euros obtida com a alienação do edifício sede da SIC (Nota 27).

46. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos das rubricas de provisões:

Contas	Saldo inicial	Alteração do perímetro de consolidação (Nota 14)	Aumentos	Utilização	Anulação/ regularização (Nota 45)	Transferências	Equivalência patrimonial (Nota 27)	Saldo final
Provisões para investimentos financeiros (Nota 27)	1.498.385	-	-	-	-	249.142	842.683	2.590.210
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa	6.112.055	(916.532)	1.911.712	(10.114)	(171.388)	-	-	6.925.733
Provisões para depreciação de existências (Nota 45)	2.485.317	(941.921)	1.655.772	(286.748)	(1.387.952)	-	-	1.524.468
Provisões para riscos e encargos:								
Outras provisões para riscos e encargos	4.970.891	(567.482)	759.659	(1.458.456)	(86.577)	-	-	3.618.035
Provisão para perdas em investimentos financeiros	674.224	-	-	(426.519)	-	(249.142)	1.437	-
	<u>5.645.115</u>	<u>(567.482)</u>	<u>759.659</u>	<u>(1.884.975)</u>	<u>(86.577)</u>	<u>(249.142)</u>	<u>1.437</u>	<u>3.618.035</u>
	<u>15.740.872</u>	<u>(2.425.935)</u>	<u>4.327.143</u>	<u>(2.181.837)</u>	<u>(1.645.917)</u>	<u>-</u>	<u>844.120</u>	<u>14.658.446</u>

A rubrica “Outras provisões para riscos e encargos” destina-se a cobrir eventuais contingências decorrentes de processos judiciais intentados contra algumas empresas do Grupo no decurso da sua actividade normal, os quais se encontram em curso em 31 de Dezembro de 2004. Estas provisões foram constituídas com base nas informações fornecidas pelos advogados dessas empresas relativas às suas expectativas quanto ao desfecho final desses processos.

A utilização da “Provisão para perdas em investimentos financeiros” no montante de 426.519 Euros, refere-se ao processo de liquidação da Portusat (Nota 27).

A utilização das provisões para outros riscos e encargos de 1.458.456 Euros, no exercício de 2004, respeita a litígios cujos desfechos se concretizaram durante o exercício de 2004.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)47. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2004, o Grupo mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Terrenos	1.055.557	-	1.055.557
Edifícios e outras construções	7.009.131	(135.053)	6.874.078
Equipamento de transporte	443.302	(373.361)	69.941
Meios móveis	4.874.058	(2.205.425)	2.668.633
Equipamento básico	2.629.147	(572.253)	2.056.894
	<u>16.011.195</u>	<u>(3.286.092)</u>	<u>12.725.103</u>

Conforme indicado na Nota 23.c), o Grupo regista estes bens pelo método financeiro.

Em 31 de Dezembro de 2004, a SIC, Office Share e a Edimpresa mantinham responsabilidades, como locatárias, relativas a rendas vincendas em contratos de locação financeira de 2.932.810 Euros, 6.900.522 Euros e 95.356 Euros, respectivamente, as quais se vencem como segue:

	Capital	Juros	Total
2005	<u>1.750.136</u>	<u>315.634</u>	<u>2.065.770</u>
2006	1.202.535	260.101	1.462.636
2007	1.019.702	209.629	1.229.331
2008	380.305	184.044	564.349
2009	358.185	171.640	529.825
2010 a 2018	5.217.825	935.495	6.153.320
	<u>8.178.552</u>	<u>1.760.909</u>	<u>9.939.461</u>
	<u>9.928.688</u>	<u>2.076.543</u>	<u>12.005.231</u>

Adicionalmente, a SIC Online adquiriu equipamento informático no montante inicial de 1.343.760 Euros, que se encontra a pagar de acordo com o seguinte plano de reembolso:

	<u>Capital</u>	<u>Juros</u>	<u>Total</u>
2005	533.025	79.445	612.470
	=====	=====	=====

48. DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2004, o saldo de dívidas a instituições de crédito tem a seguinte composição:

Entidades	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total
Caixa Geral de Depósitos, S.A. (a)	1.500.000	28.500.000	30.000.000
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (b)	7.400.000	12.600.000	20.000.000
Banco Comercial Português, S.A. (c)	-	15.000.000	15.000.000
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (d)	-	10.000.000	10.000.000
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (e)	1.700.000	6.950.000	8.650.000
Caixa Geral de Depósitos, S.A. (f)	-	7.500.000	7.500.000
Banco Português de Investimento, S.A. e			
Caixa Geral de Depósitos, S.A. (g)	1.689.922	5.185.503	6.875.425
Caixa Banco de Investimento, S.A. (h)	500.000	4.500.000	5.000.000
Caixa Geral de Depósitos, S.A. (i)	750.000	4.000.000	4.750.000
Banco Comercial Português, S.A. (j)	2.482.108	-	2.482.108
Banco Português de investimento, S.A. (k)	797.429	-	797.429
Contas correntes caucionadas (l)	675.000	1.350.000	2.025.000
Descobertos bancários (m)	2.371	-	2.371
	<u>17.496.830</u>	<u>95.585.503</u>	<u>113.082.333</u>

Em resultado dos financiamentos supra referidos, o Grupo Impresa assumiu diversos *covenants*, que o Conselho de Administração da Impresa considera que o Grupo tem condições de cumprir.

- (a) Em Novembro de 1999, foi celebrado pelo Grupo um contrato de financiamento com a Caixa Geral de Depósitos, S.A. no montante inicial de 54.867.769 Euros.

O contrato de financiamento referente a este empréstimo tinha originalmente considerados determinados *covenants*, os quais foram suspensos em 2001 por acordo com a Caixa Geral de Depósitos, S.A..

No segundo semestre de 2004 o Grupo procedeu à reestruturação da dívida através de aditamento ao contrato inicial com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., do qual resultou o seguinte plano de reembolso:

2005	<u>1.500.000</u>
2006	2.500.000
2007	3.000.000
2008	4.000.000
2009	4.000.000
2010	5.000.000
2011	5.000.000
2012	5.000.000
	<u>28.500.000</u>
	<u>30.000.000</u>

Este empréstimo vence juros a uma taxa correspondente à EURIBOR a seis meses adicionada de 1,75% e o seu pagamento é efectuado semestral e postecipadamente.

Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, em 31 de Dezembro de 2004, a Soincom mantém empenhadas acções representativas de 51% do capital da SIC e a Impresa acções representativas de 100% do capital da Soincom (Nota 22).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)

- (b) Esta rubrica respeita a uma emissão de papel comercial subscrita em 18 de Outubro de 2004 no valor de 20.000.000 Euros, com data de reembolso contratada para 18 de Janeiro de 2005, automaticamente renovável. Em 31 de Dezembro de 2004, esta emissão de papel comercial vence juros à taxa de 2,797%. Esta emissão foi efectuada ao abrigo de um programa de papel comercial com um período de duração de três anos, durante o qual estão previstas amortizações trimestrais, terminando em 18 de Outubro de 2007, através das receitas geradas através dos serviços por cabo prestado pela CATVP – TV Cabo Portugal, S.A..
- (c) O saldo desta rubrica refere-se a um empréstimo bancário, sob a forma de conta corrente caucionada, contraído pela Controljornal em 9 de Dezembro de 2004 junto do Banco Comercial Português, S.A. no montante de 15.000.000 Euros.

Este empréstimo vence juros a uma taxa correspondente à EURIBOR a três meses adicionada de 1,5%, com data de reembolso para 9 de Março de 2005, podendo ser automaticamente renovado por períodos de três meses. No exercício de 2005, segundo o Conselho de Administração, este financiamento será extinto com a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo de 10.000.000 Euros e de um empréstimo obrigacionista de 5.000.000 Euros.

Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, em 31 de Dezembro de 2004, a Controljornal mantém empenhadas acções representativas de 51% do capital da Sojornal (Nota 22).

- (d) Esta rubrica respeita a uma emissão de papel comercial subscrita em 18 de Outubro de 2004 no valor de 10.000.000 Euros, com data de reembolso contratada para 18 de Abril de 2005, automaticamente renovável. Em 31 de Dezembro de 2004, esta emissão de papel comercial vence juros à taxa de 2,26%. Esta emissão foi efectuada ao abrigo de um programa de papel comercial com um período de duração de cinco anos, terminando em 17 de Novembro de 2006.
- (e) Esta rubrica respeita a um empréstimo contraído pela Edimpresa junto do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., para aquisição de uma participação de 50% na Omniger (Nota 14). Em 31 de Dezembro de 2004 este empréstimo vence juros postecipados semestrais a uma taxa correspondente à EURIBOR a seis meses acrescida de 2,5%. Relacionado com este financiamento, a Empresa celebrou um contrato de Swap de taxa de juro que fixa aquela taxa em 3,69%. Este empréstimo será reembolsado em 13 prestações semestrais tendo-se vencido a primeira em 15 de Dezembro de 2003. O plano de reembolso do saldo em dívida é o seguinte:

2005	<u>1.700.000</u>
2006	1.900.000
2007	2.200.000
2008	2.400.000
2009	<u>450.000</u>
	<u>6.950.000</u>
	<u>8.650.000</u>

Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, em 31 de Dezembro de 2004, a Impresa mantém empenhadas as quotas representativas de 50% do capital da Edimpresa (Nota 22).

- (f) O saldo desta rubrica refere-se a um empréstimo bancário contraído pela Sojornal em 30 de Junho de 2003 junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., de 7.500.000 Euros.

Este empréstimo vence juros a uma taxa correspondente à EURIBOR a seis meses adicionada de 1,5% e o seu pagamento é efectuado semestral e postecipadamente. O empréstimo será amortizado integralmente em 30 de Junho de 2006.

Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo a Sojornal constituiu hipoteca sobre dois imóveis de sua propriedade aos quais foi atribuído o valor total de 9.500.000 Euros, constando os mesmos do imobilizado corpóreo da Sojornal pelo valor de 4.113.536 Euros (Nota 22).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)

- (g) O saldo desta rubrica refere-se a um empréstimo bancário contraído pela Impresa em 5 de Junho de 2003 junto do Banco Português de Investimento, S.A. e da Caixa Geral de Depósitos, S.A., no montante máximo de 7.500.000 Euros.

Este empréstimo vence juros a uma taxa correspondente à Euribor a três meses adicionada de 2,25% e o seu pagamento é efectuado trimestral e postecipadamente. O empréstimo será amortizado conforme segue:

2005	<u>1.689.922</u>
2006	2.253.229
2007	2.253.229
2008	679.045
	<u>5.185.503</u>
	<u>6.875.425</u>

Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo a Impreger mantém o penhor de 4.883.725 acções representativas de 6,78% do capital da Impresa (Nota 22).

- (h) O saldo desta rubrica refere-se a um empréstimo bancário contraído pela Impresa em 22 de Dezembro de 2004 junto da Caixa Banco de Investimento, S.A., no montante de 5.000.000 Euros.

Este empréstimo vence juros a uma taxa correspondente à Euribor a seis meses adicionada de 1,75% e o seu pagamento é efectuado semestral e postecipadamente, vencendo-se a primeira prestação em 22 de Junho de 2005. O empréstimo será amortizado conforme segue:

2005	<u>500.000</u>
2006	1.500.000
2007	1.000.000
2008	1.000.000
2009	1.000.000
	<u>4.500.000</u>
	<u>5.000.000</u>

Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, em 31 de Dezembro de 2004, a Soincom mantém empenhadas acções representativas de 51% do capital da SIC e a Impresa acções representativas de 100% do capital da Soincom (Nota 22).

- (i) O saldo desta rubrica refere-se a um empréstimo bancário contraído pela Imprejornal em 30 de Junho de 2003 junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., no montante de 5.750.000 Euros.

Este empréstimo vence juros a uma taxa correspondente à EURIBOR a seis meses adicionada de 2% e o seu pagamento é efectuado semestral e postecipadamente. O empréstimo será amortizado conforme segue:

2005	<u>750.000</u>
2006	750.000
2007	750.000
2008	1.250.000
2009	1.250.000
	<u>4.000.000</u>
	<u>4.750.000</u>

Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo a Controljornal mantém o penhor de 550.000 acções representativas da totalidade do capital da Imprejornal (Nota 22).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)

(j) O saldo desta rubrica inclui um financiamento em regime de abertura de crédito em conta corrente, com prazo de reembolso em 9 de Maio de 2005, renovável automaticamente e sucessivamente por um ano. Em 31 de Dezembro de 2004 este financiamento vencia juros a uma taxa correspondente à Euribor a um mês acrescida de 0,5%.

(k) Esta rubrica inclui um financiamento em regime de abertura de crédito em conta corrente, por prazos de 6 meses renováveis automaticamente. Em 31 de Dezembro de 2004, este financiamento vencia juros a uma taxa correspondente à Euribor a três meses acrescida de 1%.

(l) Este montante corresponde a contas correntes caucionadas obtida pelas empresas pelo Grupo, as quais vencem juros calculados a taxas normais de mercado.

(m) Os descobertos bancários vencem juros a taxas de mercado para operações similares.

49. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2004, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Saldos devedores:

Imposto sobre o Valor Acrescentado – valores a reportar	1.054.924
Outros impostos e taxas	21.532

	1.076.456
	=====

Saldos credores:

Instituto Português de Arte Cinematográfica e Audiovisual/Cinemateca Portuguesa	1.545.852
Imposto sobre o Valor Acrescentado	6.505.217
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – retenções na fonte	1.459.414
Contribuições para a Segurança Social	1.595.892
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC	263.091
Outros impostos e taxas	10.038

	11.379.504
	=====

O montante de IRC a pagar tem a seguinte composição:

Estimativa de imposto do ano (Nota 38)	1.328.208
Pagamentos por conta	(864.113)
Retenções na fonte	(196.774)
Outros	(4.231)

	263.091
	=====

50. OUTROS DEVEDORES E CREDITORES

Em 31 de Dezembro de 2004, estas rubricas têm a seguinte composição:

Outros devedores:

Adiantamentos a fornecedores de programas (a)	5.214.997
Santander Novimovest (b)	800.000
Adiantamentos ao pessoal	274.777
Outros	1.607.332

	7.897.106
Provisão para outros devedores	(557.128)

	7.339.978
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)Outros credores:

ICAM – Instituto do Cinema Audiovisual e Multimédia (c)	2.084.975
Remunerações a pagar ao pessoal	320.971
Comissões	243.785
Outros	1.092.062

3.741.793	
=====	

- (a) Este montante respeita a pagamentos efectuados pela SIC a fornecedores de programas, ao abrigo de contratos celebrados com estas entidades, referentes a programas e séries, que a esta data ainda não se encontravam disponíveis para exibição.
- (b) Este montante respeita ao valor ainda por receber da alienação do Edifício da SIC.
- (c) Este montante corresponde a um subsídio atribuído pelo ICAM – Instituto do Cinema Audiovisual e Multimédia à SIC Filmes, o qual se encontra a ser diferido (Nota 51).

51. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2004, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos:

Telefilmes (Nota 50.c))	2.084.975
<i>Rappel</i> a receber	839.286
Direitos de transmissão (a)	790.043
Assinaturas de televisão por cabo a facturar	335.827
Outros	235.478

4.285.609	
=====	

Custos diferidos:

Despesas com filmes e programas em curso (b)	1.083.748
Licenças	637.084
Comissões	358.309
Produção de jornais e revistas	311.497
Prémios e concursos	98.661
Seguros	72.915
Rendas	63.606
Royalties	57.208
Co-produções (c)	13.053
Outros	840.471

3.536.552	
=====	

Acréscimos de custos:

Férias e subsídio de férias	7.884.297
Prémios e horas extraordinárias	6.232.867
Custos com produção de programas (d)	862.933
Direitos de autor (e)	824.729
Produção de revistas	584.744
Descontos comerciais a conceder	541.120
Royalties a pagar	343.776
<i>Rappel</i> a conceder	256.085
Comunicação	230.924
Custos com distribuição	175.190
Comissões a liquidar	80.183
Juros a liquidar	60.239
Outros	2.440.815

20.517.902	
=====	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)Proveitos diferidos:

Facturação antecipada (f)	964.997
Acordo Lusomundo (g)	934.290
Ganho gerado no aumento de capital da Vasp (g)	919.755
Assinaturas de jornais e revistas (Nota 23.j))	686.458
Subsídios ao investimento (h)	183.535
Direitos	151.620
Outros	337.183

4.177.838

=====

- (a) Esta rubrica corresponde ao valor a receber da Sociedade Portuguesa de Autores, C.R.L., relativamente a direitos de transmissões do canal "SIC" através da CATV – TV Cabo Portugal, S.A. até 31 de Dezembro de 2004.
- (b) Esta rubrica corresponde a despesas incorridas pelas direcções de programas e de informação da SIC, com programas que serão exibidos durante o exercício de 2005.
- (c) Esta rubrica refere-se essencialmente a despesas incorridas com a aquisição dos direitos para a produção de séries e novelas, em simultâneo com outros fornecedores externos.
- (d) Esta rubrica refere-se essencialmente a despesas incorridas pelas direcções de programas e de informação da SIC, relativas a programas que já foram exibidos, estando-se a aguardar as respectivas facturas.
- (e) Esta rubrica representa os valores em dívida à Sociedade Portuguesa de Autores, C.R.L. no âmbito da actividade normal da SIC, durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2004.
- (f) Esta rubrica refere-se essencialmente a publicidade facturada a clientes e a emitir durante o exercício de 2005.
- (g) Estas rubricas respeitam à mais-valia gerada pelo aumento de capital ocorrido na Vasp no exercício de 2002 e não acompanhado pelo Grupo, de 1.161.804 Euros e a uma indemnização de 1.111.142 Euros recebida no âmbito de um acordo celebrado com a Lusomundo, os quais estão a ser reconhecidos como proveitos num período de 12 anos. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 o Grupo reconheceu na demonstração dos resultados o valor de 197.884 Euros na rubrica "Outros proveitos operacionais".
- (h) Os subsídios ao investimento foram obtidos pela Imprejornal e destinaram-se à aquisição de equipamento gráfico e à instalação de um laboratório de qualidade. Os subsídios são reconhecidos em resultados no período correspondente à amortização dos equipamentos e do laboratório de qualidade que foram subsidiados (Nota 23.m)).

52. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2004, o capital da Empresa encontrava-se totalmente subscrito e realizado e ascendia a 84.000.000 Euros, estando representado por 84.000.000 de acções com o valor nominal de um Euro cada.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)53. MOVIMENTO OCORRIDO NAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nos saldos das rubricas do capital próprio, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aumentos/ diminuições	Transfe- rências	Saldo final
Capital	84.000.000	-	-	84.000.000
Prémios de emissão de acções (Nota 52)	97.902.257	-	-	97.902.257
Reserva legal	281.051	-	-	281.051
Resultados transitados	(76.328.764)	-	(10.201.602)	(86.530.366)
Resultado consolidado líquido do semestre	(10.201.602)	6.210.579	10.201.602	6.210.579
	<u>95.652.942</u>	<u>6.210.579</u>	<u>-</u>	<u>101.863.521</u>

Prémios de emissão de acções: O valor registado nesta rubrica resulta dos ágios obtidos nos aumentos de capital ocorridos em exercícios anteriores. Segundo a legislação em vigor, a utilização do valor incluído nesta rubrica segue o regime aplicável à reserva legal, ou seja, não pode ser distribuído aos accionistas, podendo, contudo, ser utilizado para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporado no capital.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Aplicação de resultados: Conforme deliberado em Assembleia Geral de Accionistas realizada em 16 de Abril de 2004 o prejuízo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 foi integralmente aplicado em resultados transitados.

54. INTERESSES MINORITÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2004, os interesses minoritários registados no balanço consolidado respeitam às seguintes empresas do Grupo:

SIC e subsidiárias	24.336.638
Comfutebol e Hearst Edimpresa	62.159
Publiregiões	51.018
Gesco	102.606
Publisurf783	

	24.553.205
	=====

Os interesses minoritários registados na demonstração consolidada dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 respeitam às seguintes empresas do Grupo:

Publiregiões	(105.936)
SIC e subsidiárias	10.736.750
Comfutebol e Hearst Edimpresa	(81.535)
Publisurf284	
Gesco	44.557

	10.594.130
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, o movimento ocorrido na rubrica de interesses minoritários de balanço foi o seguinte:

Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2003	15.699.543
Resultado líquido do exercício atribuível aos minoritários	10.594.130
Aumento de prestações suplementares na Publiregiões	168.000
Alteração do perímetro de consolidação – Office Share	3.110
Alteração do perímetro de consolidação – Edimpresa	(1.969.350)
Outros	57.772

Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2004	24.553.205
	=====

55. IMPOSTOS

A Impresa e as suas empresas participadas encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC, à taxa de 25%, acrescida de Derrama à taxa de 10%, resultando numa taxa de imposto agregada de 27,5%. Adicionalmente e face à sua forma jurídica, algumas das empresas do Grupo estão abrangidas pela legislação fiscal que rege as sociedades gestoras de participações sociais. De acordo com esta legislação, os ganhos e perdas em empresas do grupo resultantes da aplicação do método de equivalência patrimonial, os dividendos recebidos das empresas participadas, a amortização dos trespasses decorrentes da aquisição de partes de capital e os encargos financeiros relacionados com a aquisição de partes sociais, não são considerados para efeitos fiscais.

A Impresa é tributada em sede de IRC pelo resultado fiscal consolidado, com o das suas subsidiárias, Controljornal, Soincom, Sojornal, Medipress, Imprejornal, Publisurf, Cinforma e Sojornal.com. A SIC é tributada em sede de IRC pelo resultado fiscal consolidado, com a SIC Online e com a SIC Serviços. As restantes empresas do Grupo são tributadas individualmente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais das empresas do Grupo dos anos 2001 a 2004 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2004.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 uma das sociedades incorporada por fusão na Edimpresa foi alvo de liquidações adicionais efectuadas pela Administração Fiscal, em sede de IRC, no montante de 1.621.065 Euros (incluindo juros compensatórios de 367.787 Euros). Face ao enquadramento fiscal de excepção referente a juros de mora verificado no final do exercício de 2002, essa sociedade decidiu pagar parte daquelas liquidações adicionais, ascendendo actualmente o valor não pago a 856.765 Euros (Nota 22). Estas liquidações adicionais foram objecto de reclamações, sendo convicção da Gerência da Edimpresa de que as mesmas não têm fundamento (Nota 22), pelo que em 31 de Dezembro de 2004 as demonstrações financeiras consolidadas não incluem nenhuma provisão para fazer face a esta situação.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, o Grupo encontra-se sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos, após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2004, a Impresa e algumas das empresas do grupo tinham os seguintes prejuízos fiscais reportáveis:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)

	Prejuízos fiscais considerados reportáveis para efeito de impostos diferidos (Nota 38)		Prejuízos fiscais não considerados reportáveis para efeito de impostos diferidos		
	2004	Exercícios anteriores	2004	Exercícios anteriores	Total
SIC e subsidiárias	-	36.844.807	130.836	10.795.581	47.771.224
Edimpresa e subsidiárias	-	-	175.671	363.281	538.952
Impresa (consolidado fiscal)	-	-	-	16.482.715	16.482.715
Publiregiões	-	-	17.144	4.683.061	4.700.205
Gesco	-	-	-	127.105	127.105
	-	36.844.807	323.651	32.451.743	69.620.201

56. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS DE NEGÓCIO56.1 Geral

A identificação dos segmentos reportáveis pelo Grupo assenta na combinação das diferenças nos produtos e serviços e diferenças nos quadros legais. Estes segmentos são consistentes com a forma como o Grupo analisa o seu negócio. Assim, tendo em consideração os factores acima mencionados, o Grupo identificou os seguintes segmentos reportáveis:

Televisão – O Grupo detém uma participação na SIC que transmite em sinal aberto e por cabo os canais de televisão “SIC”, “SIC Notícias”, “SIC Radical”, “SIC Gold”, “SIC Internacional”, “SIC Mulher” e ainda em circuito fechado a “SIC INDOOR”.

Revistas – O Grupo publica, através da Edimpresa, um vasto leque de revistas sobre diversos temas, incluindo negócios, política, automóveis e sociedade. Adicionalmente, o Grupo inclui neste segmento a Comfutebol e metade da actividade da Gesco.

Jornais – O Grupo publica o semanário “Expresso”, o jornal de música semanal “Blitz”, o jornal semanal de automóveis “Autosport”, a edição mensal “Surf Portugal” e a edição gratuita “Jornal da Região”. Adicionalmente, o Grupo inclui neste segmento a Imprejournal, a Interjournal, a Cinforma e metade da actividade da Gesco.

Não existe nenhum cliente que contribua com 10% ou mais para as receitas do Grupo em qualquer dos períodos apresentados nas demonstrações dos resultados.

As transacções entre segmentos são registadas segundo os mesmos princípios das transacções com terceiros. As políticas contabilísticas de cada segmento são as mesmas do Grupo.

A maioria das receitas do Grupo são geradas em território nacional e a maioria dos activos estão também localizados em território nacional.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)56.2 Televisão

As demonstrações dos resultados para este segmento, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, são como seguem:

	2004	2003
Vendas - clientes externos (Nota 36)	-	-
Prestações de serviços - clientes externos (Nota 36)	162.749.217	141.695.173
Prestações de serviços - inter-segmentos	1.026.940	1.966.161
Outros proveitos operacionais - clientes externos	1.041.624	888.782
Outros proveitos operacionais - inter-segmentos	75.000	170.000
Proveitos operacionais	164.892.781	144.720.116
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(59.367.945)	(59.370.746)
Custos com o pessoal	(28.872.390)	(28.448.772)
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	(9.246.952)	(10.806.359)
Amortização do <i>Goodwill</i>	(104.604)	-
Provisões	(1.247.195)	(3.482.127)
Outros custos operacionais	(34.235.158)	(31.096.262)
Custos operacionais	(133.074.244)	(133.204.266)
Resultado operacional	31.818.537	11.515.850
Custos e perdas financeiros	(8.116.278)	(11.134.426)
Proveitos e ganhos financeiros	2.506.041	8.651.841
Resultados extraordinários	1.361.323	(43.294)
Resultado antes de imposto	27.569.623	8.989.971
Imposto sobre o rendimento	(6.462.183)	(3.706.926)
Interesses minoritários	(772.773)	16.430
Resultado líquido	20.334.667	5.299.475

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)56.3 Revistas

As demonstrações dos resultados para este segmento, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, são como seguem:

	2004	2003
Vendas - clientes externos (Nota 36)	21.903.327	39.037.980
Vendas - inter-segmentos	128.834	90.321
Prestações de serviços - clientes externos (Nota 36)	16.033.692	31.953.197
Prestações de serviços - inter-segmentos	191.239	329.461
Outros proveitos operacionais - clientes externos	653.021	2.170.087
Outros proveitos operacionais - inter-segmentos	883.133	952.461
Proveitos operacionais	39.793.246	74.533.507
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(4.481.395)	(11.542.905)
Custos com o pessoal	(9.253.471)	(19.883.147)
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	(574.675)	(2.451.993)
Amortização do <i>Goodwill</i>	(535.240)	-
Provisões	(2.178.169)	(2.240.522)
Outros custos operacionais	(20.492.638)	(32.739.949)
Custos operacionais	(37.515.588)	(68.858.516)
Resultado operacional	2.277.658	5.674.991
Custos e perdas financeiros	(1.226.540)	(2.745.522)
Proveitos e ganhos financeiros	13.998	27.597
Resultados extraordinários	1.034.627	469.016
Resultado antes de imposto	2.099.743	3.426.082
Imposto sobre o rendimento	(738.550)	(1.689.593)
Interesses minoritários	81.535	(74.729)
Resultado líquido	1.442.728	1.661.760

Em 31 de Dezembro de 2004 a participação financeira de 50% no capital da Edimpresa foi registada pela primeira vez pelo método de consolidação proporcional, enquanto que até 31 de Dezembro de 2003 era registada pelo método de consolidação integral (Nota 43). O efeito desta alteração, em 31 de Dezembro de 2004, é o seguinte:

Proveitos operacionais	39.793.246
Custos operacionais	(37.515.588)
Resultado operacional	2.277.658
Resultados financeiros	(1.212.542)
Resultados extraordinários	1.034.627
Resultado antes de imposto e interesses minoritários	2.099.743
Imposto sobre o rendimento	(738.550)
Interesses minoritários	(1.361.193)
	-

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)56.4 Jornais

As demonstrações dos resultados para este segmento, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, são como seguem:

	2004	2003
Vendas - clientes externos (Nota 36)	18.704.204	17.508.376
Vendas - inter-segmentos	2.083	179
Prestações de serviços - clientes externos (Nota 36)	37.326.600	32.183.544
Prestações de serviços - inter-segmentos	656.491	941.388
Outros proveitos operacionais - clientes externos	159.433	114.263
Outros proveitos operacionais - inter-segmentos	44.756	-
Proveitos operacionais	56.893.567	50.747.750
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(7.382.377)	(6.854.924)
Custos com o pessoal	(17.267.500)	(18.862.112)
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	(1.943.757)	(3.135.506)
Provisões	(901.779)	(937.113)
Outros custos operacionais	(18.807.880)	(16.614.034)
Custos operacionais	(46.303.293)	(46.403.689)
Resultado operacional	10.590.274	4.344.061
Custos e perdas financeiros	(1.068.971)	(536.212)
Proveitos e ganhos financeiros	47.225	62.598
Resultados extraordinários	(47.126)	362.513
Resultado antes de imposto	9.521.402	4.232.960
Imposto sobre o rendimento	(43.945)	(70.731)
Interesses minoritários	-	-
Resultado líquido	9.477.457	4.162.229

56.5 Reconciliações**Proveitos operacionais**

	2004	2003
Total dos segmentos reportáveis	261.579.594	270.001.373
Proveitos operacionais das empresas mãe	197.884	172.580
Eliminação de proveitos intra-grupo	(3.008.476)	(4.449.971)
	<u>258.769.002</u>	<u>265.723.982</u>

Resultado líquido

Total dos segmentos reportáveis	31.254.852	11.123.464
Custos financeiros relativos a empréstimos de financiamento	(2.311.516)	(3.470.151)
Amortização do <i>Goodwill</i>	(9.709.792)	(9.757.064)
Proveitos operacionais das empresas mãe	197.884	172.580
Resultados de estrutura das empresas mãe	(4.398.462)	(4.377.876)
Interesses minoritários	(9.858.335)	(3.057.401)
Resultado líquido da Office Share	6.763	-
Ganhos e perdas em empresas associadas, líquidos	1.029.185	(835.154)
	<u>6.210.579</u>	<u>(10.201.602)</u>

Activo total

Segmento Televisão	120.155.674	164.966.479
Segmento Revistas	24.427.928	63.396.103
Segmento Jornais	43.329.229	42.100.471
Total dos segmentos reportáveis	187.912.831	270.463.053
Eliminação de activos intra-grupo	(18.710.668)	(15.929.356)
Caixa e equivalentes das empresas mãe	1.650.385	407.411
Outros activos das empresas mãe	28.435	1.772.221
Investimentos em empresas associadas e participadas	4.469.598	1.382.310
Activos fixos das empresas mãe	-	11.794
Activos intangíveis das empresas mãe	14.159	383.092
Activos líquidos da Office Share	10.263.986	-
Trespases	133.771.424	142.887.452
	<u>319.400.150</u>	<u>401.377.977</u>

57. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

A demonstração consolidada dos resultados por funções foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística n.º 20, havendo os seguintes aspectos a salientar:

- (a) A rubrica "Vendas e prestações de serviços" da demonstração consolidada dos resultados por funções ("DRF") inclui as rubricas da demonstração consolidada dos resultados por naturezas ("DRN") com a mesma designação, e adicionalmente a rubrica de "Descontos de pronto pagamento concedidos" e certos valores considerados nas rubricas de "Proveitos suplementares" da DRN.
- (b) A rubrica "Custo das vendas e das prestações de serviços" da DRF inclui diversas rubricas da DRN, nomeadamente: "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas", "Subcontratos", "Variação da produção", "Custos com o pessoal" associados às áreas editorial, programação, *pré-press* e impressão, "Amortizações do exercício" essencialmente do equipamento básico utilizado por essas áreas das empresas do Grupo e a rubrica "Descontos de pronto pagamento obtidos".
- (c) A rubrica "Outros proveitos e ganhos operacionais" da DRF inclui os valores registados nas rubricas "Proveitos suplementares" e "Subsídios à exploração" da DRN.
- (d) A rubrica "Custos de distribuição" da DRF inclui as rubricas "Custos com o pessoal" associados às áreas comercial, marketing e *merchandising*, "Amortizações do exercício" relacionadas com essas áreas e outros "Fornecimentos e serviços externos" da DRF.
- (e) A rubrica de "Custos administrativos" da DRF inclui diversas rubricas da DRN, nomeadamente: "Fornecimentos e serviços externos" e "Custos com o pessoal" relacionados com as áreas administrativa e financeira.
- (f) A rubrica "Outros custos e perdas operacionais" da DRF inclui a conta com a mesma designação na DRN, bem como os "Impostos" e as "Provisões".

58. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2004, encontram-se a decorrer contra o Grupo diversas acções interpostas por terceiros, cujos montantes e desfechos não são conhecidos à data de preparação das demonstrações financeiras. Na opinião do Conselho de Administração e dos advogados do Grupo, não se prevê que dessas acções venham a resultar responsabilidades de valores significativos, que não se encontrem cobertas por provisões registadas nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004 (Nota 46).

59. NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE (IFRS/IAS)

Em 31 de Dezembro de 2004, os principais efeitos resultantes da adopção das Normas Internacionais de Contabilidade (IAS / IFRS) são os seguintes:

- a partir do exercício de 2005 o *goodwill* deixa de ser amortizado e passa a estar sujeito a análises periódicas de imparidade;
- reconhecimento como custo dos encargos com publicidade no período em que são incorridos;
- os ganhos e perdas actuariais poderão ser diferidos de acordo com o "critério do corredor";

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 da Impresa – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Empresa”) e subsidiárias (“Grupo”), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004 que evidencia um total de 319.400.150 Euros e capitais próprios de 101.863.521 Euros, incluindo um resultado consolidado líquido de 6.210.579 Euros, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca “Deloitte”, “Deloitte & Touche”, “Deloitte Touche Tohmatsu” ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - NIPC: 501 776 311 - Matriculada na CRC de Lisboa sob o nº 11.743
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt
• Porto: Edifício Aviz, Av. da Boavista, 3523 - 1º, 4100-139 Porto - Tel: +(351) 226 191 300 - Fax: +(351) 226 101 204

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente: a verificação das operações de consolidação e a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Empresa – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2004, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. O balanço em 31 de Dezembro de 2004 inclui trespasses líquidos de, aproximadamente 114.600.000 Euros, que estão a ser amortizados em vinte anos, relacionados com a aquisição da principal empresa participada, cujas demonstrações financeiras, naquela data, evidenciam resultados transitados negativos e resultados líquidos positivos nos dois últimos exercícios. A recuperação destes trespasses, depende do sucesso futuro das operações daquela empresa participada.

Lisboa, 7 de Março de 2005

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

CONTAS CONSOLIDADAS

**Aos Accionistas da
Impresa - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e no desempenho do mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, da Impresa - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Empresa") os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Empresa, bem como das principais empresas englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa e das principais empresas englobadas na consolidação as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e os correspondentes anexos. Adicionalmente, revimos o Relatório Consolidado de Gestão, preparado pelo Conselho de Administração da Empresa. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas e inclui uma ênfase relacionada com a recuperação dos trespasses relativos à principal empresa participada e o Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada nos termos do art. 451º do Código das Sociedades Comerciais.

Face ao exposto, e tendo em consideração o descrito no parágrafo 6 da Certificação Legal das Contas, somos da opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa e das suas participadas o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 7 de Março de 2005

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representantes e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - NIPC: 501 776 311 - Matriculada na CRC de Lisboa sob o nº 11.743
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt
- Porto: Edifício Aviz, Av. da Roavista, 3523 - 1º, 4100-139 Porto - Tel: +(351) 226 191 300 - Fax: +(351) 226 101 204

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTº 447º DO C.S.C.
(Acções detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade com referência a 31/12/2004)

Membros do Conselho de Administração	Acções			
	Detidas em 31.12.03	Adquiridas	Transmitidas	Detidas em 31.12.04
Francisco José Pereira Pinto de Balsemão	1.147.920	0	10.000	1.137.920
Luiz Fernando Teuscher de Almeida e Vasconcellos	43.389	13.500	0	56.889
Alexandre de Azeredo Vaz Pinto	70	0	0	70
Francisco Maria Supico Pinto Balsemão	4.123	0	0	4.123
Miguel Luís Kolback da Veiga	0	0	0	0

Francisco José Pereira Pinto de Balsemão – Vendeu, em 10.02.04, 10.000 acções, ao preço de 4,10€, cada uma. Na IMPREGER – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, sociedade que se encontra em relação de domínio com a IMPRESA, detinha, em 31.12.03, 11.808.501 acções, posição que, por não ter tido qualquer aquisição ou alienação em 2004, se mantinha igual em 30.12.04. Na SIC – Sociedade Independente de Comunicação, SA, sociedade com a qual a IMPRESA se encontra em relação de domínio, detinha, em 31.12.03, 59.281 acções, posição que, por não ter tido qualquer aquisição ou alienação em 2004, se mantinha igual em 31.12.04. Sua mulher, Maria Mercedes Aliú Presas Pinto de Balsemão, detinha, em 31.12.03, 434 acções da IMPRESA; posição que, por não ter tido qualquer aquisição ou alienação no ano de 2004, se mantinha igual em 31.12.04. Na IMPREGER – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, sociedade que se encontra em relação de domínio com a IMPRESA, detinha, em 31.12.03, 17.290 acções, posição que, por não ter tido qualquer aquisição ou alienação em 2004, se mantinha igual em 31.12.04. A Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., de que é Administrador, não detinha qualquer acção em 31.12.03. Comprou, em 05.01.04, 10.000 acções, ao preço de € 3,54, cada uma; comprou, em 06.01.04, 15.000 acções, ao preço de € 3,55, cada uma; comprou, em 07.01.04, 15.000 acções, ao preço de € 3,52, cada uma; comprou, em 08.01.04, 20.000 acções, ao preço de € 3,51, cada uma; comprou, em 12.03.04, 10.000 acções, ao preço de € 3,75, cada uma; comprou, em 22.03.04, 10.000 acções, ao preço de € 3,80, cada uma; comprou, em 23.03.04, 9.100 acções, ao preço de € 3,67, cada uma; comprou, em 16.04.04, 20.000 acções, ao preço de € 4,21, cada uma; comprou, em 24.05.04, 20.000 acções, ao preço de € 3,90, cada uma; comprou, em 18.08.04, 20.000 acções, ao preço de € 3,90, cada uma; comprou, em 07.09.04, 20.100 acções, ao preço de € 4,00, cada uma; comprou, em 26.10.04, 20.000 acções, ao preço de € 4,40, cada uma. Vendeu, em 14.01.04, 5.000 acções, ao preço de € 3,85, cada uma; vendeu, em 15.01.04, 10.000 acções, ao preço de € 3,83, cada uma; vendeu, em 16.01.04, 20.000 acções, ao preço de € 4,10, cada uma; vendeu, em 29.01.04, 10.000 acções, ao preço de € 4,18, cada uma; vendeu, em 03.03.04, 5.000 acções, ao preço de € 4,27, cada uma; vendeu, em 11.03.04, 10.000 acções, ao preço de € 3,87, cada uma; vendeu, em 12.03.04, 10.000 acções, ao preço de € 3,99, cada uma; vendeu, em 31.03.04, 10.000 acções, ao preço de € 3,97, cada uma; vendeu, em 23.06.04, 20.000 acções, ao preço de € 4,01, cada uma; vendeu, em 09.09.04, 20.000 acções, ao preço de € 4,19, cada uma; vendeu, em 22.09.04, 20.000 acções, ao preço de € 4,26, cada uma; vendeu, em 29.09.04, 15.000 acções, ao preço de € 4,49, cada uma; vendeu, em 22.10.04, 14.200 acções, ao preço de € 4,79, cada uma; vendeu, em 15.11.04, 20.000 acções, ao preço de € 4,90, cada uma; em 31.12.04, não detinha qualquer acção. A IMPREGER – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, de que é Presidente do Conselho de Administração, detinha, em 31.12.03, 42.257.294 acções, posição que, por não ter havido qualquer aquisição ou alienação em 2004, se mantinha igual em 30.12.04. A Sociedade Francisco Pinto Balsemão, Lda., de que é Gerente, detinha, em 31.12.02, 60 acções; subscreveu, no aumento de capital realizado em 12.11.03, 10 acções, ao preço de 1,66€, cada uma, pelo que, em 31.12.03, detinha 70 acções.

Luiz Fernando Teuscher de Almeida e Vasconcellos – Comprou, em 23.06.04, 13.500 acções, ao preço de 3,97€, cada uma. Na IMPREGER – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, sociedade que se encontra em relação de domínio com a IMPRESA, detinha, em 31.12.03, 17.290 acções, posição que, por não ter havido qualquer aquisição ou alienação em 2004, se mantinha igual em 30.12.04. A IMPREGER – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, de que é Vice-Presidente do Conselho de Administração, detinha, em 31.12.03, 42.257.294 acções, posição que, por não ter havido qualquer aquisição ou alienação em 2004, se mantinha igual em 30.12.04.

Alexandre de Azeredo Vaz Pinto – Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2004.

Francisco Maria Supico Pinto Balsemão – Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2004. A IMPREGER – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, de que é Administrador, detinha, em 31.12.03, 42.257.294 acções, posição que, por não ter havido qualquer aquisição ou alienação em 2004, se mantinha igual em 30.12.04.

Miguel Luís Kolback da Veiga – Não detinha qualquer acção da sociedade quando passou a integrar o Conselho de Administração. Não fez nenhuma aquisição/alienação em 2004.

Fiscal Único	Acções			
	Detidas em 31.12.03	Adquiridas	Transmitidas	Detidas em 31.12.04
Deloitte & Associados SROC, S.A.	0	0	0	0

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTº 448º
DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS
(Com referência a 31 de Dezembro de 2004)

Com mais de 1/2 do capital

Titular	Quantidade de Acções Detidas
IMPREGER – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	42.257.294 acções

Com mais de 1/10 e menos de 1/3 do capital

Titular	Quantidade de Acções Detidas
BANCO BPI, SA	8.610.874 acções

LISTA DE TITULARES COM PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS
A QUE SE REFERE A ALÍNEA E) DO Nº1 DO ARTº 8º
DO REGULAMENTO Nº 04/2004 DA C.M.V.M.
(Com referência a 31 de Dezembro de 2004)

Titular c/participação qualificada	Quantidade de Acções Detidas	Percentagem de direitos de voto
IMPREGER – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA * Directamente * Através do Presidente do Conselho de Administração, Dr. Francisco José Pereira Pinto de Balsemão * Através do Vice-Presidente do Conselho de Administração, Engº Luiz Fernando Teuscher de Almeida e Vasconcellos * Através do Administrador, Engº Francisco Maria Supico Pinto Balsemão * Através da Presidente do Conselho Fiscal, Maria do Carmo Pinto de Ruella Ramos * Através do Vogal do Conselho Fiscal, Francisco Manuel Falcão da Costa Reis	42.257.294 1.147.920 43.389 4.123 423 8.004	50,306% 1,367% 0,051% 0,005% 0,000% 0,010%
Total imputável	43.461.153	51,739%
BANCO BPI, SA * Directamente * Através do Banco Português de Investimento, SA * Através da BPI Vida –Companhia de Seguros de Vida, SA * Através de Fundos geridos pelo BPI Pensões –Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA * Através de Fundos geridos pelo BPI Fundos – Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, SA * Através de clientes institucionais cuja carteira é gerida ao abrigo de gestão discricionária * Através de clientes particulares cuja carteira é gerida ao abrigo de gestão discricionária	7.267.062 142.633 31.952 2.000 873.458 24.354 27.714	8,651% 0,170% 0,038% 0,002% 1,040% 0,029% 0,033%
Total imputável	8.369.173	9,963%
Banco Santander de Negócios Portugal, SA * Directamente * Através da BSN Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem, SA * Através de fundos de pensões e de fundos de investimento mobiliário geridos por sociedades gestoras dominadas pelo Banco Santander de Negócios, SA: - Fundo de Pensões Banco Santander Portugal - Fundo de Pensões Crédito Predial Português - Fundo de Pensões do Banco Totta & Açores - Fundo de investimento mobiliário Santander Acções Portugal - Fundo de investimento mobiliário fechado Eurosul - Fundo de investimento mobiliário Santander PPA	28.493 94.093 81.177 405.893 324.713 698.284 200.956 681.690	0,034% 0,112% 0,097% 0,483% 0,387% 0,831% 0,239% 0,812%
Total imputável	2.515.299	2,994%

Titular c/participação qualificada	Quantidade de Acções Detidas	Percentagem de direitos de voto
Grupo Fidelity * Através das suas participadas FMR Corp. e Fidelity International Limited	4.590.686	5,465%
Total imputável	4.590.686	5,465%

ANEXO SOBRE AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

INTRODUÇÃO

O presente relatório foi organizado em conformidade com o modelo previsto no Regulamento da CMVM n.º 7/2001, na redacção que lhe foi dada pelo Regulamento nº 11/2003, de 2 de Dezembro, apresentando um resumo dos aspectos mais relevantes sobre as práticas ligadas ao governo da IMPRESA.

CAPÍTULO 0 DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

A IMPRESA adopta as recomendações da CMVM sobre governo das sociedades, nos termos que neste relatório se explicitam.

CAPÍTULO I DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

1. Estrutura funcional

A IMPRESA tem as suas actividades organizadas em grupo empresarial, sendo a estrutura funcional do Grupo e a repartição de funções entre as diferentes unidades de negócio definida pela Comissão Executiva, conforme organigrama junto como Anexo I.

O Grupo IMPRESA dispõe, assim, de uma estrutura central de apoio aos processos de decisão nas respectivas participadas, com competências transversais e que funciona junto da Comissão Executiva.

Esta estrutura central é apoiada horizontalmente pelos Administradores Executivos e/ou pelos Directores Gerais das respectivas participadas.

2. Comissões específicas

Para além da Comissão Executiva e da Comissão de Vencimentos referidas no Capítulo IV, não foram criadas na IMPRESA outras comissões específicas.

3. Sistema de controlo de riscos

Para além do controlo e gestão consolidada dos riscos de negócio do Grupo, o tratamento e controlo dos riscos de negócio ao nível das diversas unidades de negócio apresenta igualmente uma importância estrutural para a IMPRESA.

A este nível, cumpre realçar os seguintes aspectos do controlo de riscos que têm sido desenvolvidos pela Direcção Geral Financeira:

- negociação, contratação e gestão de financiamentos bancários para fazer face às necessidades financeiras do Grupo;

- supervisão centralizada, através de instrumentos financeiros adequados, com o fim de diminuir a exposição aos riscos de taxa de juro e taxa de câmbio;
- supervisão da contratação de seguros ao nível do Grupo, por forma a conseguir as soluções mais adequadas para a cobertura dos riscos seguráveis;

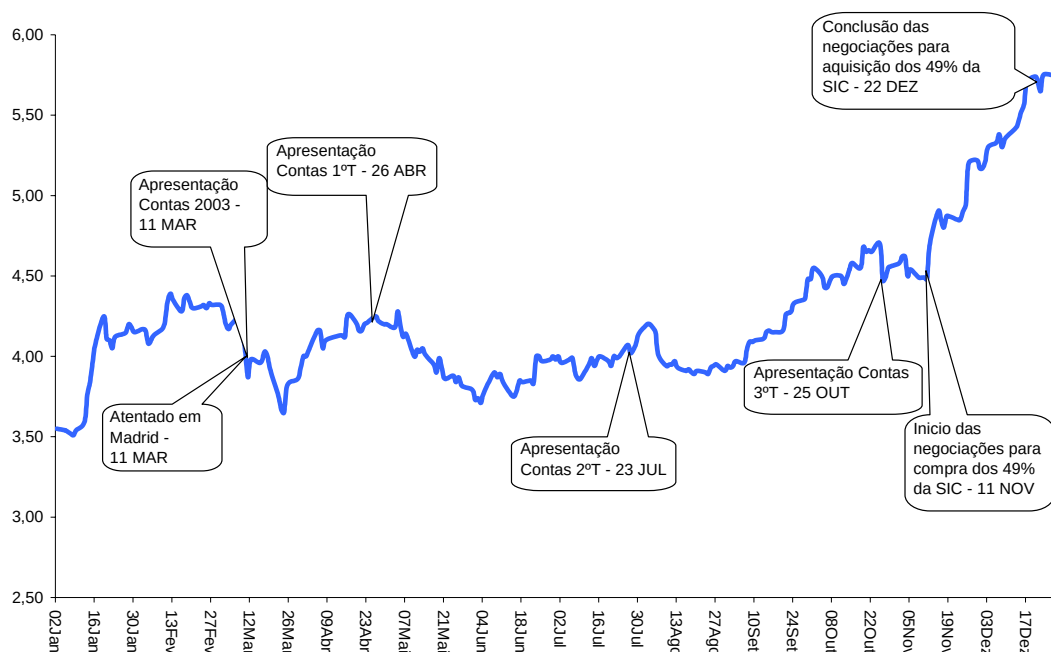
Por sua vez, a nível das subsidiárias operacionais e com o acompanhamento da Direcção de Desenvolvimento e Relações Institucionais, é feito o seguimento da legislação aplicável ao respectivo sector (Lei da TV, Lei da Imprensa, Lei da AACS, Lei da Publicidade, etc.) no sentido de minimizar os riscos associados ao incumprimento da legislação em vigor.

Ainda a nível das subsidiárias, estão equacionados e implementados planos para situações exógenas que afectem a exploração corrente das empresas, nomeadamente incêndios, quebras de produção, cortes de emissão, etc., com o objectivo de salvaguarda de bens e pessoas e de garantir, quanto possível, a continuidade da produção tanto dos jornais e revistas, como da televisão.

4. Acções representativas do capital social

As acções representativas do capital da IMPRESA encontram-se admitidas à negociação no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisboa, desde 6 de Junho de 2000.

Evolução Cotações da IMPRESA em 2004



Os factos que possam eventualmente ter influído na evolução da cotação das acções desta sociedade durante o ano de 2004 foram os seguintes:

11 de Março – Atentado em Madrid.

11 de Março – Apresentação de contas do exercício de 2003.

26 de Abril – Apresentação de contas do 1º trimestre.

23 de Julho – Apresentação de contas semestrais.

25 de Outubro – Apresentação das contas do 3º trimestre.

11 de Novembro – Informação sobre o início das negociações para a aquisição dos restantes 49% do capital da SIC.

22 de Dezembro – Informação sobre a conclusão das negociações para a aquisição dos restantes 49% do capital da SIC.

5. Política de distribuição de dividendos

5.1. Aspectos gerais

Desde o início da admissão à cotação das acções IMPRESA na Bolsa de Valores de Lisboa (actual Euronext Lisboa), a IMPRESA não tem procedido à distribuição de dividendos, em virtude dos resultados líquidos anuais terem sido negativos. Como tal, nas Assembleias Geral Anuais tem sido decidido aplicar integralmente os prejuízos dos exercícios findos em resultados transitados.

Os estatutos da sociedade estabelecem que a Assembleia Geral ao apreciar as contas deverá dispor dos lucros do exercício anterior, se os houver, da forma seguinte:

- a) 5% por cento para o fundo de reserva legal, enquanto se mostrar necessário proceder à sua constituição ou reintegração;
- b) o remanescente para a aplicação que a assembleia geral, por maioria simples, determinar.

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, a deliberação da Assembleia Geral para a aplicação do remanescente dos resultados do exercício deverá ter em atenção, nomeadamente:

- cobertura dos prejuízos de exercícios anteriores;
- constituição ou reforço de outras reservas determinadas por lei ou constituídas por deliberação tomada em Assembleia Geral;
- política de distribuição de dividendos a accionistas.

5.2. Perspectivas

A IMPRESA entende que uma relação transparente com os investidores e com o mercado envolve a definição de critérios claros quanto à política de distribuição de dividendos, conforme tem sido salientado pela crescente exigência por parte da comunidade de investidores face à instabilidade dos mercados de capitais que se tem feito sentir nos últimos anos.

Neste âmbito, nas assembleias gerais anuais de aprovação de contas, o Conselho de Administração tem apresentado as perspectivas de crescimento quanto às receitas do Grupo e aos resultados esperados, tendo em atenção a necessidade de proceder à cobertura dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores e à redução da dívida do Grupo. A definição concreta de uma política de dividendos será apresentada logo que a situação económica da empresa o permita.

6. Planos de atribuição de acções e de atribuição de opções de aquisição de acções

Não se encontram em vigor nem foram adoptados planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções da IMPRESA.

7. Negócios e operações realizados entre a sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo

Tal como referido no relatório anterior existem, indirectamente, contratos de arrendamento com o accionista e administrador Dr. Francisco Pinto Balsemão, relativamente aos imóveis onde se situam a sede da IMPRESA e o estabelecimento da participada IMPREJORNAL que fazem parte da actividade corrente das sociedades neles envolvidos, conforme referido nos prospectos de admissão à cotação, em Junho de 2000, e de aumento de capital da IMPRESA em Outubro de 2003, na Bolsa de Valores de Lisboa, actualmente Euronext.

Em 22 de Dezembro de 2004 e após a conclusão de negociações que se iniciaram em 11 de Novembro, foram assinados contratos de promessa de aquisição, pela IMPRESA, através da sua participada Cinforma, de 49% do capital da SIC, em que são promitentes vendedores, entre outros, o Banco BPI, detentor de uma participação qualificada na IMPRESA, e o Dr. Francisco Pinto Balsemão, Presidente do Conselho de Administração da IMPRESA.

8. Estruturas de apoio aos investidores

8.1. Política de comunicação da IMPRESA

A IMPRESA, em linha com as boas práticas do governo das sociedades cotadas no que respeita ao direito de acesso dos accionistas à informação sobre a actividade do Grupo, tem a constante preocupação de assegurar que a política de comunicação da empresa e a disseminação de toda a informação de carácter relevante seja efectuada de forma não discriminatória para os diferentes intervenientes no mercado financeiro e que o conteúdo dessa informação seja claro e objectivo.

8.2. Direcção de Comunicação e de Relações com Investidores da IMPRESA

Com a admissão à então Bolsa de Valores de Lisboa e Porto em 2000, a IMPRESA criou a Direcção de Comunicação e de Relações com Investidores, de modo a assegurar o relacionamento institucional e informativo com o vasto universo de accionistas, potenciais investidores e analistas, bem como com a bolsa de valores dos mercados onde as acções IMPRESA se encontram admitidas à negociação e respectivas entidades reguladoras e de supervisão, Euronext e CMVM.

A Direcção de Comunicação e de Relações com Investidores da IMPRESA desempenha, assim, um papel de relevo para a prossecução desse objectivo, permitindo manter um adequado relacionamento com accionistas, analistas financeiros e potenciais investidores da IMPRESA.

A função primordial desta Direcção, instituída em 2000, consiste em actuar como interlocutor entre a Comissão Executiva do Conselho de Administração da IMPRESA e os investidores e os mercados financeiros em geral, sendo responsável, no âmbito da sua actividade normal, por todas as informações disponibilizadas pelo Grupo IMPRESA, quer no que se refere à divulgação de factos relevantes e outras comunicações ao mercado, quer no que respeita à publicação das demonstrações financeiras periódicas, trimestrais, semestrais e anuais.

Para o desempenho das suas funções, esta Direcção mantém um fluxo de comunicação constante com investidores e analistas financeiros, disponibilizando toda a informação e esclarecimentos necessários para, com observância das disposições legais e regulamentares aplicáveis, satisfazer as solicitações que lhe são dirigidas por estas entidades.

A Direcção de Comunicação e de Relações com Investidores, dirigida pelo Engº José Freire, reporta à Comissão Executiva e encontra-se localizada na sede social da IMPRESA na:

R. Ribeiro Sanches, 65 – 1 250-787 Lisboa

Telefone: +351-213929780

Fax: +351-213929787.

Email: jfreire@impresa.pt

8.3. Divulgação de informação societária

Para além da existência da Direcção de Comunicação e de Relações com Investidores, e em cumprimento das exigências regulamentares da CMVM, a IMPRESA disponibiliza, através do seu site institucional na *internet* (www.impresa.pt) toda a informação de carácter legal ou respeitante ao Governo da Sociedade, actualizações acerca do desenvolvimento da actividade do Grupo, bem como um completo conjunto de dados financeiros e operacionais da empresa, de modo a facilitar a consulta e o acesso à informação por parte dos seus accionistas, analistas financeiros e outros interessados.

A informação disponibilizada por este meio inclui os relatórios de prestação de contas, press releases, os comunicados de factos relevantes, os regulamentos internos e o contrato de sociedade, a estrutura accionista, o organigrama empresarial do Grupo, a documentação preparatória e acta final de cada Assembleia Geral, a evolução histórica da cotação da acção IMPRESA, para além de outras informações de potencial interesse sobre o Grupo.

O site da IMPRESA na *internet* possibilita ainda a todos os interessados ler, imprimir e fazer download dos documentos de prestação de contas consolidadas referentes a qualquer exercício contabilístico desde 2000.

A IMPRESA tem incrementado o recurso ao suporte informático em todos os processos de divulgação de informação, muito para além da sua página institucional na *internet*.

Com efeito, há uma prática consistente de investimento nas tecnologias de informação que visa facilitar, quer o acesso, quer a troca de informação entre as empresas do Grupo IMPRESA e os accionistas, analistas financeiros e profissionais da comunicação social.

Neste sentido, a IMPRESA tem promovido e incentivado a utilização do correio electrónico para a recepção e prestação de informação nas relações com a entidade de supervisão e o mercado, bem como de metodologias de *conference call* na interacção com agentes e investidores institucionais.

9. Comissão de vencimentos

As remunerações dos membros do Conselho de Administração da IMPRESA são fixadas pela Comissão de Vencimentos, eleita pela Assembleia Geral para o quadriénio 2003/2006, cuja composição é a seguinte:

Presidente: Dr. João António de Moraes Silva Leitão

Vogais: Dr. Rafael Mora

Nenhum destes membros acumula as suas funções neste órgão com funções no Conselho de Administração da IMPRESA, nem é cônjuge, parente ou afim em linha recta até ao 3.º grau de qualquer administrador da IMPRESA.

Em 22 Outubro de 2004 o Vogal Dr. Rui Faria Lélis pediu a renúncia ao seu cargo pelo que, na próxima Assembleia Geral, será designado um Vogal para o substituir.

10. Auditoria de informação financeira

10.1. Processo de auditoria da informação financeira

Os auditores independentes – Deloitte & Associados, SROC, SA – são responsáveis por expressar a sua opinião sobre a conformidade das demonstrações financeiras.

10.2. Mandato dos auditores independentes

A Deloitte & Associados, SROC, SA é a nova designação de António Dias & Associados, SROC que foi nomeada Fiscal Único da sociedade, pela Assembleia Geral de 24 de Abril de 2003, para o quadriénio 2003/2006.

10.3. Remuneração de entidades prestadores de serviços de auditoria

Os fees de auditoria, em 2004, atingiram o montante global de 440.413 Euros, os quais se subdividem:

- a) 352.620 Euros (80,07%) pelos serviços de revisão legal de contas, que correspondem a trabalhos standard de auditoria necessários para a emissão de uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e para a produção de relatórios sobre as demonstrações financeiras estatutárias;
- b) 1.800 Euros (0,41%) pelos outros serviços de garantia de fiabilidade;
- c) 66.868 Euros (15,18%) pelos serviços de consultoria fiscal;
- d) 19.125 Euros (4,34%) pelos serviços que não de revisão legal de contas, que incluem os serviços relativos a transacções não recorrentes.

A Direcção Geral Financeira da IMPRESA, em articulação com as Direcções das subsidiárias operacionais, assegura que os serviços contratados aos nossos auditores e respectiva rede, previamente autorizados pela Comissão Executiva, não põem em causa a sua independência.

CAPÍTULO II EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS

1. Regras estatutárias

A preocupação da sociedade em adoptar e cumprir as recomendações da CMVM levou a que fosse proposta, na Assembleia Anual realizada em 2004, a alteração do contrato de sociedade adaptando-o às recomendações sobre esta matéria. O referido nos pontos seguintes são já fruto das alterações aprovadas.

1.1 Atribuição de direito de voto

De acordo com o contrato de sociedade da IMPRESA, a assistência e participação nas reuniões da Assembleia Geral de accionistas e a atribuição do direito de voto dependem da titularidade de um mínimo de 100 acções, correspondendo 1 voto a cada 100 acções IMPRESA, sem prejuízo dos direitos de representação e agrupamento, nos seguintes termos:

- os accionistas que sejam titulares de menos de 100 acções poderão agrupar-se até perfazer a titularidade de 100 acções, para participarem na Assembleia Geral, devendo, fazer-se representar por um dos accionistas agrupados;
- os accionistas agrupados nos termos do parágrafo anterior deverão indicar a constituição do agrupamento e a identidade do representante por carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com pelo menos 3 dias úteis de antecedência em relação à data marcada para a reunião da Assembleia Geral;
- a representação voluntária de qualquer sócio em assembleia geral poderá ser cometida tratando-se de pessoa singular, a outro sócio, membro do conselho de administração, ou a pessoa a quem a lei o permitir e tratando-se de pessoa colectiva, a pessoa que para esse efeito seja nomeada por simples carta;
- como instrumento de representação voluntária dos sócios em assembleia geral é suficiente uma carta, com assinatura, entregue na sociedade, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com pelo menos 3 dias úteis de antecedência em relação à data marcada para a reunião da Assembleia Geral;
- não existe qualquer limite ao número de votos expressos por cada accionista, quer ele intervenha por si, quer como procurador de outro ou outros accionistas

1.2. Legitimação para o exercício do direito de voto

Os accionistas apenas podem participar na Assembleia Geral se forem titulares de acções desde, pelo menos, o 5º dia útil anterior à data da realização da assembleia e desde que mantenham essa qualidade até à data da sua realização.

A prova de titularidade das acções far-se-á mediante o envio ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da realização da assembleia, de declaração emitida e autenticada pelo intermediário financeiro a quem estiver cometido o serviço de registo em conta das acções, da qual deverá constar que as acções em causa se encontram registadas na respectiva conta desde, pelo menos, o 5º dia útil anterior ao da data da realização da referida assembleia, e que foi efectuado o bloqueio em conta dessas acções até à data em que a mesma assembleia geral terá lugar. Sendo as acções tituladas aquela comunicação caberá ao depositário dos títulos ou à própria sociedade quanto a acções registadas.

1.3. Modos de exercício do direito de voto

O contrato de sociedade passou a admitir o exercício do direito de voto por correspondência, devendo os interessados remeter, por carta registada com aviso de recepção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e recebida até à véspera da data da realização da Assembleia Geral, as declarações de voto sobre os Pontos da Ordem do Dia, relativamente aos quais pretendam exercer respectivo direito.

No sentido do esclarecimento aos accionistas são transcritos, nas convocatórias das Assembleias Gerais, os mecanismos deste tipo de voto.

Para permitir este modo de exercício do direito de voto, as propostas a submeter pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral, bem como os relatórios que legalmente acompanham estas propostas e demais elementos de informação preparatória, são disponibilizados a todos os accionistas na sede social da IMPRESA, com a antecedência prevista e exigida pela lei sobre a data definida para a realização da Assembleia Geral.

De igual modo, embora não esteja prevista a possibilidade de exercício do direito de voto por meios electrónicos, a IMPRESA procede também ao envio por correio, fax ou correio electrónico daquela informação, mediante solicitação dos accionistas, o que representa uma medida importante especialmente para accionistas estrangeiros ou que residam fora da área metropolitana de Lisboa

CAPÍTULO III REGRAS SOCIETÁRIAS

1. Códigos de conduta dos órgãos da sociedade e outros regulamentos internos

O contrato de sociedade da IMPRESA, que define as principais regras de funcionamento e organização da estrutura administrativa da sociedade, constitui um documento para consulta pública, podendo ser disponibilizado a todos aqueles que assim o requeiram à Direcção de Comunicação e de Relações com Investidores da IMPRESA ou que acedam à página da IMPRESA na *internet* em www.impresa.pt.

Para além do contrato de sociedade da IMPRESA, o Conselho de Administração aprovou determinados regulamentos internos respeitantes ao seu funcionamento e ao funcionamento de comissões deste órgão.

Assim, o Regulamento do Conselho de Administração estabelece um conjunto de regras de competência e procedimentais relativas ao funcionamento deste órgão.

Por outro lado, as principais regras de funcionamento da Comissão Executiva, constituída por delegação de poderes deliberada em 14 de Julho de 2000, encontram-se estabelecidas no Regulamento da Comissão Executiva.

2. Procedimentos Internos Adoptados

A IMPRESA está a considerar criar uma Comissão de Controlo Interno, com funções no domínio da vigilância da preparação da informação financeira, da auditoria externa e do funcionamento dos procedimentos do controlo interno, designadamente os referidos no ponto 3 do Capítulo I.

3. Medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição Não existem medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição.

CAPÍTULO IV ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Conselho de Administração

O Conselho de Administração da IMPRESA é actualmente composto por cinco administradores, eleitos por maioria dos votos emitidos em Assembleia Geral dos accionistas.

O mandato dos administradores é de quatro anos, não existindo qualquer restrição quanto à sua reeleição.

A composição para o mandato actual (quadriénio 2003/2006) é a seguinte:

<u>Presidente:</u>	Dr. Francisco José Pereira Pinto de Balsemão
<u>Vice-Presidente:</u>	Engº Luiz Fernando Teuscher de Almeida e Vasconcellos
<u>Vogais:</u>	Dr. Alexandre de Azeredo Vaz Pinto
	Engº Francisco Maria Supico Pinto Balsemão
	Dr. Miguel Luís Kolback da Veiga (cooptado em 23 de Dezembro de 2004, no seguimento da renúncia apresentada, em 22 de Outubro de 2004, pelo Dr. António Cândido Seruca de Carvalho Salgado).

À excepção dos Drs. Alexandre de Azeredo Vaz Pinto e do Dr. Miguel Luís Kolback da Veiga, todos os membros do Conselho de Administração são executivos.

São administradores independentes os Dr. Alexandre de Azeredo Vaz Pinto e Dr. Miguel Luís Kolback da Veiga.

As funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração em empresas do Grupo e fora do Grupo encontram-se discriminadas no Anexo II a este relatório.

2. Comissão Executiva

Por deliberação do Conselho de Administração tomada em reunião plenária de 14 de Julho de 2000, de harmonia com o previsto nos estatutos, a gestão corrente da IMPRESA encontra-se delegada numa Comissão Executiva, constituída por três administradores, designados e livremente substituíveis pelo Conselho de Administração, a saber:

<u>Presidente:</u>	Dr. Francisco Pinto de Balsemão
<u>Vice-Presidente:</u>	Engº Luiz de Almeida e Vasconcellos
<u>Vogal:</u>	Engº Francisco Maria Supico Pinto Balsemão

Nas suas faltas ou impedimentos, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente.

As atribuições da Comissão Executiva foram fixadas pelo Conselho de Administração na deliberação de delegação de poderes de gestão corrente da sociedade, consistindo essencialmente em:

- a) contratar e despedir pessoal e definir sistemas de compensação variável dos quadros do Grupo;
- b) abrir e movimentar contas bancárias;
- c) celebrar quaisquer contratos no âmbito do objecto social, incluindo contratos de locação financeira;
- d) adquirir, alienar ou onerar bens móveis e imóveis, incluindo veículos automóveis;
- e) contrair empréstimos ou outras responsabilidades financeiras semelhantes;
- f) abrir, encerrar ou trespassar estabelecimentos;
- g) representar a sociedade em juízo ou fora dele, activa e passivamente;
- h) constituir procuradores ou mandatários da sociedade;
- i) aprovar a política comercial do Grupo.

A Comissão Executiva poderá delegar, a todo o tempo e por unanimidade, num dos seus membros, alguns dos poderes que lhe foram delegados.

As reuniões da Comissão Executiva realizam-se periodicamente na data que seja determinada pelo Presidente ou solicitada por qualquer dos outros seus membros, sem necessidade de convocação formal, devendo o Presidente, até três dias antes de cada reunião, fazer chegar a Agenda a todos os membros, os quais poderão, até ao dia anterior à reunião, requerer ao mesmo a inclusão dos assuntos que se lhe afigurarem oportunos.

O Presidente poderá adiar qualquer reunião à qual esteja impedido de comparecer, bem como convocar qualquer outra reunião.

Os membros da Comissão Executiva podem reunir-se para deliberar, sem observância de quaisquer formalidades prévias, desde que todos estejam presentes, ou devidamente representados.

Em regra, a Comissão Executiva reúne semanalmente com cada um dos responsáveis executivos (C.O.O.) das unidades de negócio do Grupo e mensalmente com a participação conjunta de todos os seus membros e responsáveis da estrutura central (C.O.O. TV, C.O.O. Imprensa e C.F.O. Holding). Das reuniões mensais são lavradas actas, das quais constam os assuntos abordados e as deliberações tomadas.

É permitida a representação de um membro da Comissão Executiva por outro que exercerá o direito de voto em nome e sob responsabilidade do representante mediante documento escrito dirigido ao Presidente, sendo ainda permitido o voto por escrito.

As deliberações da Comissão Executiva são tomadas por maioria de votos dos seus membros e constarão de Acta em que serão indicados sumariamente, mas com clareza, os assuntos abordados e as deliberações tomadas; as actas serão assinadas por todos os seus membros que nela participarem.

As deliberações da Comissão Executiva poderão, em caso de necessidade, ser tomadas por escrito, designadamente através de fax emitido "posto a posto"; neste caso, deverá ser enviada a proposta da deliberação, acompanhada pelos elementos necessários para a esclarecer, fixando-se para o voto um prazo não inferior a 48 horas; o voto escrito, por fax, deve identificar a proposta e conter a aprovação ou rejeição desta.

Com o objectivo de manter os Administradores não executivos permanente e devidamente informados sobre a situação do Grupo, a Comissão Executiva disponibiliza, mensalmente, informação sobre a situação económico-financeira e evolução de todas as unidades de negócio do Grupo. Esta informação compara a evolução no mês e no acumulado com o orçamento e com o período homólogo do ano anterior, com texto indicativo das variações mais importantes.

3. Funcionamento do órgão de administração

O Conselho de Administração da IMPRESA é responsável pela administração e gestão da actividade da sociedade, competindo-lhe, de acordo com o contrato de sociedade, os mais amplos poderes de gestão, praticando todos os actos e exercendo todas as funções tendentes à realização social.

3.1 Matérias vedadas à comissão executiva

Constituem competências exclusivas do Conselho de Administração, estando vedadas à Comissão Executiva de acordo com o Regulamento do Conselho de Administração, as seguintes:

- a) cooptação de administradores;
- b) pedido de convocação de assembleias gerais;
- c) relatórios e contas anuais;
- d) prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- e) mudança de sede e aumentos de capital, nos termos previstos no contrato de sociedade;
- f) projectos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade;
- g) aprovação do Plano de Acção Anual Global do Grupo, no qual se incluirá o Programa de Investimentos;
- h) deliberar sobre a constituição de sociedades dependentes.

3.2 Competências dos Presidentes do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

Ao Presidente do Conselho de Administração encontram-se atribuídas competências próprias, cabendo-lhe:

- promover as reuniões do Conselho que tiver por necessárias, convocá-las, presidi-las, decidir sobre todas as questões que respeitem ao seu funcionamento;
- exercer todos os poderes e praticar, por si só, todos os actos que lhe forem delegados pelo Conselho de Administração;
- presidir a todas as reuniões conjuntas do conselho de administração e fiscal único.

Compete especialmente ao Presidente da Comissão Executiva, no âmbito das funções delegadas pelo Conselho de Administração:

- a) representar a sociedade em juízo ou fora dele no âmbito das competências delegadas à Comissão Executiva;

- b) convocar e dirigir as reuniões da Comissão Executiva e coordenar as actividades dos seus membros;
- c) exercer o voto de qualidade se for caso disso;
- d) zelar pela correcta execução das orientações e das deliberações do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

3.3 Informação aos membros do órgão de administração sobre matérias tratadas e decisões tomadas pela comissão executiva

As opções estratégicas do Grupo são obrigatoriamente colocadas pela Comissão Executiva ao Conselho de Administração antes e depois de uma decisão ser tomada sobre tais matérias.

3.4 Lista de incompatibilidades definida internamente pelo órgão de administração

Não existe uma lista de incompatibilidades definida internamente pelo órgão de administração nem um número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades.

3.5 Número de reuniões do órgão de administração durante o exercício em causa.

O Conselho de Administração reúne obrigatoriamente uma vez por trimestre, pelo menos, ou sempre que for convocado pelo respectivo Presidente, não podendo deliberar sem que esteja presente a maioria dos seus membros.

Não é permitida a representação de mais de um administrador em cada reunião. Todos os administradores possuem igual direito de voto, tendo o Presidente voto de qualidade.

Em 2004, o Conselho de Administração realizou treze reuniões, constando do respectivo livro de actas os assuntos tratados naquelas reuniões.

4. Política de remuneração

De harmonia com o contrato de sociedade, a Assembleia Geral elegeu uma Comissão de Vencimentos para fixar as remunerações dos membros do Conselho de Administração.

A Comissão de Vencimentos da IMPRESA, em cumprimento do mandato que lhe foi atribuído pela Assembleia Geral, delibera o valor das remunerações fixas dos administradores executivos e não executivos e das remunerações variáveis para os administradores executivos, de acordo com os seguintes indicadores: facturação, EBITDA, EBT, resultados líquidos e cotação das acções.

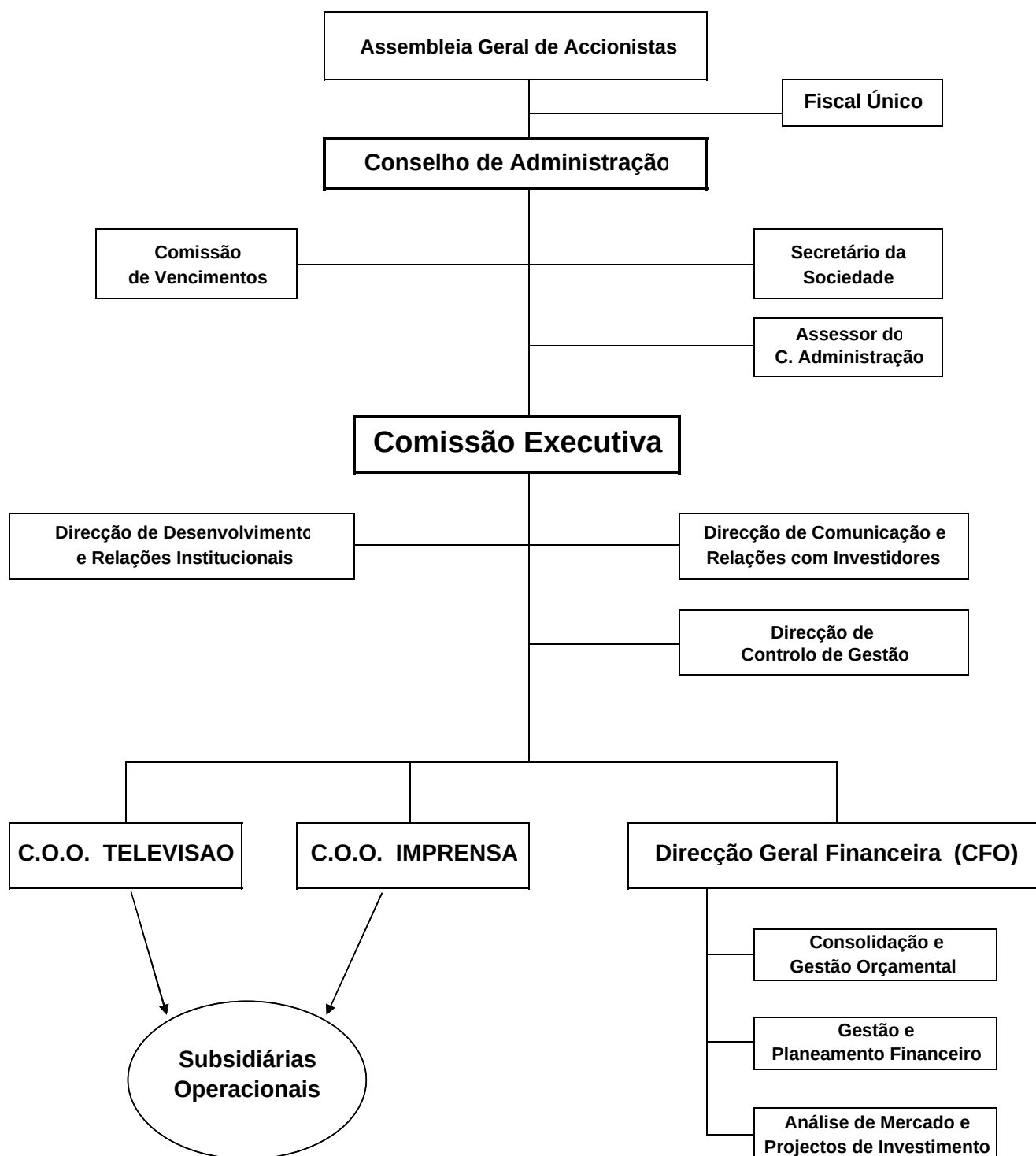
5. Remuneração dos membros do órgão de administração

Em execução das deliberações da Assembleia Geral e da Comissão de Vencimentos, o total das remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração da IMPRESA no exercício de 2004 foi de 2.214.084 Euros, distribuíveis nos termos do quadro seguinte:

Remunerações			
Administradores	Fixas	Variáveis	Total
Executivos	886.569	1.235.640	2.122.209
Não Executivos	91.875	-	91.875
TOTAL	978.444	1.235.640	2.214.084

ANEXO I

ORGANIGRAMA FUNCIONAL DO GRUPO IMPRESA



ANEXO II

CARGOS DESEMPENHADOS POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração, noutras sociedades:

Dr. Francisco José Pereira Pinto de Balsemão:

a) Sociedades do Grupo

- Presidente do Conselho de Administração da IMPREGER – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Presidente do Conselho de Administração da SIC – Sociedade Independente de Comunicação, SA
- Presidente do Conselho de Administração da SOINCOM – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Presidente do Conselho de Administração da SOJORNAL – Sociedade Jornalística e Editorial, SA
- Gerente da CINFORMA – Centro de Informática, Lda.
- Gerente da EDIMPRESA – Editora, Lda.
- Gerente da OFFICE SHARE – Gestão de Imóveis e Serviços, Lda.

b) Sociedades fora do Grupo

- Presidente do Conselho de Administração da Allianz Portugal, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Nec Portugal, SA
- Administrador da CELBI – Celulose Beira Industrial, SA
- Administrador do Daily Mail and General Trust plc
- Gerente da Sociedade Francisco Pinto Balsemão, Lda.
- Gerente da Sociedade Turística da Carrapateira, Lda.

Engº Luiz Fernando Teuscher de Almeida e Vasconcellos

a) Sociedades do Grupo

- Presidente do Conselho de Administração da IMPREJORNAL – Sociedade de Impressão, SA
- Presidente do Conselho de Administração da Lisboa TV – Informação e Multimédia, SA

- Presidente do Conselho de Administração da SIC IN DOOR – Gestão de Suportes Publicitários, SA
- Presidente do Conselho de Administração da CONTROLJORNAL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da IMPREGER – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da SOINCOM – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Administrador da SIC – Sociedade Independente de Comunicação, SA
- Administrador da SOJORNAL – Sociedade Jornalística e Editorial, SA
- Gerente da CINFORMA – Centro de Informática, Lda.
- Gerente da EDIMPRESA – Editora, Lda.
- Gerente da OFFICE SHARE – Gestão de Imóveis e Serviços, Lda.
- Gerente da PORTUSAT – SGPS, Lda.
- Gerente da PUBLIREGIÕES – Sociedade Jornalística e Editorial, Lda.
- Gerente da SIC – Novos Projectos e Serviços Técnicos em Telecomunicações e Multimédia, Sociedade Unipessoal, Lda.

b) Sociedades fora do Grupo

- Administrador do BPP – Banco Privado Português, SA
- Gerente da Sociedade Agrícola da Carregueira do Mato, Lda.

Dr. Alexandre de Azeredo Vaz Pinto

a) Sociedades fora do Grupo

- Administrador não Executivo da Solvay Portugal – Produtos Químicos, SA

Engº Francisco Maria Supico Pinto Balsemão

a) Sociedades do Grupo

- Administrador da IMPREGER – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Administrador da SIC – Sociedade Independente de Comunicação, SA
- Administrador da IMPREJORNAL – Sociedade de Impressão, SA
- Administrador da SOJORNAL – Sociedade Jornalística e Editorial, SA
- Administrador da PTDP – Plataforma de Televisão Digital Portuguesa, SA
- Administrador da SIC IN DOOR – Gestão de Suportes Publicitários, SA

- Gerente da CINFORMA – Centro de Informática, Lda.
- Gerente da SIC ON LINE – Comunicação e Internet – Sociedade Unipessoal, Lda.
- Gerente da SOJORNAL.COM – Consultoria Internet, Lda.

Dr. Miguel Luís Kolback da Veiga

a) Sociedades fora do Grupo

- Administrador da Companhia de Seguros Tranquilidade
- Administrador da Fundação Casa de Mateus
- Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Condes de Campo Bello

EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL

Nº 24

No dia 20 de Abril de 2005, reuniu-se, pelas 11 horas, no Hotel da Lapa (Auditório Alfama) na Rua Pau de Bandeira, nº 4, em Lisboa, a Assembleia Geral da IMPRESA - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA, com o capital realizado de 84.000.000 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o nº 1.519, titular do Cartão de Identificação de Pessoa Colectiva nº 502437464. Presidiu aos trabalhos o Presidente eleito, Dr. João António de Moraes Silva Leitão, tendo secretariado o Dr. José Manuel Pessoa de Amorim Durão, secretário da sociedade.

Após ter verificado pela leitura da lista de presenças que se encontravam presentes e representados 18 accionistas, representando 63,8366% do capital social, e de ter constatado que a convocatória havia sido publicada no Diário da República, nº 49, III Série, de 10 de Março de 2005, e no Jornal "EXPRESSO", de 12 de Março de 2005, o Presidente considerou a Assembleia validamente constituída e apta a deliberar, tendo declarada aberta a sessão.

.....
Entrou-se, então, na discussão do ponto 01 da Ordem do Dia e obtido o acordo de todos os presentes o Presidente pôs à discussão, em conjunto, quer na generalidade quer na especialidade, o Relatório do Conselho de Administração, Balanço e Contas, o Relatório do Conselho Fiscal, o Relatório Consolidado de Gestão e o Balanço Consolidado relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

.....
Foram, então, postos à votação o Relatório e Contas individuais e Relatório do Fiscal Único sobre as mesmas, tendo os documentos em causa sido aprovados por maioria, com o voto contra do accionista State Street Bank and Trust Company, representado pela Exma. Sra. D. Paula Cristina de Sousa Carlos Francisco Santos.

Seguidamente foi posto à votação o Relatório e Contas consolidadas e Relatório do Fiscal Único sobre as mesmas, tendo os referidos documentos sido aprovados, igualmente, por maioria, com o voto contra do accionista State Street Bank and Trust Company, representado pela Exma. Sra. D. Paula Cristina de Sousa Carlos Francisco Santos.

Entrou-se, então, na discussão do ponto 02 da Ordem do Dia, tendo sido posta à votação a proposta de aplicação de resultados, a qual é do seguinte teor:

“Para o resultado líquido de 6.210.578,63 euros, propõe-se a seguinte aplicação:

- Reserva Legal 310.538,00 euros
- Resultados Transitados 5.900.040,63 euros”

Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

.....
E como nada mais houvesse a tratar, encerrou-se a reunião, da qual se lavrou a presente acta que pelos Presidente e Secretário vai assinada.